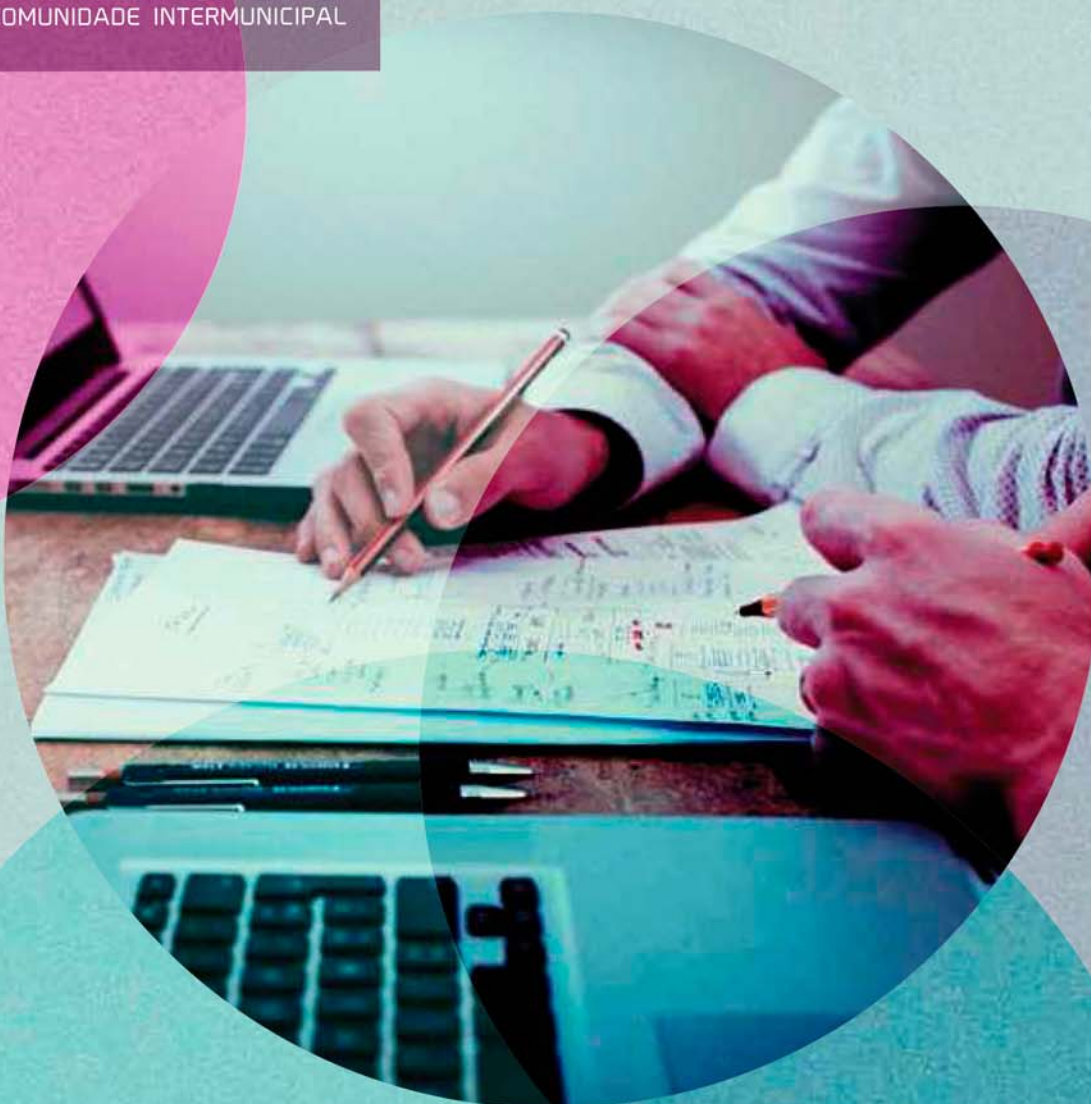




MÉDIO TEJO
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL



Opções do Plano e Orçamento 2019

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Tel: 249 730 060 | Fax: 249 730 069 | E-mail: geral@cimt.pt

Índice

1. Enquadramento	3
2. Objetivos Estratégicos	7
2.1 Objetivo Estratégico 1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	7
2.2 Objetivo Estratégico 2: Incorporação de valor na atividade empresarial	8
2.3 Objetivo Estratégico 3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	8
2.4 Objetivo Estratégico 4: Consolidação da massa crítica urbana	9
2.5 Objetivo Estratégico 5: Governação inteligente e multidimensional	9
3. Projetos	11
3.1 Listagem dos Projetos e Atividades	11
3.2 Fichas de Projeto	13
3.3 Projetos – Resumo das Atividades para 2019	71
4. Recursos Humanos	75
4.1 Mapa de Pessoal	75
5. Enquadramento Financeiro	78
5.1 Quotização	78
5.2 Projetos – Critérios de Imputação	80
5.3 Projetos – Comparticipação Financeira Solicitada aos Municípios	81
5.4 Política Orçamental	82
5.5 Análise Financeira	83
6. Anexos	87
6.1 Mapa de Pessoal	88
6.2 Anexo ao Mapa de Pessoal	90
6.3 Grandes Opções do Plano	103
6.4 Plano Plurianual de Investimentos	110
6.5 Atividades Mais Relevantes	114
6.6 Orçamento - Resumo	121
6.7 Orçamento da Receita e da Despesa	123
6.8 Orçamento - Resumo por Capítulo	132
6.9 Orçamento - Resumo por Classificação Económica	134
6.10 Orçamento - Resumo por Classificação Orgânica	139
6.11 Orçamento (Valor em GOP e EXTRA-GOP)	141

1. Enquadramento

As Opções do Plano e Orçamento para 2019 refletem, a continuidade do **funcionamento dos mecanismos de apoio do Portugal 2020, dando especial enfoque às iniciativas intermunicipais contratualizadas com a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro 2020, as quais foram alvo de reprogramação financeira, com vista a uma melhor e maior alocação de fundos comunitários na Região do Médio Tejo.**

A reprogramação proposta pretende dar continuidade aos projetos ligados à **educação, modernização administrativa e património natural enquanto investimentos de âmbito intermunicipal, dado que os mesmos se encontram em execução** e resultam de processos de planeamento estratégico de base territorial, os quais têm fomentado parcerias entre agentes regionais, indo-se assim ao encontro das políticas públicas para o fortalecimento da **rede de governação integrada.**

Assim, no domínio da **modernização administrativa**, e em complemento às iniciativas já implementadas que resultaram na criação de um ERP único, desmaterialização e reengenharia de processos, serviços online disponibilizados ao serviço dos cidadãos e empresas, é objetivo definir e desenvolver ações de investimento que se consubstanciem no início da construção de uma Smart Region. O objetivo é promover a transformação e o crescimento digital da Região no sentido de aproveitar as tecnologias, políticas e estratégias inteligentes para otimizar ou substituir os sistemas e as infraestruturas atuais, por forma a se tornarem mais eficientes e eficazes ao serviço da população da Região do Médio Tejo, melhorando a qualidade da prestação dos serviços públicos locais.

No domínio da Mobilidade e Transportes, destaca-se a continuidade do **Transporte a Pedido no Médio Tejo, um projeto pioneiro a nível nacional no domínio da mobilidade flexível**, tratando-se de um dos projetos de maior reconhecimento e visibilidade pública sobre o trabalho que a CIM Médio Tejo (CIMT) tem vindo a desenvolver, com relevante impacto na inclusão social e melhoria da qualidade de vida das populações locais, no quadro de um **novo paradigma na abordagem às soluções de mobilidade no contexto nacional.** Ainda, salienta-se o **exercício de competências de Autoridade Intermunicipal de Transportes**, no contexto do novo Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei n.º 52/2015 de 9 de junho), **prevendo-se durante o ano de 2019 o desenvolvimento do concurso público para a exploração do serviço público de transporte de passageiros do Médio Tejo, com uma importante dimensão estratégica para o desenvolvimento do território.**

No que se refere às medidas do Fundo Social Europeu previstas no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, prevê-se a conclusão da primeira fase do **PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo (2017-2019)**, e respetiva avaliação de resultados bem como o arranque da Fase 2 do projeto, a operacionalizar nos **anos letivos 2019/2020; 2020/2021 e 2021/2022, em parceria CIMT/Municípios/Agrupamentos de Escola, com um conjunto de medidas visando o combate ao abandono escolar e a promoção do sucesso educativo.**

Também, com a recente conclusão dos trabalhos de elaboração do **Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo**, que engloba um conjunto de ações nomeadamente ao

nível da **redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, prevê-se a o arranque da respetiva implementação, em parte condicionado à operacionalização dos apoios do Centro2020 e POISE2020.**

No domínio da violência doméstica e de género, e tendo em conta a existência de uma candidatura aprovada pelo POISE neste domínio, prevê-se a implementação de um projeto que visa desenvolver respostas para a problemática da violência doméstica e de género em todos os Municípios da região do Médio Tejo, nomeadamente através da criação e dinamização de estruturas de apoio e atendimento e redes de resposta integrada nos concelhos da região. Para além disso, pretende (in)formar e sensibilizar para a temática a população em geral, técnicos/as de intervenção, professores/as e estudantes e a população idosa.

No âmbito do turismo e cultura, será dada continuidade à operacionalização do **Plano de Ação para os Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal**, conforme candidatura articulada com o Turismo do Centro e aprovada pelo Centro 2020, e tendo por base a **estratégia de promoção turística aprovada em Conselho Intermunicipal**, ancorada nos produtos turísticos âncora: **Turismo Náutico (Castelo de Bode | Wakeboard); Turismo Religioso (Fátima | Tomar) e Turismo Cultural (Templários | Castelos do Tejo | Museu Nacional Ferroviário)**. Prevê-se, também, a **continuidade do projeto CAMINHOS, que consubstancia o primeiro projeto de programação cultural em rede desenvolvido ao nível intermunicipal no Médio Tejo**, bem como o desenvolvimento das intervenções de **valorização do património natural previstas no âmbito do projeto Rotas e Percursos no Médio Tejo. Ainda, e tendo em conta a recente submissão de** candidatura com vista à criação da Estação Náutica do Castelo do Bode (ENCB), para o ano de 2019, prevê-se o desenvolvimento, em articulação com os parceiros, de um plano de ação conjunto para a Estação Náutica de Castelo do Bode.

No âmbito da **proteção civil e florestas**, e sendo este um projeto estruturante da Região do Médio Tejo, realça-se a **operacionalização da atividade da brigada de sapadores florestais cuja titularidade foi atribuída à CIMT** no decorrer do ano de 2018, **perspetivando-se a titularidade de uma segunda brigada**, bem como dinamizar as ações a promover pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal criado em 2018, salientando-se a relevância da sua atuação no contexto integrado das várias entidades, GTF municipais, ANPC, ICNF, GNR, corporações de bombeiros, entre outras, **no sentido de criação/implementação de ações partilhadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios e mecanismos de apoio à decisão.**

As ações suprarreferidas serão dinamizados com o apoio do Fundo Florestal Permanente sob gestão do ICNF.

Neste contexto, será ainda dada continuidade às ações no âmbito do **projeto piloto de âmbito Distrital - "Desenvolvimento integrado de gestão territorial na vertente florestal - implementação de sistema de suporte à decisão no combate aos incêndios florestais"**, nomeadamente na dinamização de plataforma tecnológica e outros meios que auxiliem a cadeia de comando, designadamente no apoio ao planeamento e coordenação de todos os meios disponíveis no combate aos incêndios florestais em tempo real.

No domínio da **eficiência hídrica**, realça-se essencialmente a continuidade do desenvolvimento de duas ações, elaboração do **Cadastro de Infraestruturas em Baixa e Constituição de uma Empresa Intermunicipal, no âmbito do Abastecimento de água (AA), Saneamento de águas residuais (SAR) e Resíduos Sólidos (RU).**

No que respeita ao levantamento Cadastral das redes, este promove iniciativas integradas de conhecimento de informação infraestrutural dos sistemas em baixa de abastecimento de água (AA) e/ou saneamento de águas residuais (SAR), operacionalizadas em candidatura aprovada no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recurso (POSEUR). A sua implementação visa a otimização e **gestão eficiente dos recursos e das infraestruturas existentes, garantido a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas**, no âmbito do ciclo urbano da água, prevendo-se o termino da realização no ano de 2019.

Ainda, neste âmbito, alinhados com a nova estratégia para o sector definida pelo "PENSAAR 2020" – a qual assenta numa "estratégia menos centrada na realização de infraestruturas para o aumento da cobertura e focaliza-se mais na gestão dos ativos e na qualidade dos serviços prestados com uma sustentabilidade abrangente", **encontra-se em implementação os procedimentos para o processo de Constituição da Empresa Intermunicipal, no âmbito da gestão das infraestruturas dos sistemas em baixa (Abastecimento de água (AA), Saneamento de águas residuais (SAR) e Resíduos Sólidos (RU)).**

Alinhados com a **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas** (ENAA 2020) a qual está enquadrada com as metas europeias, em 2019, será dado prosseguimento às ações aprovadas em candidatura no âmbito do POSEUR, designadamente na concretização do **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no Médio Tejo** e sua **monitorização**, bem como concretização do **Plano Regional de Ação do sector de Energia Sustentável, numa lógica de adaptação às alterações climáticas.**

No contexto das Alterações Climáticas serão dinamizadas, no ano de 2019, as medidas aprovadas numa segunda candidatura ao POSEUR no âmbito da **promoção de ações de comunicação e sensibilização, em matéria de riscos associados às alterações climáticas, tendo como público-alvo a população em idade escolar.**

No que concerne ao desenvolvimento territorial estratégico pretende-se dar continuidade ao trabalho integrado que se tem vindo a desenvolver, designadamente: na **implementação de gestão intermunicipal partilhada das infraestruturas rodoviárias como mecanismo de otimização do custo e da eficácia das intervenções**, fomentando o desenvolvimento de sistemas de monitorização contínua do estado de conservação e apoio à gestão das intervenções de manutenção da rede viária estruturante que interligue os principais polos da Região do Médio da competência/gestão municipal, projeto enquadrado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, e integrado em candidatura, aprovada, ao Centro 2020 e na concretização/operacionalização dos **Planos Municipais de Segurança Rodoviária.**

Neste contexto pretende-se ainda a promoção de uma economia circular (redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia), promovendo ações de sensibilização e envolvimento social, designadamente na consciencialização da sociedade civil para o uso eficiente dos recursos, desde a desmaterialização, à extensão de ciclo de vida, consumo eficiente e "fecho do ciclo" dos recursos; dinamização de redes de retoma, reuso, remanufactura ou reciclagem. Foco no *upcycling* ("reutilização criativa", processo de reconversão de resíduos em novos materiais ou produtos de maior valor acrescentado) ou no *downcycling*

(processo de reconversão de resíduos em novos materiais ou produtos de menor qualidade/funcionalidade reduzida).

Com a noção de que a **economia circular** é um eixo estratégico definido para o próximo período de programação comunitária, será desenvolvido um projeto com o apoio do Fundo Ambiental que tem como objetivo **apoiar a economia circular no setor das compras públicas**, com vista à definição de um plano para a economia circular municipal, com vista a promover as compras públicas ecológicas e inculcar critérios de responsabilidade ambiental, sendo que para o efeito, também será disponibilizada formação aos técnicos municipais.

Outro dos projetos estruturantes (iniciado no ano de 2018) é a **implementação de medidas de autoproteção em 283 edifícios municipais** da Região do Médio Tejo, com vista a garantir a manutenção das condições de segurança e uma estrutura mínima de resposta a emergências, com o objetivo último de diminuir a probabilidade de ocorrência de incêndios e limitar os efeitos de incidentes, nomeadamente derivados de fenómenos naturais, a fim de se evitar a perda de vidas humanas e/ou de bens.

2. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos que pautam a atividade da Comunidade Intermunicipal **decorrem diretamente das orientações constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo** para o período de programação estrutural 2014-2020, que sucintamente se descrevem abaixo, e que dão suporte aos projetos e atividades dos diversos serviços da CIMT.



2.1 Objetivo Estratégico 1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico

A **valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico** são diretrizes assumidas como determinantes para o desenvolvimento territorial, económico, social e ambiental da região do Médio Tejo, justificada pela **grande diversidade de valências endógenas regionais**, tais como os **recursos agrícolas e florestais, o património natural, religioso e edificado, a história, a tradição e a cultura**.

A valorização económica dos recursos endógenos da região e do seu potencial turístico deve ser prosseguida numa **perspetiva indissociável das questões da sustentabilidade**, e cujos desafios estratégicos assentam:

- ✓ num território "verde" e "azul" que preserva a biodiversidade, garante a qualidade ambiental e aposta nas energias renováveis e em soluções de otimização energética;
- ✓ numa base ecológica à qual se acrescenta conhecimento e promove o desenvolvimento dos setores agrícola e florestal;
- ✓ numa efetiva diversificação da fileira de atividades ligadas ao mundo rural e natural;
- ✓ num turismo de qualidade baseado em produtos turísticos organizados;
- ✓ numa projeção nacional e internacional das potencialidades intrínsecas ao território; e

- ✓ num definitivo reforço da identidade regional e da consolidação do segmento turístico do Médio Tejo, pelo avivamento histórico-cultural, do património edificado e natural e dos recursos endógenos, onde a bacia do Tejo e Zêzere assume protagonismo.

2.2 Objetivo Estratégico 2: **Incorporação de valor na atividade empresarial**

A estratégia de desenvolvimento da região incorpora as orientações de **reforço das políticas públicas no sentido de uma maior articulação com o tecido empresarial**, onde se mostra essencial a criação e sustentação de **dinâmicas de cooperação em rede** que promovam o **desenvolvimento e transferência de tecnologia e a partilha de conhecimento**, no quadro da especialização inteligente preconizada pela estratégia europeia.

Neste contexto de afirmação do Médio Tejo como um território competitivo e empreendedor, enquadram-se iniciativas que concorram para a melhoria da competitividade do tecido económico da região, privilegiando intervenções direcionadas para a **promoção de vantagens de localização empresarial**, assentes na criação e **reforço de competências** relevantes, na dinamização de um **ambiente de inovação** e na **promoção do empreendedorismo**, que **alavanquem a criação de emprego e riqueza** na região, tendo por base:

- ✓ as vantagens de localização empresarial e a eficiência coletiva resultante da gestão integrada das áreas de acolhimento empresarial e dos serviços empresariais;
- ✓ a diversificação da base económica e a extensão das cadeias de produção para um tecido empresarial mais forte;
- ✓ a aposta na qualificação do capital humano adequando-o às necessidades reais das empresas; e
- ✓ um compromisso regional de parcerias e de partilha de conhecimento e promoção da inovação, com uma orientação definitiva para a internacionalização das empresas.

2.3 Objetivo Estratégico 3: **Promoção da coesão e da qualidade de vida**

A promoção da coesão e da qualidade de vida constitui um imperativo estratégico que concorre para o desenvolvimento da região do Médio Tejo, naquilo que se prende com a estruturação de funções modernas que proporcionem **melhores vivências** aos atuais residentes e **auzem a atratividade global da região**. A promoção da coesão e da qualidade de vida ganha pertinência particular numa **região extensa e heterogénea que tem vindo a perder população a um ritmo preocupante**, com consequências mais visíveis no **esvaziamento das zonas rurais**, onde o fenómeno cada vez mais intenso de **envelhecimento e as assimetrias territoriais** colocam desafios consideráveis para a **construção de um território coeso e inclusivo**.

Incorpora a preocupação na **articulação dos agentes e competências do território** enquanto mecanismo de melhoria do **combate à pobreza e de promoção da inclusão**, enquadrando intervenções que visam **melhorar o acesso e a cobertura dos serviços de saúde e educação prestados às populações**, bem

como garantir as **condições de mobilidade interna que mitiguem as assimetrias territoriais** que se verificam atualmente.

Esta orientação estratégica assume o objetivo geral do cumprimento dos primados da coesão e sustentabilidade, em sentido lato, o que conflui para elementos tão diversos quanto:

- ✓ a garantia das condições de coesão e de convergência conjunta da região alicerçada na trajetória positiva dos diferentes polos urbanos e rurais;
- ✓ a resiliência e valorização criativa da sustentabilidade económica do mundo rural;
- ✓ a garantia de uma oferta diferenciada e atrativa de serviços às famílias;
- ✓ o desenvolvimento de uma economia social que responde aos novos desafios sociais;
- ✓ a promoção da empregabilidade; e
- ✓ a valorização e rentabilização de investimentos já realizados.

2.4 Objetivo Estratégico 4: **Consolidação da massa crítica urbana**

A orientação estratégica de consolidação da massa crítica urbana parte do reconhecimento da necessidade de **consolidação económica, social e ambiental dos núcleos residenciais** da região do Médio Tejo. Este aspeto ganha relevância no contexto da **proximidade geográfica existente entre as cidades, vilas e outros polos urbanos da região**, que apresentam vocações predominantemente complementares do ponto de vista funcional, e configura um **desafio de afirmação de uma cidade média efetivamente organizada em constelação urbana**.

A aposta dirigida à **melhoria do ambiente urbano** é crucial, dando-se especial relevo à **regeneração, reabilitação e animação das centralidades regionais**, concedendo primazia à diferenciação pela **inovação e criatividade urbana** e incidindo em vetores como:

- ✓ a consolidação de uma constelação urbana traduzida num sólido, atrativo e complementar contínuo urbano, integrador dos polos residenciais rurais;
- ✓ a promoção de uma mobilidade policêntrica e sustentável que permita os “diversos acessos” aos frequentadores da região;
- ✓ a criação de polos urbanos com potencial humano e economicamente dinâmicos;
- ✓ a providência de uma oferta equilibrada e diversificada de habitat; e
- ✓ a aposta na criatividade e inovação urbana.

2.5 Objetivo Estratégico 5: **Governança inteligente e multidimensional**

A orientação estratégica governança inteligente e multidimensional valoriza a pertinência de **promover a eficiência da gestão e da administração do território**. Instituir mecanismos concretos de execução de projetos suportados em **lógicas de cooperação**, que promovam a articulação de competências repartidas entre entidades com funções complementares e que fomentem a **capacidade de otimização das respostas a fornecer à população**, é uma exigência que se impõe à região e aos seus agentes económicos e sociais.

Neste contexto, deverão ser assumidas **lógicas de governação verdadeiramente supramunicipais**, ancoradas em **projetos inovadores de gestão e monitorização das dinâmicas do território** e promovendo uma aproximação entre os serviços públicos prestados e os agentes económicos, sociais e institucionais, através da **modernização administrativa** que contribua para a desburocratização dos processos e para a **redução de custos de contexto**. Enquadra o desenvolvimento de iniciativas visando:

- ✓ promover o suporte técnico e operacional de um modelo supramunicipal de gestão do território;
- ✓ aprofundar soluções de promoção da eficiência no relacionamento e nos serviços prestados aos cidadãos e às empresas; e
- ✓ promover uma gestão territorial inovadora de escala supramunicipal, cujo processo de tomada de decisão seja suportado pelo primado da informação e das consequentes recomendações resultantes na otimização de investimentos e intervenções.

3. Projetos

3.1 Listagem dos Projetos e Atividades

As atividades previstas para este ano dizem respeito a ações de investimento (algumas já iniciadas em anos anteriores e outras a iniciar no ano de 2019), desenvolvidas/a desenvolver, principalmente no âmbito do atual quadro comunitário [Portugal 2020], nomeadamente, no âmbito da operacionalização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT enquanto uma das iniciativas de reconhecimento da Estratégias Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2014-2020. Abaixo a listagem de projetos e descrição das atividades que se preveem desenvolver.

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos
OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo
	1.1 Rotas e Percursos em Património Natural
	1.2 Programação Cultural em Rede - Caminhos
	1.3 Produtos Turísticos Integrados
	1.4 Estação Náutica Castelo de Bode
OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	1.5 Turismo Militar - Rota dos Templários no Médio Tejo
	2. Promoção do Empreendedorismo no Médio Tejo
	2.1 Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo
OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	2.2 Implementação do Plano de Acção
	2.3 Régies Cooperativa de Empreendedores
	3. Educação de Excelência no Médio Tejo
	4. Unidades Móveis de Saúde do Médio Tejo
	5. Médio Tejo Inclusivo
OB4: Consolidação de massa crítica urbana	5.1 MARIA - Estratégia Integrada de Intervenção na área da Violência Doméstica e de Género
	5.2 VITASENIOR-MT – Assistência aos cuidados de saúde de idosos no Médio Tejo
	6. Região de Hidrogénio - Piloto Europeu no Médio Tejo
OB5: Governação inteligente e multidimensional	7. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo
	7.1 Transporte a Pedido
	7.2 Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves
OB5: Governação inteligente e multidimensional	7.3 Autoridade de Transportes
	8. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho no Médio Tejo
	8.1 Saúde no Trabalho
	8.2 Segurança e Higiene no Trabalho
	8.3 Medidas de Autoproteção dos Edifícios Municipais da região do Médio Tejo
	9. Modernização Administrativa no Médio Tejo
	9.1 Modernização Administrativa - CIMT
	9.2 Médio Tejo Online 2020
	9.3 Integração e Partilha de Serviços/ Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
	9.4 Economia Circular nas Compras Públicas Conjuntas
	10. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial no Médio Tejo
	10.1 Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa
	10.2 Médio Tejo - Eficiência Hídrica/Entidades Gestoras Agregadas
	10.3 Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico
10.3.1 Gestão Rede Viária Estruturante	
10.4 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas	
10.5 Adaptação às Alterações Climáticas	
11. GEFOR - Gestão da Formação no Médio Tejo	
11.1 Formação da Administração Local	
11.2 Estágios Curriculares e Profissionais	
11.3 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	
11.4 Formação de Públicos Estratégicos	
12. Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INTERPAL - Médio Tejo	
13. Portugal 2020 - Apoio e Contratualização no Médio Tejo	
14. Grupos de Trabalho com os Municípios do Médio Tejo	

As atividades e projetos intermunicipais a desenvolver no ano de 2019 têm enquadramento na estratégia de desenvolvimento da região, incorporando ações que visam contribuir para a concretização das orientações estratégicas definidas para o Médio Tejo 2020. Abaixo apresenta-se matriz indicativa do contributo dos projetos e atividades a desenvolver para a estratégia regional, considerando o respetivo encaixe principal no objetivo estratégico e também o contributo significativo em outros objetivos estratégicos.

Contributo dos Projetos Intermunicipais para os Objetivos Estratégicos Médio Tejo 2020					
Projetos	OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	OB4: Consolidação de massa crítica urbana	OB5: Governança inteligente e multidimensional
1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	●		○	○	
2. Promoção do Empreendedorismo no Médio Tejo	○	●	○		
3. Educação de Excelência no Médio Tejo			●	○	
4. Unidades Móveis de Saúde do Médio Tejo			●	○	
5. Médio Tejo Inclusivo			●	○	
6. Região de Hidrogénio - Piloto Europeu no Médio Tejo		○	●		
7. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo			○	●	
8. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho no Médio Tejo					●
9. Modernização Administrativa no Médio Tejo					●
10. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial no Médio Tejo	○		○	○	●
11. GEFOR - Gestão da Formação no Médio Tejo		○			●
12. Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INTERPAL - Médio Tejo					●
13. Portugal 2020 - Apoio e Contratualização no Médio Tejo					●
14. Grupo de Trabalho com os Municípios do Médio Tejo					●

● Enquadramento principal
 ○ Enquadramento complementar

3.2 Fichas de Projeto

AFIRMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 1

Horizonte temporal: 2000-2023**Investimento 2019: 1.247.147,00€**

O objetivo principal do projeto consiste na Afirmação Territorial da região do Médio Tejo, através da promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território, com enfoque na promoção do turismo, na utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação como instrumento e suporte essencial à projeção do Médio Tejo, no marketing territorial como ferramenta estratégica de promoção territorial e na aposta na programação cultural e na formação de novos públicos como contributos para a fruição cultural e inclusão para todos.

ROTAS E PERCURSOS EM PATRIMÓNIO NATURAL

Subprojecto nº 1.1

Investimento 2019: 215.797,00€

Esta componente, com enquadramento no âmbito das medidas contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo – Prioridade de Investimento 6.3 – Património Natural, envolve a implementação de rotas e percursos que permitam a valorização e qualificação do capital associado aos recursos e património natural do Médio Tejo que possuem um forte carácter identitário na região.

Como trabalho preparatório para a construção deste projeto, foi elaborado um estudo que teve por objeto a apresentação de uma proposta técnica de rotas e percursos de valorização do património natural com potencial turístico no Médio Tejo. Este trabalho desenvolveu-se em 3 fases, designadamente: Diagnóstico para identificação dos recursos turísticos estratégicos da região e sua articulação; Definição das Rotas e Percursos mais emblemáticos do Médio Tejo e elaboração de Estudo Prévio; Elaboração de Plano de Marketing e Promoção Turística das Rotas e Percursos.

Os estudos técnicos desenvolvidos são uma base de apoio para a decisão relativamente às rotas/temáticas a privilegiar neste âmbito, incluindo a sinalização das ações materiais que serão necessárias realizar para a criação/desenvolvimento das rotas em questão. As tipologias de operação apoiadas incluem a criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.

Pretende-se que a implementação destas rotas/percursos seja concretizada com o envolvimento ativo dos Grupos de Ação Local – ADIRN; Pinhal Maior e TAGUS, num trabalho em conjunto para a criação de produtos turísticos para a região.

Para o ano de 2019 prevê-se a conclusão dos trabalhos de implementação das rotas e percursos, designadamente das intervenções materiais necessárias – trilhos, sinalética estruturas de informação, entre

outras, a executar pelos respetivos Municípios. As componentes a executar pela CIMT incluem a aquisição de sinalética e estruturas de informação e ações de promoção e divulgação.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL EM REDE – CAMINHOS

Subprojecto nº 1.2

Investimento 2019: 87.301,00€

Este projeto coloca a tónica na qualificação e valorização do tecido cultural e artístico do Médio Tejo, promovendo a itinerância dos espetáculos e manifestações artísticas pelos diversos concelhos do Médio Tejo, através de uma programação cultural em rede/intermunicipal, contribuindo para a sustentabilidade dos projetos, formação de novos públicos, inclusão e maior fruição cultural e artística, tornando-a acessível a um público alargado.

Neste sentido, uma das componentes de base de desenvolvimento do projeto, passou pela estruturação de um Comissariado Cultural Regional, que assumiu um papel central na articulação em rede das estruturas culturais do território, na valorização criativa e impulsionamento dos talentos da região e na organização de uma programação cultural regional, pautada por elevados padrões de qualidade.

Para este projeto, prevê-se que as componentes de estruturação do Comissariado Cultural Regional, trabalhos de mapeamento do tecido cultural do Médio Tejo, desenvolvimento de uma estratégia de marketing territorial e de um programa de valorização dos equipamentos e património cultural da região bem como as iniciativas integradas de promoção e divulgação do projeto, muito apoiadas em ferramentas e presença digital, possam ser executadas diretamente pela CIMT, que é entidade líder e promotora da operação junto do Centro 2020.

As componentes de investimento relacionadas com a realização dos espetáculos e eventos em cada um dos municípios, no contexto da programação cultural intermunicipal/em rede, e de acordo com as regras e objetivos visados pelo aviso de concurso do Centro 2020, designadamente no que se refere à relevância dos eventos associados ao património, à cultura e aos bens culturais, com elevado impacte em termos de projeção da imagem da região, e observando o plano de divulgação do projeto, serão executados diretamente pelos Municípios.

Para 2019 prevê-se a realização de 3 ciclos de programação cultural (Caminhos do Ferro, Caminhos da Água e Caminhos da Pedra), dando continuidade à execução deste projeto que já decorre desde 2017, uma programação assente num conceito inovador a nível nacional, com 13 municípios unidos na criação de programação cultural em rede e na promoção turística da sua região e que decorre durante 3 anos (2017-2019).

Concretamente os 3 ciclos de programação decorrem nos seguintes momentos:

- ✓ Os Caminhos de Ferro, em abril, aludindo ao cruzamento entre as duas linhas ferroviárias mais importantes do país;
- ✓ Os Caminhos da Água, em julho, remetendo para a riqueza e abundância em cursos de água emblemáticos; e
- ✓ Os Caminhos da Pedra, em outubro, aludindo às autoestradas e à rede viária da região.

PRODUTOS TURÍSTICOS INTEGRADOS

Subprojecto nº 1.3

Investimento 2019: 677.379,00€

O Programa de Ação para os Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal do Médio Tejo visa em termos gerais a valorização e a afirmação do potencial dos recursos naturais e culturais da região do Médio Tejo, bem como a integração da oferta turística com a consolidação dos produtos pré-existentes e a estruturação de novos produtos através da melhoria da experiência dos visitantes (iniciativas de informação e animação), de reforço da notoriedade dos produtos e do destino (iniciativas de comunicação e promoção), e ainda de articulação entre os agentes turísticos (iniciativas de avaliação, reflexão e divulgação do potencial dos novos produtos), enquanto fatores determinantes para a competitividade e coesão turística do território do Médio Tejo e, conseqüentemente, do destino 'Centro de Portugal'.

Este Programa de Ação desenvolve-se em torno de três eixos de ação prioritários, os quais circunscrevem seis produtos turísticos integrados identificados como estratégicos e de relevante interesse para o desenvolvimento sustentado e promoção do turismo na região do Médio Tejo:

- ✓ Eixo 'Turismo Náutico': Castelo de Bode | Wakeboard;
- ✓ Eixo 'Turismo Religioso': Fátima - Tomar; e
- ✓ Eixo 'Turismo Cultural': Templários | Castelos do Tejo | Museu Nacional Ferroviário.

Este projeto constitui uma oportunidade determinante para dar continuidade aos trabalhos de planeamento estratégico realizados entre 2013 e 2016, bem como às ações e projetos já executados pelos municípios e/ou pela CIMT, de estruturação, qualificação e promoção dos recursos (naturais e culturais), de promoção dos equipamentos e dos eventos com relevante vocação turística-cultural considerados estratégicos para o desenvolvimento do turismo da região do Médio Tejo.

A operação é desenvolvida em parceria pela CIM Médio Tejo e Municípios do Médio Tejo. As generalidades das atividades/investimentos são realizadas pela CIM Médio Tejo, incluindo-se também algumas atividades específicas de execução municipal, nomeadamente no que se refere eventos/atividades de animação.

Este projeto prevê igualmente uma forte componente associada a Programas de Comunicação específicos para cada um dos eixos/produtos âncora identificados, bem como outras ações de promoção e divulgação da região.

Mais concretamente, para o ano de 2019 prevê-se a realização das seguintes atividades:

- ✓ Continuidade das diligências junto da APA, com vista ao estabelecimento de um processo de concessão para a gestão integrada da Estância de Wakeboard do Médio Tejo;
- ✓ Realização de campanha de comunicação sobre a agenda de verão na Albufeira de Castelo do Bode (atividades náuticas), à semelhança da primeira campanha realizada em 2018;
- ✓ Continuidade das ações de articulação e concertação com os parceiros da Estação Náutica de Castelo do Bode com vista à definição de uma estratégia comum em rede para a Albufeira de Castelo do Bode;
- ✓ Implementação de sinalética de orientação e painéis de informação na Estância de Wakeboard do Médio Tejo;
- ✓ Estruturação de produto e desenvolvimento de conteúdos relativos a percursos, rios e natureza;
- ✓ Coordenação e operacionalização da campanha "Fátima-Tomar StayOver" que se consubstancia numa ação promocional realizada pela CIMT e os municípios em parceria com unidades de alojamento, empresas de

animação, restaurantes e demais agentes turísticos e comerciais do Médio Tejo para promover a região enquanto destino turístico integrado. Esta campanha tem como objetivos incentivar e premiar a reserva antecipada de estadas mais prolongadas (2 ou mais noites) e dar a conhecer as experiências, produtos e serviços turísticos da região;

- ✓ Articulação com as entidades envolvidas para a definição de projeto de sinalética dos Caminhos de Fátima;
- ✓ Desenvolvimento de conteúdos, materiais e ações de comunicação de promoção do programa Páscoa no Médio Tejo;
- ✓ Desenvolvimento dos trabalhos com vista à estruturação da Rota dos Castelos do Médio Tejo;
- ✓ Ponto de situação e análise sobre eventual continuidade do projeto de certificação do património Rede Herity; e
- ✓ Desenvolvimento de programa de comunicação dos produtos turísticos integrados.

No que se refere a ações de âmbito municipal, enquadradas no âmbito dos produtos turísticos integrados de base intermunicipal, refere-se a realização de eventos de animação ligados ao produto âncora Castelo de Bode| Wakeboard, designadamente os eventos “Wakeboard Open” e “Welcome to Castelo Bode”; eventos do programa de animação do património (Festival Zêzere Arts; Steampunk Fest) e iniciativas no domínio do turismo religioso como a Rota dos Pastorinhos.

ESTAÇÃO NÁUTICA DE CASTELO DO BODE

Subprojecto nº 1.4

Investimento 2019: 24.600,00€

No âmbito do processo em curso a nível nacional que visa o desenvolvimento, promoção e certificação de Estações Náuticas em Portugal, o qual está a ser implementado pela Fórum Oceano, membro e representante de Portugal junto da FEDETON (entidade gestora da rede internacional das estações náuticas) a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo apresentou em junho de 2018 uma candidatura com vista à criação da Estação Náutica do Castelo do Bode (ENCB).

Uma Estação Náutica (EN) é uma rede de oferta turística náutica de qualidade, organizada a partir da valorização integrada dos recursos náuticos presentes num território, que inclui a oferta de alojamento, restauração, atividades náuticas e outras atividades e serviços relevantes para a atração de turistas e outros utilizadores, acrescentando valor e criando experiências diversificadas e integradas. Desta forma, a EN apresenta-se como uma plataforma de cooperação entre atores identificados com um território e que asseguram a oferta de um produto turístico.

Apesar de serem maioritariamente destinos de costa, também nos territórios do interior existem condições para avançar com a certificação de Estações Náuticas, em planos de água estáveis, nomeadamente, rios, lagos e albufeiras de barragens.

Vantagens de constituir uma EN:

- ✓ diversificação da oferta turística;
- ✓ combate à sazonalidade;
- ✓ aumento do gasto por visitante;
- ✓ imagem de referência e qualidade;
- ✓ promoção conjunta de produtos turísticos a nível internacional; e

- ✓ oferta de experiências diversificadas.

Esta candidatura surge do consenso dos 5 concelhos do Médio Tejo que se localizam na envolvente da Albufeira de Castelo do Bode (Abrantes, Ferreira do Zêzere, Tomar, Sertã e Vila de Rei), com a importante parceria dos 3 GAL (ADIRN, PINHAL MAIOR e TAGUS).

O dossier inicial de candidatura apresentado em junho, o qual consta com uma rede de 66 parceiros do território que manifestaram intenção de integrar a EN, define em traços gerais as linhas estratégicas de orientação da EN, o qual já foi analisado pela Comissão de Avaliação da Fórum Oceano.

Após o processo de decisão final sobre a atribuição ou não da certificação de Estação Náutica, no dia 16 de novembro, realizar-se-á o Fórum do Mar, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, onde decorrerá a entrega dos certificados e bandeiras das Estações Náuticas que forem certificadas.

Para o ano de 2019, deverá ser desenvolvido e aprofundado, em articulação com os parceiros, um plano de ação conjunto para a Estação Náutica de Castelo do Bode.

TURISMO MILITAR – ROTA DOS TEMPLÁRIOS NO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 1.5

Investimento 2019: 242.070,00€

Face aos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos, nomeadamente no contexto do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar tendo presente a relevância do património histórico-militar existente no Médio Tejo, e na sequência da abertura do aviso para apresentação de candidaturas à Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, a CIM Médio Tejo apresentou a candidatura "Rota dos Templários no Médio Tejo" a qual integra como parceiros nucleares os Municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Vila Nova da Barquinha e o Regimento de Engenharia N.º 1.

A candidatura submetida em setembro de 2018 compreende a estruturação de uma rede temática ancorada na temática Templária de forte expressão territorial, tendo a ambição de se expandir, a curto e a médio/ longo prazo, para outras latitudes do território nacional, conferindo maior dimensão e robustez a esta rede.

A candidatura apresentada foi estruturada em articulação com os parceiros da Rede de Turismo Militar, fazendo parte de uma estratégia conjunta de intervenção que integra um conjunto de ações comuns e agregadoras da rede territorial da Rota Templária no Médio Tejo, a promover pela CIM Médio Tejo, e algumas ações e específicas e complementares a promover pelos Municípios e outros parceiros da Rede, nomeadamente:

- ✓ Ações comuns, a promover pela CIM Médio Tejo:
 - Serviços de consultoria especializada para estruturação da Rota dos Templários;
 - Identidade / marca da Rota;
 - Stand para promoção da Rota Templária a nível nacional;
 - Website de divulgação da Rota;
 - Vídeos promocionais;
 - Desenvolvimento de conteúdos de realidade virtual e realidade aumentada;
 - Desenvolvimento de aplicação / jogo virtual de promoção da Rota;
 - Realização de ações dirigidas a guias turísticos e agentes de animação turística;

- Brochuras e folhetos promocionais / passaporte da Rota;
 - Ações de marketing digital; e
 - Organização de press trips e opinion leaders.
- ✓ Ações complementares a candidatar pelos Municípios, entidades co-promotoras e parceiros nucleares da Rede (Municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Vila Nova da Barquinha):
- Sinalética turística da Rota;
 - Adaptação dos espaços interpretativos da Rota;
 - Aquisição dos equipamentos e suportes para a utilização dos conteúdos digitais; e
 - Réplicas ou recriações em 3D.
- ✓ Ação a desenvolver pelo Regimento de Engenharia N.º 1:
- Requalificação do Convento do Loreto.

Para além dos parceiros nucleares da rede territorial da Rota dos Templários no Médio Tejo, prevê-se a inclusão na roteirização dos Municípios de Abrantes, Ourém, Torres Novas e Sertã, referenciadas pela Associação Nacional do Turismo Militar com base na sua importância histórica, cultural e militar.

Também, prevê-se a inclusão, pela sua importância histórica, cultural e militar, do Município de Soure (formalizado através de protocolo a efetivar), aproveitando alguns dos conteúdos de contextualização sobre os Templários.

PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 2

Horizonte temporal: 2014-2020

Investimento 2019: 87.420,00€

O projeto tem como objetivo a implementação de ações de promoção em diversas vertentes, tais como a dinamização do ecossistema empreendedor, o empreendedorismo nas escolas, o apoio à criação de novas empresas e o empreendedorismo social. Pretende-se, igualmente, elaborar e dinamizar o Pacto para Empregabilidade Regional.

MÉDIO TEJO – VIVE O EMPREENDEDORISMO

Subprojecto nº 2.1

Investimento 2019: 76.670,00€

Com a implementação deste projeto, pretende-se contribuir para a sensibilização de uma cultura empreendedora ao longo da vida e reforço do ecossistema empreendedor do Médio Tejo, apostando na inovação das atividades de base local e valorização dos recursos intensivos em conhecimento. Em resumo, pretende-se:

- ✓ Sensibilização e estímulo ao empreendedorismo enquanto cultura transversal
- ✓ Valorização dos recursos endógenos intensivos em conhecimento
- ✓ Aparecimento de mais empreendedores
- ✓ Novos e melhores projetos de base tecnológica

- ✓ Atração de investimento e geração de empregos qualificados para a região.

Atividades a realizar em 2019:

Atividade A: Organizar e Dinamizar o Ecosistema Empreendedor

- ✓ Realização de encontros temáticos de empreendedorismo; e
- ✓ Dinamização da Rede Regional de Empreendedorismo do Médio Tejo.

Atividade C: Missão Empreendedora e Roadmap de Boas Práticas

- ✓ Benchmarking, através da visita a uma região para conhecimento do sistema regional de empreendedorismo; e
- ✓ Elaboração de um "Roadmap" de boas práticas empreendedoras.

Atividade D: Reforço da Cooperação e da Competitividade Regional (RCCR)

- ✓ Criação de Guias de Valorização do Empreendedorismo.

Atividade I: Coordenação e Dinamização

Atividade J: Plano de Divulgação e Comunicação

- ✓ Conceção gráfica e produção de material de promoção e divulgação;
- ✓ Dinamização do projeto nas redes sociais;
- ✓ Publicação de anúncios na comunicação social;
- ✓ Produção de Materiais de promoção e comunicação do projeto; e
- ✓ Conceção de brochura de divulgação de resultados em formato digital.

Atividade K: Empreender no Setor do Turismo

A presente atividade, visa a constituição de um Programa para os empreendedores, que desenvolvem e/ou pretendem desenvolver atividade, tendo por base o setor do turismo, um dos setores de especialização do Médio Tejo.

Pretende-se preparar novos empreendedores que procuram negócios inovadores alicerçados no turismo enquanto pilar setorial diferenciador, assim como projetos de intraempreendedorismo desenvolvidos pelos atores que já se encontram no terreno e cuja atividade se foca nesta temática, dotando-os de ferramentas metodológicas que lhes permita desenvolver e testar o seu modelo de negócio, previamente à sua entrada no mercado.

- ✓ Criação do Laboratório de Empreendedorismo Turístico e respetiva dinamização (Realização de sessões/workshops) no território;
- ✓ Guia de Boas Práticas; e
- ✓ Programa de Aceleração Vertical no Setor do Turismo.

O "Médio Tejo – Vive o Empreendedorismo" trata-se de um projeto em copromoção, liderado pela CIMT e integra os seguintes parceiros: ADIRN, TAGUS e PINHAL MAIOR.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Subprojecto nº 2.2
Investimento 2019: 750,00€

A aposta no empreendedorismo é um fator fundamental e determinante para a captação e alavancagem de novas oportunidades de negócio para o território, conferindo maior agilidade competitiva para a sua economia. Neste sentido, as ações que norteiam o Plano de Ação para o Ecosistema Empreendedor do MT, decorreram de um trabalho de levantamento e análise, e da auscultação efetuada aos atores regionais relevantes, assim como da articulação com o Plano Estratégico do Médio Tejo e restantes Instrumentos de Gestão Territorial e de Políticas Públicas.

Estas ações assentam num conjunto de Orientações Estratégicas, ou seja, os grandes eixos estratégicos que suportam o Plano de Ação, a saber:

- ✓ Desenvolver e fortalecer a articulação entre atores;
- ✓ Apoiar o empreendedorismo ao longo da vida do empreendedor;
- ✓ Valorizar os recursos endógenos e focalizar na especialização inteligente;
- ✓ Dinamizar o empreendedorismo para a competitividade

Para cada uma destas Operações Estratégicas foram definidas áreas de intervenção (AI) e ações (AC) que materializam a operacionalização da estratégia de empreendedorismo regional. Assim, pretende-se com esta iniciativa, a análise, priorização e implementação das ações propostas no Plano de Ação para o Ecosistema Empreendedor do Médio Tejo.

RÉGIES COOPERATIVA DE EMPREENDEDORES

Subprojecto nº 2.3
Investimento 2019: 10.000,00€

Pretende-se a criação de um Grupo de Trabalho para a análise da implementação de uma Régies Cooperativa de Empreendedores no Médio Tejo, de acordo com o modelo francês das "Cooperatives D'Activite et D'Émloi".

Na sequência da visita a Perpignan, no âmbito do Projeto "Médio Tejo – Vive o Empreendedorismo", a parceria de desenvolvimento do projeto tomou conhecimento da existência destas cooperativas, perspetivando-se que as mesmas sejam uma mais valia de suporte ao empreendedorismo, designadamente no apoio à criação de empresas e emprego.

EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA NO MÉDIO TEJO

PEDIME – FASE 1 (PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DA EDUCAÇÃO)

PROJECTO Nº 3

Horizonte temporal: 2015-2020

Investimento 2019: 1.224.676,00€

Pretende-se promover a valorização do Médio Tejo através do reconhecimento de uma educação de excelência nesta região, combatendo o abandono e insucesso escolar e promovendo projetos educativos inovadores, que contribuam para o desenvolvimento do potencial de aprendizagem e os níveis de excelência no ensino.

As intervenções a desenvolver têm como objetivo contribuir para a redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais.

O projeto consubstancia um plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo e surge da necessidade de construir um instrumento de coordenação e planeamento intermunicipal capaz de potenciar as redes colaborativas de escolas e municípios visando a partilha de recursos e a convergência de ações orientadas para a superação das limitações e/ou problemas educativos comuns (acesso à formação contínua, configuração da rede escolar, programas de redução do insucesso e abandono escolar, desadequação da oferta formativa, entre outros).

Inclui-se no âmbito deste projeto, a aposta em iniciativas inovadoras e criativas de promoção do conhecimento científico junto das comunidades escolares, em articulação com o IPT e os Centros de Ciência Viva, que fomentem o interesse e a motivação dos alunos para os conteúdos escolares e melhorem as condições de aprendizagem e a qualidade do sistema de educação.

Mais do que um instrumento de gestão ou de controlo, o plano pretende constituir-se como plataforma potenciadora das ações a desenvolver pelas escolas/agrupamentos de escolas, pelos Municípios e pela própria Comunidade Intermunicipal visando a prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Redução do insucesso e da retenção escolares concretizando o princípio da equidade educativa pelo desenvolvimento de ações de apoio às crianças e jovens com dificuldades de Aprendizagem Redução do abandono escolar precoce pelo acesso a vias diferenciadas de educação e formação e pela adequação dos perfis de formação às oportunidades de inserção no mercado de trabalho;
- ✓ Promoção do sucesso escolar pela generalização de estratégias que qualifiquem as aprendizagens e valorizem os resultados;
- ✓ Promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas (desenvolvimento de maneiras de pensar os problemas) desde o pré-escolar até ao ensino secundário; e
- ✓ Diversificação e coordenação das ofertas profissionalizantes de forma a adequá-las às oportunidades e necessidades do mercado de trabalho.

Para o desenvolvimento deste projeto intermunicipal, enquadrado no âmbito do PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, têm vindo a ser realizadas diversas reuniões do Grupo de Trabalho Setorial Educação e Formação (conforme modelo de governação territorial integrada do Médio Tejo definido na EIDT 2014-2020), com o envolvimento dos municípios, todos os agrupamentos de escolas do Médio Tejo, escolas profissionais, IPT e IEPF, tendo sido discutidas as iniciativas a desenvolver com a participação e contributo de todos os parceiros, no âmbito do plano.

Para uma adequada implementação do projeto, pressupõe-se a articulação funcional de vários níveis de ação (projetos educativos de escolas e agrupamentos de escolas; planos de desenvolvimento educativo municipal e projetos educativos municipais), com coordenação e planeamento de carácter intermunicipal, e potenciando a participação ativa dos vários parceiros, designadamente no que se refere a componentes de planeamento estratégico multinível; implementação de medidas de intervenção precoce, redução do abandono escolar e

promoção do sucesso educativo; implementação de medidas de promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas e iniciativas de apoio à comunidade pré-escolar com enquadramento no plano intermunicipal.

As atividades deste projeto previstas para os anos letivos 2017/2018 e 2018/2019, estão enquadradas na candidatura aprovada ao Centro 2020, PEDIME – Fase 1 (Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo – Fase 1), com um valor global de investimento de cerca de 5,2 M€, dos quais cerca de 1,8 M€ correspondem a atividades a executar diretamente pela CIMT.

Para o ano de 2019, prevê-se a continuidade das atividades do projeto já iniciadas em 2017, bem como a operacionalização da generalidade das restantes atividades enquadradas na candidatura aprovada pelo Centro 2020, PEDIME Médio Tejo – Fase 1, designadamente:

M1. Planeamento estratégico multinível

O Planeamento Estratégico Multinível da Educação do Médio Tejo conjuga três níveis: agrupamentos de escola, municípios e comunidade intermunicipal, promovendo-se a coordenação e planeamento intermunicipal capaz de potenciar as redes colaborativas de escolas e municípios visando a partilha de recursos e a convergência de ações orientadas para a superação das limitações e/ou problemas educativos comuns.

Neste contexto, prevê-se a continuidade dos trabalhos de consultoria técnica especializada de apoio à construção, implementação e acompanhamento do plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar no Médio Tejo, contratados ao Prof. David Justino, incluindo o apoio técnico a condução geral dos trabalhos e orientação científica em termos de metodologias, conceção de instrumentos, parcerias, intervenções prioritárias, boas práticas e outras questões relevantes ao bom desenvolvimento do plano e prossecução dos objetivos do projeto.

Ainda, e na sequência da conclusão da elaboração do Diagnóstico Educativo do Médio Tejo, pretende-se em 2019 dar continuidade aos trabalhos de desenvolvimento das várias atividades no âmbito do projeto no ano letivo 2018/2019, nomeadamente, tendo em conta os indicadores contratualizados na candidatura apresentada ao Centro 2020, tais como: a avaliação dos resultados atingidos pelos alunos tendo em vista o aumento do sucesso educativo e diminuição da taxa de retenção e da taxa de insucesso escolar. Constata-se a necessidade de desenvolver esforços no sentido de apoiar a rede colaborativa de escolas e municípios no âmbito da Autoavaliação, garantindo diagnósticos rigorosos que favoreçam boas análises SWOT e PEST, tendo em vista a elaboração de Planos de Ação contextualizados e propiciadores de iniciativas de melhoria.

Verifica-se que algumas das medidas previstas, embora tenham iniciado no ano letivo 2017/2018, terão continuidade em 2018/2019 e em anos subsequentes. Tendo presentes os objetivos inicialmente propostos no plano, proceder-se-á à reprogramação do PEDIME – fase 1 e à programação do PEDIME - fase 2, a apresentar ao Centro 2020.

M2 - Medidas de intervenção precoce, redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo

- **Promoção do sucesso escolar – correção da acuidade visual e auditiva no pré-escolar**

No âmbito do eixo estratégico do PEDIME relativo à implementação de medidas de intervenção precoce, redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo, prevê-se dar continuidade ao projeto de correção da acuidade visual e auditiva no pré-escolar, desenvolvido em parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco; o Centro Hospitalar do Médio Tejo; a Direção de Serviços de Educação da Região Centro; a Direção de Serviços de Educação da Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Universidade da Beira Interior. Este projeto temo como objetivo promover a conjugação de esforços e articulação das intervenções no âmbito da promoção do sucesso escolar no Médio Tejo, através da identificação e correção de eventuais problemas de acuidade visual e auditiva das crianças, suscetíveis de interferirem negativamente no processo de aprendizagem. A metodologia de operacionalização do projeto passa pela realização de exames de rastreio aos alunos do pré-escolar, nos espaços das escolas. Às crianças que na sequência dos rastreios se suspeita que apresentam deficit visual será atribuído um voucher de acesso a consultas de diagnóstico diferencial, que serão realizadas por estabelecimentos aderentes da área de influência do Médio Tejo legalmente habilitados para o efeito. Perante a confirmação de um deficit visual suscetível de interferir com o processo de aprendizagem, o voucher financiará a correção que se vier a identificar como necessária. As situações de deficit audiológico são encaminhadas para os serviços de saúde. Para operacionalização do projeto, e tendo em conta as responsabilidades protocoladas entre os diversos parceiros, prevê-se a contratação de serviços especializados a técnicos de optometria e audiologia, que se juntam à equipa do ACES Médio Tejo nas deslocações às escolas para a realização dos rastreios.

➤ **Olimpíadas de Jogos Tradicionais**

Para o ano de 2019, prevê-se a continuidade do projeto Olimpíadas de Jogos Tradicionais, que visa a reintrodução dos jogos na vida das crianças e jovens, que atualmente carecem de saúde física e mental pela inatividade, e demonstram dificuldades de socialização pela ausência do contacto direto com os seus pares. Assim, é com assento na importância dos Jogos Tradicionais enquanto atividades lúdicas estimuladoras da criação de ideais de cooperação social e de capacitação do capital humano, e como património intangível que pode claramente contribuir para o desenvolvimento social e económico comunitário, que se pretende promover a introdução dos Jogos Tradicionais nas atividades extracurriculares, proporcionadas pelas Escolas dos Municípios associados da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. Os Jogos Tradicionais permitem fortalecer laços sociais e de solidariedade entre os praticantes, independentemente da idade, género, etnia ou classe social. Este carácter de inclusão é importante para despertar o sentimento de pertença à comunidade e fomentar o relacionamento entre gerações, ao mesmo tempo que se valorizam as memórias e as tradições do Médio Tejo. A promoção e o desenvolvimento de competências de coordenação, equilíbrio, flexibilidade e resistência, assim como o aprofundamento de competências intelectuais são outras das vantagens dos Jogos Tradicionais, contribuindo também para um estilo de vida menos sedentário.

Em cada um dos treze municípios associados terão lugar atividades no âmbito dos Jogos Tradicionais dirigidas aos alunos da Educação Pré-Escolar e 1.º CEB. Como ações previstas inclui-se a dinamização de um programa de acompanhamento de docentes e técnicos do Médio Tejo, facilitando a realização das referidas atividades. Realizar-se-ão ainda sessões de informação junto da comunidade escolar. Considera-se ainda a possibilidade de organização de pequenos torneios inter-escolas.

➤ **Programa de Visitas de Estudo (Práticas de Aprendizagem Integradas) - BRED**

O programa de visitas de estudo – práticas de aprendizagem integradas, pretende desenvolver uma abordagem inovadora do currículo escolar que potencie a integração de diferentes aprendizagens em torno de temas associados a contextos regionais e locais. O principal objetivo que se pretende atingir é o de promover a capacidade de mobilização de conhecimento para a resolução de problemas ou para o desenvolvimento de projetos que, através da sua contextualização, permita ao aluno consolidar e alargar o nível de conhecimento de partida, bem como o desenvolvimento de competências sociais, comunicacionais, cognitivas e metacognitivas. Para o efeito pretende-se identificar no currículo de cada um dos anos de escolaridade o conjunto de conhecimentos mobilizáveis para o aprofundamento dos temas, sendo estes selecionados em função da disponibilidade de informação e de contextos locais e regionais suscetíveis de valorizarem o conhecimento sobre esses contextos. As visitas de estudo integram-se neste conjunto de práticas que se pretendem desenvolver ao longo dos anos letivos.

A metodologia a privilegiar segue as maneiras de pensar cientificamente conduzidas, partindo da seleção dos temas, a formulação dos problemas decorrentes da prática de questionamento e pesquisa, concluindo pela elaboração dos respetivos relatórios por parte de cada grupo de alunos e a sua apresentação pública. Como base de trabalho a ser desenvolvida e reconceptualizada pelas escolas e pelos professores, definiu-se a estrutura dos guiões, procedeu-se ao levantamento de possíveis locais a estudar e elaboraram-se 15 guiões pedagógicos que assumem as características de referencial de aprendizagem.

Para o ano de 2019, prevê-se a elaboração de mais 30 guiões a divulgar e disponibilizar às comunidades educativas do Médio Tejo.

➤ **Projetos desenvolvidos em parceria com as Bibliotecas Públicas**

Afirmando a biblioteca escolar como parte integrante do processo educativo, prevê-se o desenvolvimento de um conjunto de atividades em parceria com o Grupo de Trabalho das Bibliotecas do Médio Tejo, com os seguintes objetivos:

- ✓ Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem e também da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- ✓ Providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que exponham os estudantes a ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- ✓ Defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efetiva e responsável e à participação na democracia;
- ✓ Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- ✓ Estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens; e
- ✓ Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas.

Neste contexto, para o ano de 2019 prevê-se a continuidade/início das seguintes atividades:

- ✓ Fundos Documentais: Reforçar a aquisição de fundos documentais/coleções que se enquadrem ou que vão ao encontro daquelas que são as metas curriculares nas várias disciplinas, de modo a enriquecer o acervo das bibliotecas públicas e escolares;
- ✓ Programa de espetáculos de teatro: Atualização da programação de espetáculos de teatro que responda às necessidades curriculares, através da contratação de companhias de teatro de qualidade previamente

avaliada que levem à cena a dramatização de obras de leitura obrigatória, nos diversos ciclos de ensino, ou outras consideradas relevantes para a aprendizagem;

- ✓ Encontros com Escritores contemporâneos: Promoção de novos encontros com escritores contemporâneos, enquadráveis no currículo;
- ✓ WikiTejo: divulgação e promoção de uma enciclopédia em linha do Médio Tejo;
- ✓ Residências artísticas: acolhimento de escritores que produzirão obras, cuja ação decorrerá no espaço territorial do Médio Tejo; e
- ✓ Partilha de livros digitais (e-books) no âmbito do Plano Nacional de Leitura;

➤ **Museus na promoção da herança cultural local e regional**

Segundo a UNESCO, a Educação é definida como “um processo para todos ao longo da vida que deve ser realizado sob os princípios democráticos e de respeito pelos direitos humanos, a partir de quatro pilares: Aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a viver”. Neste contexto, é fundamental a identificação e divulgação dos diversos patrimónios, através de ações de educação não formal, como meio de consciencializar as pessoas, nomeadamente a comunidade escolar, sobre o potencial de informação e desenvolvimento que os museus encerram. Por um lado, os espaços museológicos e os respetivos espólios são uma mais valia para a valorização do património e da herança cultural local e regional. Por outro, os mesmos assumem um papel primordial para o desenvolvimento da cidadania. Também por estes motivos, mais do que visitados, os museus devem ser vividos, num contexto de flexibilidade curricular propiciador da componente local e regional do currículo e mobilizadora do saber em ação.

Assim, no ano de 2019, pretende-se concretizar os seguintes objetivos:

- ✓ Dar a conhecer as exposições permanentes e temporárias existentes na rede de museus do Médio Tejo, relacionando-as com o território e com a comunidade envolvente, fomentando o gosto pela herança cultural regional;
- ✓ Contribuir para a transformação digital dos museus e para a elaboração de materiais pedagógicos ligados ao conhecimento do território (exposições, maletas pedagógicas, fichas guias, etc),
- ✓ Desenvolver projetos interdisciplinares onde a história ao vivo, desempenhe um papel central no conhecimento e apropriação de importantes marcos da memória coletiva do Médio Tejo;
- ✓ Contribuir para a criação de uma identidade regional, constituindo-se como a sala de aula do presente que permite veicular a herança cultural regional.

➤ **MINDGAMES (Programa Intermunicipal para o desenvolvimento das competências metacognitivas)**

Para o ano de 2019, prevê-se a continuidade do projeto Mindgames, que visa apoiar a criação de atividades escolares de Xadrez. Nas ações previstas inclui-se a dinamização de um programa de acompanhamento de docentes e técnicos do Médio Tejo, facilitando a realização das referidas atividades. Realizar-se-ão ainda sessões de informação junto da comunidade escolar. Considera-se ainda a possibilidade de organização de pequenos torneios inter-escolas.

➤ **Miúdos Digitais (Programa Intermunicipal para o Pré-Escolar)**

Para o ano de 2019, prevê-se a concretização do projeto Miúdos Digitais, o mesmo visa proporcionar a todos os alunos do pré-escolar o primeiro contacto com os suportes digitais através do fornecimento de kits móveis com

tablet aos estabelecimentos de ensino pré-escolar, bem como a realização de sessões de informação aos educadores para a sua utilização. Esses *tablets* serão fornecidos com um conjunto de aplicações educativas visando o desenvolvimento de competências básicas de informação, comunicação e produção, de acordo com o referencial de competências para o ensino pré-escolar, aprovado pelo Ministério da Educação.

➤ **Bolsa para concursos escolares e outras iniciativas de promoção do conhecimento e do saber**

Para o ano de 2019, prevê-se a dinamização de um programa de apoio à realização de concursos escolares e outras iniciativas de promoção do conhecimento e do saber, bem como ações de carácter transversal, destinadas a sensibilizar a comunidade envolvente da escola para a área de educação para a cidadania. Denominar-se-á programa Escola CCC Médio Tejo. Para este efeito é instituído o Prémio Escola CCC Médio Tejo e criado um distintivo, a placa de Escola CCC Médio Tejo, que assinala as escolas que, pelo seu dinamismo e espírito de iniciativa, concorrem na promoção da cidadania junto dos jovens e promovem, através de programas devidamente enquadrados no âmbito do projeto educativo da escola, o trabalho de todos. São criados 4 prémios distribuídos por 4 categorias, dirigidas aos 1.º/2.º/3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário (regular e profissional), no âmbito das seguintes temáticas: Educação para a segurança, defesa e paz; e Educação para a igualdade do género. Estes prémios serão atribuídos sob a forma de viagens de dois dias aos 2.º e 3.º ciclos e Ensino Secundário e de um dia ao 1.º ciclo.

➤ **Amigos do Ziki**

É um programa de intervenção precoce que tem como objetivo a promoção da saúde emocional e mental de todas as Crianças. Promove o desenvolvimento de competências socioemocionais, desenvolvendo nas crianças as capacidades de reconhecer, identificar e verbalizar sentimentos, de relação e comunicação em grupo, de lidar com situações difíceis do ponto de vista emocional (divórcios, lutos, mortes, agressividade, *bullying*, etc.). Promove ainda a entreajuda e prepara as Crianças, de forma estruturada, com as competências de que elas necessitarão durante a vida, para fazer face às dificuldades do dia-a-dia e a situações de crise.

O Amigos do Ziki destina-se, na sua aplicação de BASE, a todas as Crianças no último ano do pré-escolar (com 5/6 anos), incluindo as que têm necessidades educativas especiais, e não apenas às que são consideradas de risco. Também é possível aplicar o Amigos do Ziki a Crianças com necessidades educativas especiais que estejam no ensino básico, atendendo ao seu desenvolvimento emocional e mental. O Amigos do Ziki pretende assim ser uma ferramenta para a promoção da saúde emocional e mental da população em geral.

➤ **Empreendedorismo na Escola 2018/2019**

Esta atividade consiste na dinamização de um conjunto de ações para a sensibilização e fomento do empreendedorismo junto de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário. Pretende-se a universalização do acesso das crianças e jovens a atividades de empreendedorismo, que permitam desenvolver, em contexto de aprendizagem, uma cultura onde seja valorizada a capacidade de gerar ideias.

Ao participarem neste projeto, as crianças e jovens podem ganhar confiança e aprender a valorizar dinâmicas empreendedoras, beneficiando de aconselhamento e de apoio no seu desejo de inovar, bem como de ferramentas úteis para utilização futura.

➤ **Educar pelas Artes, Poesia, Teatro, Dança e Música**

O Currículo Nacional do Ensino Básico justifica que: "As competências artísticas contribuem para o desenvolvimento dos princípios e valores do currículo e das competências gerais, consideradas essenciais e

estruturantes, porque: Constituem parte significativa do património cultural da humanidade; Promovem o desenvolvimento integral do indivíduo, pondo em acção capacidades afectivas, cognitivas, cinestésicas e provocando a interacção de múltiplas inteligências; Mobilizam, através da prática, todos os saberes que o indivíduo detém num determinado momento, ajudam-no a desenvolver novos saberes e conferem novos significados aos seus conhecimentos; Permitem afirmar a singularidade de cada um, promovendo e facilitando a sua expressão, podendo tornar-se uma "mais-valia" para a sociedade; Facilitam a comunicação entre culturas diferentes e promovem a aproximação entre as pessoas e os povos; Usam como recurso elementos da vivência natural do ser humano (imagens, sons e movimentos) que ele organiza de forma criativa; Proporcionam ao indivíduo, através do processo criativo, a oportunidade para desenvolver a sua personalidade de forma autónoma e crítica, numa permanente interacção com o mundo; São um território de prazer, um espaço de liberdade, de vivência lúdica, capazes de proporcionar a afirmação do indivíduo reforçando a sua auto-estima e a sua coerência interna, fundamentalmente pela capacidade de realização e conseqüente reconhecimento pelos seus pares e restante comunidade; Constituem um terreno de partilha de sentimentos, emoções e conhecimentos; Facilitam as interacções sociais e culturais constituindo-se como um recurso incontornável para enfrentar as situações de tensão social, nomeadamente as decorrentes da integração de indivíduos provenientes de culturas diversas; Desempenham um papel facilitador no desenvolvimento/integração de pessoas com necessidades educativas especiais; Implicam uma constante procura de actualização, gerando nos indivíduos a necessidade permanente de formação ao longo da vida" (CNEB, 2001, p. 150).

Neste contexto, pretende-se proporcionar aos alunos do Médio Tejo atividades no âmbito do ensino artístico, no domínio da poesia, teatro, dança e música mediante atividades desenvolvidas para e com os alunos dos diversos níveis de escolaridade, cujos municípios/AE's assim entendam pertinente, face aos respetivos projetos educativos, mobilizando parceiros do Médio Tejo.

M3. Experimenta + Ciência (Programa Intermunicipal de Promoção da Cultura Científica)

O Projeto "Experimenta+Ciência" consiste na realização de atividades experimentais de ciências de forma mais sistematizada desde os primeiros anos de escolaridade, sobre temas de ciências previstos no currículo, mas contextualizados no dia-a-dia dos estudantes e com a exploração Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente. Este projeto teve por base uma análise da realidade dos 18 agrupamentos da CIMT sobre infraestruturas, equipamentos e recursos adequados à realização de atividades práticas experimentais de ciências desde os primeiros anos de escolaridade, de forma a potenciar o acesso qualificado à educação em ciências a todos os estudantes da comunidade intermunicipal. Assim, está em desenvolvimento o apetrechamento das escolas com infraestruturas, equipamentos e recursos adequados à realização de atividades práticas experimentais de ciências.

➤ MOSPOS (Monitorizar o sucesso para o sucesso)

Prevê-se uma ação de monitorização do projeto - Experimenta + Ciência (Programa Intermunicipal de Promoção da Cultura Científica) - MOSPOS - Monitorizar o Sucesso para o Sucesso, no sentido de se averiguar ao longo do mesmo: a existência mais regular de práticas experimentais (em grupo e contexto de laboratório/espaço similar) nos diferentes anos de escolaridade; a mudança nas práticas dos professores e o sucesso (motivação e desempenho) dos estudantes nas disciplinas de ciências.

➤ **Recursos de Apoio à Mudança de Práticas de Ensino Experimental de Ciências (RAMPEEC)**

Está ainda previsto para 2019 o projeto RAMPEEC que consiste na conceção, produção e disponibilização de Recursos de Apoio à Mudança de Práticas de Ensino Experimental das Ciências, que assumirão um formato digital *online*. Através dos RAMPEEC, os professores poderão aceder a formas de explorar os diferentes temas de ciências tendo por base o ensino experimental.

- ✓ Como ações complementares à medida 3, apresentam-se as seguintes iniciativas de continuidade:
 - visitas de estudo aos 3 Centros de Ciências da CIM do Médio Tejo;
 - sessões de preparação das visitas de estudo para os professores; e
 - dinamização de ações para promoção do ensino experimental das ciências no Ensino Básico, pelo IPT.

- ✓ Como ações complementares à medida 3, iniciar-se-ão as seguintes iniciativas:
 - itinerância de exposições sobre conteúdos de Ciências pelos 18 agrupamentos; e
 - ações de promoção da literacia científica da comunidade em geral (ex. férias com ciência; cafés com ciência; Feira Anual de Ciência). Estas ações visam o envolvimento dos pais e demais comunidades locais no sentido de valorizarem o conhecimento científico e a importância da sua aprendizagem pelos seus educandos desde a mais tenra idade.

M4. Antecipação das Necessidades de Qualificação e Concertação da Oferta Formativa

No ano de 2019, prevê-se dar continuidade ao processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais, através da recolha, análise e discussão das propostas das escolas, apoio na interlocução com DGESTE e ANQEP e produção de uma proposta final de rede, concertada com os atores.

Para além dos estudos de base e trabalhos de concertação, pretende-se ainda o desenvolvimento de uma Estratégia de Valorização Social do Ensino Profissional, destacando-se a realização de um evento de promoção e divulgação da oferta para incrementar a complementaridade no território do Médio Tejo.

M5. CDIEd e Rede Colaborativa de Escolas do Médio Tejo

Tendo presente que o desenvolvimento do projeto assenta no forte envolvimento das entidades parceiras na definição das estratégias de atuação e na implementação das ações e medidas do plano, é essencial o estabelecimento de estruturas facilitadoras de uma participação sistemática e organizada nos trabalhos do projeto. Neste contexto, prevê-se a continuidade da dinamização das seguintes estruturas de participação/colaboração:

- ✓ CDIEd - Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo: instância de coordenação e consulta e tem por objetivo promover o planeamento estratégico, a nível intermunicipal, capaz de assegurar a definição de estratégias, ações e prioridades que devem orientar a constituição de uma rede para a coordenação da política educativa no Médio Tejo; e
- ✓ RCE MT - Rede Colaborativa de Escolas do Médio Tejo: rede de adesão voluntária para as escolas do Médio Tejo com o objetivo de poderem discutir as práticas pedagógicas, as experiências de ensino e aprendizagem, as formas de mobilização e organização dos recursos educativos, a análise comparada dos resultados escolares e a difusão de inovações educacionais.

Neste contexto, e em parceria com os Centros de Formação (A23, Templários e Alto Tejo), prevê-se a continuidade da dinamização de um plano de seminários e ações de capacitação, centradas em temáticas de

interesse para o desenvolvimento do projeto, tais como o ensino experimental de ciências; novos cenários de aprendizagens; diferenciação pedagógica e diversificação dos instrumentos de avaliação de e para as aprendizagens dos alunos.

Portal da Educação (OIEmt)

Pretende-se ainda dar continuidade e promover a evolução da Plataforma de Gestão Escolar em uso nos Municípios e Agrupamentos do Médio Tejo, que deverá incluir as seguintes componentes:

- ✓ Portal da Educação: sítio web para publicação e partilha de informações de carácter educativo, especialmente dirigida a pais, professores, alunos e educadores em geral; e
- ✓ O portal do **Observatório Intermunicipal da Educação do Médio Tejo (OIE MT)** visa reunir um conjunto de informações facilitadoras da reflexão em torno de questões da Educação no Médio Tejo, privilegiando a partilha de dados, saberes, práticas e experiências.

A adoção de um planeamento estratégico que promova a eficiência, inspira uma visão de futuro e favorece o desenvolvimento do Médio Tejo, por via da capacitação das crianças e jovens que, mais tarde, venham a exercer uma cidadania esclarecida, inovadora e interveniente.

A disseminação generalizada de práticas, a partilha de informação estatística, saberes e experiências constituem uma das aspirações deste dispositivo criado pela CIMT, no contexto dos seguintes objetivos:

1. Aprofundar o conhecimento sobre o sistema educativo regional;
2. Avaliar o grau de concretização e o desenvolvimento do PEDIME;
3. Conhecer o sucesso escolar das Unidades Orgânicas;
4. Divulgar Indicadores de contexto das Unidades Orgânicas;
5. Apoiar a descentralização de competências na administração local;
6. Apoiar a autonomia das escolas;
7. Partilhar o conhecimento das mesmas realidades nos diversos concelhos do MT;
8. Promover a partilha de dados estatísticos, saberes e práticas;
9. Criar um fórum de colaboração entre diversos parceiros e os principais atores educativos do MT; e
10. Fomentar o benchmarking dentro do Médio Tejo e com outras regiões.

UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE DO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 4

Horizonte temporal: 2016-2022

Investimento 2019: 22.521,00€

No quadro da estratégia de desenvolvimento do Médio Tejo, e dado que se encontrava contratualizado no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, um conjunto de intervenções na rede de equipamentos de prestação de cuidados de saúde, que resultaram da análise de necessidades e mapeamento, foi aprovada a 06 de fevereiro de 2017, pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 uma candidatura que teve como objetivo a aquisição de 13 viaturas ligeiras elétricas para unidades móveis de intervenção precoce/ cuidados de saúde na Comunidade.

No âmbito da execução da candidatura, as viaturas adquiridas pela CIMT, tendo cada município assegurado a sua propriedade e respetivos seguros, foram disponibilizadas aos Centros de Saúde da Região do Médio Tejo a 27 de junho de 2017, tendo sido celebrados para o efeito, protocolos de colaboração com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT) e a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE (ULS Castelo Branco).

Os protocolos celebrados assentam nos seguintes pressupostos gerais:

- ✓ A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo fica responsável pela aquisição das 13 viaturas/unidades móveis para cuidados de saúde na comunidade, com assunção da contrapartida nacional (da aquisição e transformação das viaturas), a imputar aos respetivos municípios;
- ✓ As viaturas serão propriedade dos municípios do Médio Tejo, assegurando estes os respetivos encargos com os seguros, ficando o seu uso alocado a atividades de saúde no território dos concelhos que a integram, nos termos acordados com a ARSLVT e a ULS Castelo Branco;
- ✓ Cabe à ARSLVT e à ULS Castelo Branco, suportar os encargos, relativos ao combustível / baterias, pneus e outras peças cujo desgaste resulte do uso da viatura, incluindo manutenção de mecânica, limpeza necessária ao adequado uso das viaturas e disponibilizar os técnicos de saúde o material de consumo clínico e médico necessário para a utilização das viaturas, zelando pela boa conservação e funcionalidade das viaturas, não fazendo das mesmas uso indevido e imprudente.

Na sequência da celebração dos protocolos, ficou, igualmente, definido que a CIMT asseguraria o devido procedimento de contratação pública para aluguer das baterias elétricas para garantir a devida operacionalização das viaturas, sendo posteriormente, ressarcida de tais encargos, pela ARSLVT e a ULS Castelo Branco.

Uma vez que para a implementação do projeto, privilegiou-se a opção pela aquisição de viaturas elétricas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e indo ao encontro dos critérios de seleção adotados no aviso de concurso no que se refere à adoção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente em termos de eficiência energética, foi, igualmente, celebrado a 27 de junho de 2017, um protocolo de colaboração com a MOBI.E, entidade gestora da rede de mobilidade elétrica que tem como objetivo a instalação de um posto de carregamento elétrico, por parte desta entidade, em cada um dos municípios da região do Médio Tejo.

MÉDIO TEJO INCLUSIVO

PROJECTO Nº 5

Horizonte temporal: 2015-2020

Investimento 2019: 66.174,00€

O projeto Médio Tejo Inclusivo pretende contribuir para dar resposta aos desafios que se colocam a uma região com uma população cada vez mais envelhecida, que pretende promover a atratividade esvaziada das zonas de baixa densidade e reacender a capacidade de atrair população para os polos urbanos. As preocupações do foro social têm vindo a complexificar-se, sendo notória a necessidade de conjugação de competências entre entidades que já têm vindo a promover operacionalmente a sintonização de intervenções, mas que necessitam formalizar esse vínculo de atuação conjunta e robustecer a oferta integrada de competências em matéria de

inclusão e apoio aos novos fenómenos de pobreza. Este projeto ambiciona responder a estes desafios através de iniciativas que ultrapassam a mera resposta concelhia a constrangimentos que são inegavelmente regionais. Neste sentido, os objetivos deste projeto incidem sobre a estruturação de redes de cooperação e articulação de competências entre entidades e recursos para a promoção da inclusão e combate à pobreza que atuem numa lógica supramunicipal.

Engloba a definição conjunta e concertada de ações, que integram o Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado, nomeadamente ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Engloba a identificação e reconhecimento das iniciativas de inovação e empreendedorismo social no Médio Tejo enquanto mecanismo para a criação de emprego e estímulo da competitividade da região e a promoção do envelhecimento ativo. O projeto pretende ainda incluir intervenções dirigidas a uma saudável integração da comunidade cigana no território, o apoio a uma vida independente para as pessoas com deficiência e o apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, inclusão social e luta contra a pobreza.

A implementação das medidas previstas no âmbito do projeto está condicionada aos desenvolvimentos que vierem a ser conhecidos relativamente à operacionalização dos apoios do Centro2020 e POISE2020, no domínio social.

MARIA - ESTRATÉGIA INTEGRADA DE INTERVENÇÃO NA ÁREA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

Subprojecto nº 5.1

Investimento 2019: 41.574,00€

O Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo, recentemente desenvolvido, apresenta um diagnóstico de necessidades sobre diversas problemáticas sociais, entre elas a violência doméstica e de género (VDG). Nele, reconheceu a VDG como uma área prioritária de trabalho para todos os Municípios e, por isso mesmo, vão ser criadas respostas em cada um dos territórios que se pretende se articulem entre si na lógica da intermunicipalidade. Foi identificado como necessidade a formação de técnicos/as de intervenção nesta área de atuação, nomeadamente a frequência de formações de TAV, o que se pretende promover em complemento à operação candidata. Também foi identificado como necessário a realização de ações de sensibilização e (in)formação de modo a que a comunidade fique mais alerta para a problemática, saiba como intervir em situações de VDG e para que aumentem o número de casos reportados, visto ainda ser um problema muito escondido na sociedade.

O subprojecto MARIA, apresentado em candidatura ao aviso Nº POISE- 37-2017-06 (Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género e sensibilização e produção de materiais nestas áreas), tem como objetivo desenvolver respostas para a problemática da violência doméstica e de género em todos os Municípios da região do Médio Tejo. Pretende criar e dinamizar estruturas de apoio e atendimento e redes de resposta integrada nos concelhos da região. Para além disso, pretende (in)formar e sensibilizar para a temática a população em geral, técnicos/as de intervenção, professores/as e estudantes e a população idosa. Com este subprojeto, pretende-se concretizar os seguintes objetivos gerais:

- ✓ Dotar a região do Médio Tejo de respostas municipais e intermunicipais à problemática da violência doméstica e de género;
- ✓ Combater o fenómeno da violência doméstica e de género na região do Médio Tejo;
- ✓ Aumentar o número de casos reportados de violência doméstica e de género na região do Médio Tejo;
- ✓ Sensibilizar e informar a população em geral da região do Médio Tejo e, em particular, a população estudantil e a idosa, para as questões da violência doméstica e de género; e
- ✓ Sensibilizar, informar e dotar os/as técnicos/as de intervenção de ferramentas para intervirem ao nível da violência doméstica e de género.

Para o ano de 2019, prevê-se a continuidade dos trabalhos do projeto, designadamente no que se refere à dinamização de uma rede intermunicipal de resposta integrada à problemática da violência doméstica e de género, grupos de ajuda mútua e a realização de diversas ações de informação e sensibilização e atividades de prevenção primária junto da comunidade local.

VITASENIOR-MT – ASSISTÊNCIA AOS CUIDADOS DE SAÚDE DE IDOSOS NO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 5.2

Investimento 2019: 0,00€

O projeto "VITASENIOR-MT – Assistência aos cuidados de saúde de idosos no Médio Tejo", doravante designado por VITASENIOR-MT, é um trabalho liderado pelo Instituto Politécnico de Tomar (IPT) em parceria com a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), no âmbito do Projeto IC&DT, Nº 023659 - "VITASENIOR-MT - Assistência aos cuidados de saúde de idosos no Médio Tejo", financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO 2020).

O projeto VITASENIOR-MT visa o desenvolvimento e validação experimental de uma solução tecnológica de telemonitorização para acompanhamento dos cuidados de saúde da população sénior a viver na região do Médio Tejo, procurando melhorar a sua saúde e bem-estar e aumentar o seu grau de autonomia e permanência nas suas residências. Esta solução tecnológica tem dois objetivos principais:

- ✓ A medição e o registo remoto de parâmetros biométricos de participantes seniores, nomeadamente, batimento cardíaco, temperatura corporal, peso, pressão arterial e glucose (os parâmetros biométricos serão escolhidos em função do perfil clínico do participante). Estes registos poderão ser utilizados pelos clínicos que acompanham o sénior, ajudando à monitorização e ao rastreio de doenças, e para emitir alarmes ou recomendações quando detetadas situações anómalas, que serão recebidos pelos próprios participantes, prestadores/cuidadores de saúde e familiares; e
- ✓ A medição e o registo remoto de parâmetros ambientais das residências dos participantes seniores, nomeadamente, temperatura, humidade, monóxido de carbono e dióxido de carbono, entre outros. Estes registos poderão ser utilizados para emitir alarmes ou recomendações quando detetadas situações ambientais anómalas, que serão recebidos pelos próprios participantes, prestadores/cuidadores de saúde e familiares.

Para avaliar a viabilidade da solução tecnológica proposta é necessário realizar testes com os participantes nas suas residências. Estes testes serão realizados durante duas fases, a 1ª fase no período de conceção (1 a 2 meses) e a 2ª fase no período de monitorização (3 a 5 meses). Os testes realizados durante a fase de conceção têm como objetivo montar o sistema à residência do participante e explicar ao participante o seu

funcionamento. A 2ª fase consistirá na monitorização dos parâmetros ambientais e biométricos, na avaliação da facilidade de utilização do sistema pelos utilizadores diretos, indiretos e cuidadores, e na avaliação dos benefícios da solução. As duas fases de testes decorrerão no período compreendido entre setembro de 2018 e março de 2019.

REGIÃO DE HIDROGÉNIO – PILOTO EUROPEU NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 6

Horizonte temporal: 2019-2020

Investimento 2019: 0,00€

Na sequência de um desafio colocado em 2017 pela Fuel Cells and Hydrogen 2 Joint Undertaking (FCH2 JU) à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) no sentido desta região ser pioneira nesta matéria, pretende-se promover a utilização do Hidrogénio no Médio Tejo, de modo a facilitar a disseminação a nível regional e nacional da informação, de ações e de projetos sobre este combustível, de modo a impulsionar investidores, empresas e parceiros, nomeadamente do sistema científico e tecnológico sobre esta temática;

A CIMT assinou um Memorando de Entendimento com a FCH2 JU, estabeleceu um Protocolo de Colaboração com a Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio (AP2H2), promoveu a constituição de um Grupo de Trabalho envolvendo especialistas e entidades, designadamente com o Instituto Politécnico de Tomar, com o Instituto Politécnico de Portalegre e com a Agência Regional de Ambiente e Energia do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, diligenciando reflexões sucessivas e recolhas de visões globais, sectoriais e restritas e explorando a adesão voluntária de empresas e participantes.

Como resultado dos trabalhos do Grupo de Trabalho foi estabelecido elaborar um documento intitulado **“Hidrogénio - Propostas para um Plano de Ação 2020-2030,”** como contributo para o arranque das ações e projetos a desenvolver com todos os potenciais stakeholders a envolver.

O projeto surge, da necessidade na definição de uma Estratégia que seja preparatória para o futuro, elencando projetos pertinentes para impulsionar a adesão a investimentos com este combustível do futuro, prevenindo o impacto das mudanças disruptivas tidas atualmente como certas, designadamente as exigências decorrentes das grandes alterações tecnológicas em curso no âmbito da utilização do hidrogénio.

HIDROGÉNIO - PLANO DE AÇÃO 2020-2030

Subprojecto nº 6.1

Investimento 2019: 0,00€

O Secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, assinou em Linz, Áustria a 18 setembro 2018 a **«Iniciativa Hidrogénio»**.

Esta iniciativa, que Portugal subscreveu, juntamente com os seus parceiros da União Europeia, visa promover o desenvolvimento da tecnologia do hidrogénio com vista à descarbonização de diversos sectores como o energético ou o dos transportes.

«Os signatários desta declaração destacam que, à luz do desenvolvimento contínuo da automação e digitalização na indústria, o sector da energia deve preparar-se para novos desafios ao nível da procura de energia, uso, transporte e armazenamento» segundo a «Iniciativa Hidrogénio».

«De forma a promover o potencial do hidrogénio para o abastecimento de energia limpa, eficiente e segura para todos os utilizadores em toda a Europa, a investigação e inovação no campo da tecnologia do hidrogénio deve ser intensificada», refere a «Iniciativa Hidrogénio».

«Destacamos o potencial do hidrogénio renovável como uma solução de armazenamento de energia, assim como de transporte, e matéria-prima de energia neutra e sustentável. Portanto, o hidrogénio renovável é capaz de armazenar, além de providenciar acesso de confiança e oportuno a energia renovável, oferecendo novas oportunidades para aumentar a segurança energética e reduzir a dependência da União Energética às importações de fósseis», refere ainda o documento.

Os signatários da «Iniciativa Hidrogénio» também se comprometem a investigar como integrar gradualmente hidrogénio renovável nas redes de gás natural, contribuindo assim para a redução da utilização do gás natural. Tendo em conta as metas de energia e clima da União Europeia para 2030, os «signatários destacam que o hidrogénio renovável tem o potencial para contribuir para o roteiro da União para descarbonizar a economia».

Recorda-se que a adoção da Estratégia Energética da Comissão Europeia para 2050 em resposta aos compromissos do COP21 de Paris – será, assim, um sinal estratégico claro da região do Médio Tejo aos desafios de inovação para esta temática.

Face ao exposto, torna-se fundamental definir **um Plano de Ação 2020-2030** com **Propostas que** procurem, de forma alinhada e com objetivos programáticos, enquadrar a sua ação em quatro grandes Eixos designadamente:

✓ **Educação e Formação Profissional:**

- Apoio a projetos escolares na área do Hidrogénio para a sensibilização para o novo paradigma energético;
- Participação em palestras, colóquios e congressos; e
- Organização de ações com carácter formativo.

✓ **Agenda do Hidrogénio para a região do Médio Tejo:**

- Aprofundamento do Road Map para a região do Médio Tejo.
- Elenca Ações e Projetos estruturantes para a região;
- Desenvolvimento de um Cluster para a produção de Sistemas baseados nas tecnologias do Hidrogénio; e
- Implementação de uma logística para armazenamento energético.

✓ **Informação e Promoção do Hidrogénio como vetor energético:**

- Ações de Disseminação da Informação Sobre o Hidrogénio;
- Constituição da Plataforma Tecnológica Regional para o Hidrogénio/Site Institucional; e
- Workshops e Seminários.

MELHORIA DA MOBILIDADE NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 7

Horizonte temporal: 2009-2020**Investimento 2019: 329.195,00€**

(Não definido: 243.950,00€)

Pretende-se melhorar as condições de mobilidade no Médio Tejo, através de uma abordagem integrada e apostada numa estratégia regional com vista à estruturação de um sistema de mobilidade e transportes eficiente e sustentável no Médio Tejo, orientado para a proteção do ambiente e eficiência energética, que assegure as necessárias ligações intermunicipais, promova a intermodalidade entre os vários serviços de transporte, valorize o modo ferroviário e favoreça a utilização do transporte público no contexto da estratégia de mobilidade regional, impulse a criação de melhores condições para os modos suaves e garanta o acesso aos transportes públicos e às atividades fundamentais em termos socialmente equitativos.

Tendo presente o contexto de trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na região neste domínio, com a implementação experimental de serviços de transporte flexível (projeto-piloto Transporte a Pedido) e considerando o papel de Autoridade de Transportes, preconizado para as Comunidades Intermunicipais e Municípios no âmbito da Lei nº 52/2015 de 9 de junho (Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros), consideram-se atualmente as seguintes prioridades de intervenção para o desenvolvimento dos trabalhos do projeto:

- ✓ Monitorização e melhoria dos serviços de transporte flexível/a pedido;
- ✓ Operacionalização do alargamento do serviço de transporte a pedido à zona sul do concelho de Tomar;
- ✓ Análise e implementação de novos modelos de funcionamento do transporte a pedido que permitam dar resposta às necessidades de deslocações dos alunos das escolas profissionais do Médio Tejo, no contexto do processo regional de concertação da oferta formativa, e necessidades específicas de transporte que não se encontram cobertas pela oferta de transporte coletivo regular, que se consideram importantes para a melhoria da mobilidade da população;
- ✓ Atualização da Plataforma Tecnológica do Transporte a Pedido, de modo a desenvolver novas funcionalidades que permita a melhoria da gestão dos serviços e implementação de um sistema automático de transferência de informação com os operadores de táxi contratados para a realização dos serviços, com aquisição de uma central telefónica que permite otimizar o atendimento na Central de Reserva;
- ✓ Exercício de competências de Autoridade de Transportes, no contexto do novo enquadramento legal do transporte coletivo de passageiros, com o objetivo de gerir as autorizações provisórias emitidas aos operadores de transporte e o processo de contratualização das obrigações de serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros; e
- ✓ Aprofundamento da temática da mobilidade suave, considerando as estratégias de intervenção estabelecidas no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo, avaliando-se a possibilidade de implementação de um sistema integrado de partilha de bicicletas que ofereça condições adequadas para a promoção da utilização do modo ciclável na região.

Para o desenvolvimento dos trabalhos do projeto, prevê-se a articulação com o grupo de trabalho Observatório da Mobilidade do Médio Tejo, com o envolvimento dos atores regionais/agentes relevantes do território numa estrutura participativa para o desenvolvimento da mobilidade regional.

TRANSPORTE A PEDIDO

Subprojecto nº 7.1

Investimento 2019: 187.242,00€

O subprojecto Transporte a Pedido tem como objetivo fundamental o estudo, avaliação e definição de soluções de transporte flexíveis, no sentido de encontrar novas formas de organização dos serviços de transportes, que respondam de forma mais adequada às necessidades das populações e com menores custos. Os serviços de transporte a disponibilizar visam aumentar a cobertura da rede de transportes coletivos existente, proporcionando oferta em área, períodos do dia e do ano onde esta não existe ou é deficitária, numa perspetiva de promover o essencial direito à mobilidade numa lógica de inclusão social e reforçar o cumprimento dos níveis mínimos do serviço público de transporte de passageiros, no âmbito da Lei nº 52/2015 de 9 de junho (Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros).

Para o ano de 2019, prevê-se a continuidade dos serviços de transporte a pedido em funcionamento no Médio Tejo, designadamente nos concelhos de Abrantes, Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, bem como a operacionalização do alargamento à zona sul do concelho de Tomar e revisão dos circuitos em zonas de baixa procura ou com oferta desajustados com as reais necessidades da população, conforme proposta a apresentar no âmbito do “Estudo de Avaliação do Serviço de Transporte a Pedido no Médio Tejo” em desenvolvimento pela empresa TIS.pt – Consultores em Transportes Inovação e Sistemas.

Ainda, pretende-se também avaliar a operacionalização de soluções de transporte propostas a desenvolver no âmbito do “Estudo de Avaliação do Serviço de Transporte a Pedido no Médio Tejo” para dar resposta às necessidades de deslocação por parte dos alunos do ensino profissional e necessidades específicas de transporte que não se encontrem cobertas pela oferta de transporte coletivo regular, com determinação de circuitos de ligação entre as sedes de concelhos da região e definição de requisitos mínimos de acesso ao serviço que permita viabilizar a operacionalização do serviço.

Pretende-se, também, prosseguir com a atualização da Plataforma Tecnológica do Transporte a Pedido, tendo em conta que a evolução que tem vindo a verificar nos últimos anos nos serviços de transporte a pedido não tem acompanhado a capacidade e funcionalidades existentes da plataforma atual, no qual o projeto encontra-se enquadrado em candidatura submetida ao Aviso n.º 1 do Fundo para o Serviço Público de Transportes (Apoio à aquisição e implementação de sistemas informação para planeamento, modelação e gestão de redes), cuja decisão se aguarda, pretendendo-se otimizar os processos de gestão diária dos serviços através da integração e desenvolvimento de novas funcionalidades que promovem a simplificação e modernização de procedimentos (integração de base de dados SIG; atualização do módulo de gestão de Reservas e Relatórios; desenvolvimento de sistema de reservas on-line...), aquisição de uma central de reservas e implementação de um sistema automático de transferência de informação por parte dos Operadores acerca da operação dos serviços através de uma aplicação móvel.

ESTRUTURA REGIONAL DE CAMINHOS E CICLOVIAS E PROMOÇÃO DOS MODOS SUAVES

Subprojecto nº 7.2

Investimento 2019: 12.400,00€

(Não Definido: 243.950,00€)

No seguimento das medidas de intervenção previstas no âmbito do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo, e em alinhamento com as estratégias nacionais e regionais de descarbonização dos territórios e promoção da utilização dos modos suaves, pretende-se desenvolver um trabalho preparatório e analisar a possibilidade de apresentar candidatura a fundos comunitários com o objetivo de implementar um sistema integrado de partilha de bicicletas que ofereça condições adequadas para o incentivo à mobilidade ciclável na região.

AUTORIDADE DE TRANSPORTES

Subprojecto nº 7.3

Investimento 2019: 129.553,00€

No contexto da implementação da Lei nº 52/2015 de 9 de junho que estabelece o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, e dos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados entre a CIMT e os Municípios, deverão ser asseguradas pela CIMT as funções de Autoridade de Transportes para a generalidade dos serviços de transporte público que servem o território do Médio Tejo, excetuando os serviços de transportes urbanos de Abrantes, Entroncamento, Tomar e Torres Novas e os serviços de transporte público de passageiros que são assegurados, através de meios próprios, pelo Município de Vila de Rei.

O Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros estabelece que, até 3 de dezembro de 2019, deverá estar concretizada a contratualização de todos os serviços públicos de transporte de passageiros pelas Autoridades de Transporte competentes.

Neste contexto, foi efetuada contratação de serviços à VTM – Consultores em Engenharia e Planeamento Lda, para apoio à preparação do processo de contratualização do serviço público de transporte de passageiros, prevendo genericamente a realização dos seguintes trabalhos:

- ✓ Fase 1: Definição e âmbito do modelo de contratualização, com identificação das possíveis opções para o modelo de contratualização a implementar (concessão, prestação de serviços, misto,...), os respetivos riscos e os eventuais encargos associados;
- ✓ Fase 2: Definição da rede e dos serviços a contratualizar, com análise técnica e apoio à decisão relativamente à definição da rede e serviços a contratualizar, considerando os serviços atualmente existentes, avaliando-se a possibilidade de integração/articulação do transporte escolar, a complementaridade com os serviços de transporte flexível, e desenvolvimento de modelo económico-financeiro dos custos e receitas associados; e
- ✓ Fase 3: Preparação do clausulado técnico do caderno de encargos, com apoio técnico à elaboração das peças do procedimento/caderno de encargos para a contratualização do serviço público de transporte de passageiros.

Encontram-se atualmente em fase de desenvolvimentos os trabalhos de “Definição da rede e serviços a contratualizar” tendo sido realizadas algumas reuniões de trabalho, nomeadamente com Municípios, com a

Autoridade de Mobilidade e Transportes, com as CIM's vizinhas, tendo sido entregue um relatório Preliminar sobre a Rede e Serviços a Contratar, para análise e recolha de contributos.

Durante o ano de 2019, prevê-se que decorra o procedimento concursal para a contratualização do serviço público de transporte de passageiros do Médio Tejo.

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 8

Horizonte temporal: 2017-2019

Investimento 2019: 127.834,00€

Com este projeto, pretende-se prevenir os riscos e doenças profissionais dos trabalhadores e contribuir para a diminuição da sinistralidade e consequente aumento da produtividade, procurando o bem-estar mental, físico e espiritual de todos os trabalhadores em funções públicas. Complementarmente, será desenvolvido um projeto que tem como objetivo a implementação de medidas de autoproteção em 283 edifícios dos municípios da Região do Médio Tejo.

No que concerne à Segurança e Saúde, as atividades a desenvolver derivam de obrigações dos Municípios e Entidades aderentes, no cumprimento da legislação em vigor da matéria, aplicada à Administração Local referente ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho nos locais de trabalho.

SAÚDE NO TRABALHO

Subprojecto nº 8.1

Investimento 2019: 697,00€

As atividades a desenvolver no âmbito deste subprojecto, contemplam:

- ✓ Visitas iniciais e periódicas aos locais de trabalho;
- ✓ Realização de Exames de saúde, incluindo análises clínicas ao sangue (laboratoriais), exames de diagnóstico (rastreamento oftalmológico, eletrocardiograma e teste de força); e
- ✓ Realização de consulta/observação médica, incluindo a história clínica pessoal, análise corporal, avaliação dos exames efetuados, vigilância do boletim de vacinas e avaliação da tensão arterial, tendo em vista a verificação da aptidão física e psíquica dos trabalhadores para o exercício das suas atividades.

Os exames e consultas a realizar são consideradas:

- a) Exames e consultas de Admissão, quando ocorrem antes do início da prestação de trabalho ou, se na urgência o justificar, nos 15 dias seguintes;
- b) Exames e consultas Periódicos, quando ocorrem anualmente para os trabalhadores menores de 18 anos e com idade superior a 50 anos e de dois em dois anos para os restantes trabalhadores;
- c) Exames e consultas Ocasionais, a ocorrer sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente de trabalho, de acordo com o Anexo B – Relatório de progresso.

Em termos organizativos e administrativos, serão também realizadas as seguintes atividades:

- ✓ Preenchimento de fichas clínicas, sujeitas a segredo profissional;
- ✓ Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, em conjunto com a fatura, um relatório de progresso;
- ✓ Comparecimento nas reuniões da Comissão de Acompanhamento da Segurança e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, onde estarão presentes os responsáveis técnicos dos Municípios/Entidades; e
- ✓ Recolha de dados e sua organização para se obter elementos estatísticos relativos à saúde no trabalho.

Para a promoção e melhoria da saúde dos trabalhadores, serão também realizadas ações:

- ✓ Colaboração com os médicos de família/assistentes dos trabalhadores;
- ✓ Formulação e proposta de recomendações para a melhoria das condições dos locais de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores;
- ✓ Realização de flyers e seu envio em formato digital para todos os Município/Entidades mensalmente, relativos à sensibilização de várias temáticas, destinadas à promoção e melhoria da saúde dos trabalhadores;
- ✓ Realização de pelo menos duas ações de formação em cada Município/Entidade, ou na sede da CIMT envolvendo todos os Municípios/Entidades tendentes à promoção e melhoria da saúde dos trabalhadores;
- ✓ Informação sobre “novas patologias” que possam pôr em risco o normal funcionamento dos serviços e consequentemente a saúde pública, [ex: estirpe de vírus da gripe A (H1N1)] e elaboração de possíveis planos de contingência municipais, em conjunto com os serviços de Segurança no Trabalho;
- ✓ Colaboração com os serviços de Segurança no Trabalho e os representantes dos trabalhadores para a melhoria das condições de saúde no trabalho de todos trabalhadores dos Municípios/Entidades;
- ✓ Aceitação, durante o período do contrato, que cada Município/Entidade poderá vir a alterar a modalidade da prestação dos serviços de saúde no trabalho, nomeadamente para recurso a gabinete médico, comunicando essa intenção ao prestador de serviços de saúde no trabalho;
- ✓ Aceitação, durante o período do contrato, de realização de ações de monitorização por parte dos Municípios/Entidades sobre o cumprimento contratual do prestador de serviços, conforme o descrito anteriormente;
- ✓ Consideração de outras obrigações previstas na lei vigente em matéria de Saúde no Trabalho;
- ✓ Fornecimento dos elementos necessários, no âmbito da Saúde no trabalho, para o preenchimento do anexo D do relatório único e balanço social, nos casos aplicáveis, previstos na legislação vigente; e
- ✓ Elaboração de relatório final, no final da execução do contrato, baseado no modelo do Anexo B, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos na execução do contrato.

SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

Subprojecto nº 8.2
Investimento 2019: 490,00€

As atividades a desenvolver no âmbito deste subprojecto, de periodicidade mensal nos Municípios e Entidades aderentes, contemplam:

- ✓ Apoio na organização e/ou atualização dos documentos administrativos e de resultado de trabalhos realizados anteriormente sobre Segurança e Saúde no Trabalho (SST);
- ✓ Análise e elaboração de estatísticas relativas a acidentes de trabalho e de Índices de sinistralidade e absentismo (If, Ig e Taxa de Absentismo) de cada Município/Entidade;
- ✓ Elaboração de inquéritos aos trabalhadores, no âmbito da SST;

- ✓ Realização de ações de formação aos trabalhadores, relativamente a manuais de procedimentos elaborados anteriormente;
- ✓ Realização de auditorias técnicas aos locais de trabalho;
- ✓ Realização de avaliações de riscos profissionais aos locais de trabalho; e
- ✓ Elaboração de manual de segurança em obras por administração direta.

Serão também realizadas ações:

- ✓ Ações de sensibilização/iniciativas no dia 28 de Abril, alusivas ao dia nacional de prevenção e segurança no trabalho;
- ✓ Investigação e elaboração de relatórios de acidente de trabalho;
- ✓ Apoio na elaboração dos planos de segurança internos ou outras medidas de autoproteção dos edifícios;
- ✓ Apoio na definição das especificações técnicas para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e apoio na análise técnica das propostas apresentadas pelos fornecedores de EPI em parceria com os serviços de aprovisionamento;
- ✓ Realização de reuniões com o órgão de direção ou do serviço, em conjunto com os Representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho ou com os Responsáveis Técnicos de Segurança no Trabalho sobre as atividades realizadas;
- ✓ Propostas de medidas de prevenção, em fase de projeto;
- ✓ Comparência em reuniões da Comissão de Acompanhamento de Segurança e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, para definição de estratégias e atuações futuras;
- ✓ Colaboração com as Municípios/ Entidades na resposta às auditorias e/ou fiscalizações pela ACT ou outras entidades relacionadas com a Segurança no Trabalho;
- ✓ Fornecimento dos elementos necessários, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, para o preenchimento do anexo D do relatório único e balanço social, nos casos aplicáveis, previstos na legislação vigente;
- ✓ Dar conhecimento de toda a legislação que vai sendo publicada e prevenir atempadamente os Municípios/Entidades das obrigações relativas à Segurança no Trabalho;
- ✓ Colaborar com os serviços de Saúde no Trabalho, a elaboração de possíveis planos de contingência municipais, tendo em consideração “as novas patologias” que possam por em risco o normal funcionamento dos serviços e consequentemente a saúde pública, (ex: estirpe de vírus da gripe A (H1N1)); e
- ✓ Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, de um relatório de progresso, (modelo a definir) contendo a descrição de todas as operações, objeto da prestação de serviços.

Para o ano de 2019, prevê-se para a CIMT, a necessidade de melhoramentos da iluminância nos postos de trabalho e melhorias ergonómicas para os seus trabalhadores, tendo em consideração os relatórios efetuados na sede da CIMT em Tomar e no polo de Abrantes, no âmbito da Segurança no Trabalho.

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS DA REGIÃO DO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 8.3

Investimento 2019: 126.647,00€

Nos termos do Decreto-Lei n.º 224/2015 de 09 de dezembro, todos os edifícios devem estar dotados de Medidas de Autoproteção (MAP), de modo a garantir a manutenção das condições de segurança definidas no

projeto e a garantia de uma estrutura mínima de resposta a emergências, com o objetivo de diminuir a probabilidade de ocorrência de incêndios e limitar as suas consequências, caso ocorram, a fim de evitar a perda de vidas humanas ou de bens.

Após auscultação aos Municípios, resultou a necessidade de implementação de medidas de autoproteção em 283 edifícios municipais da região do Médio Tejo, de 11 Municípios e da CIMT.

As atividades a desenvolver no âmbito deste subprojecto, contemplam:

- ✓ Visitas iniciais e periódicas aos edifícios municipais, com o objetivo de avaliar em cada edifício:
 - as condições exteriores comuns;
 - o comportamento ao fogo, isolamento e proteção;
 - as condições de evacuação;
 - as instalações técnicas; e
 - o estado dos equipamentos e sistemas de segurança.
- ✓ Definição das medidas preventivas, que tomam a forma de procedimentos de prevenção ou planos de prevenção, conforme a categoria de risco;
- ✓ Definição das medidas de intervenção em caso de incêndio, que tomam a forma de procedimentos de emergência ou de planos de emergência interno, conforme a categoria de risco;
- ✓ Criação de registos de segurança onde devem constar relatórios de vistoria ou inspeção, e relação de todas as ações de manutenção e ocorrências direta ou indiretamente relacionadas com a segurança contra incêndios em edifícios;
- ✓ Realização de ações de formação em segurança contra incêndios em edifícios, sob a forma de ações destinadas a todos os funcionários e colaboradores dos edifícios municipais; e
- ✓ Realização de simulacros para teste das medidas de autoproteção e treino dos ocupantes com vista à criação de rotinas de comportamento e aperfeiçoamento de procedimentos.

Para o ano de 2019, prevê-se para a CIMT a necessidade de aquisição de plantas de emergências para os edifícios do CIMT - Sede Tomar, polos de Abrantes e Constância, a aquisição de serviços de manutenção/recarga de extintores e aquisição de serviços de manutenção do sistema de deteção de incêndios da sede da CIMT, no âmbito da Segurança contra Incêndios em Edifícios.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 9

Horizonte temporal: 2000-2020

Investimento 2019: 376.846,00€

(Não definido: 310.000,00€)

Pretende-se dar continuidade à estratégia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos seus treze municípios no que concerne ao desenvolvimento de iniciativas de modernização e simplificação administrativa, com vista à melhoria da prestação dos serviços municipais/ intermunicipais, de forma generalizada, aos cidadãos e às empresas, e também garantir novas formas de governabilidade assentes em economias de escala. Para que o resultado esperado seja alcançado, é necessário dar continuidade de modo mais eficaz ao

desenvolvimento de serviços partilhados, integrados, inovadores ao nível de resposta eficiente e eficaz aos cidadãos e às empresas, no sentido de incrementar a produtividade, de motivar os diferentes serviços que constituem a administração local e racionalizar os modelos de organização e gestão autárquica.

Assim sendo, o presente projeto visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Melhorar a acessibilidade temporal e digital do cliente externo aos serviços da Administração Local, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas, tal como já acontece em muitos serviços da Administração Pública;
- ✓ Racionalizar o Modelo de Gestão da Administração Local, pela simplificação, reengenharia e desmaterialização dos processos da Administração Local, no seu todo;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma Administração Pública em Rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, numa lógica de serviços partilhados entre a CIMT e os treze Municípios associados, pela criação de uma infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- ✓ Interligar o desenvolvimento tecnológico com a melhoria das práticas de gestão e de qualidade, articulando as três principais dimensões de intervenção: pessoas, organização e tecnologia;
- ✓ Dar continuidade à criação de redes de cooperação permanentes e fomentar a inovação e a utilização de “boas práticas” com todos os atores do Médio Tejo (cidadãos, empresas e outras entidades locais) e com aqueles que nos visitam (nacionais e internacionais);
- ✓ Gerar massa crítica e competências transversais necessárias à continuidade e à sustentabilidade deste projeto, para além do horizonte do financiamento das candidaturas aprovadas;
- ✓ Demonstrar e disseminar os resultados e as “boas práticas” à escala nacional ou internacional;
- ✓ Contribuir para a estratégia e objetivos da política nacional para a modernização administrativa e para a administração eletrónica.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 9.1

Investimento 2019: 93.588,00€

(Não definido: 300.000,00€)

Visa a implementação de um apoio tecnológico atualizado ao nível dos equipamentos, com o objetivo de reestruturar as infraestruturas, potenciar serviços partilhados e uma maior capacidade de gestão, assente em economias de escala. Para o efeito, pretende-se dar continuidade ao contrato de licenciamento do software Microsoft para os municípios e para a CIMT e reestruturar o parque informático da CIMT, ao nível do hardware e software. É também um dos objetivos estratégicos deste projeto, o desenvolvimento de ações de investimento que visem a criação de um módulo de autenticação e check-in únicos em serviços públicos, dotados de interoperabilidade entre vários municípios e as diferentes áreas de atuação de cada um, o que permitirá uma eficiência, comodidade, acessibilidade e rapidez na atuação da administração pública com o cidadão.

MÉDIO TEJO ONLINE 2020

Subprojecto nº 9.2

Investimento 2018: 235.296,00€

Um dos projetos enquadrados dentro do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para o período de referência comunitária 2014-2020, é o projeto Médio Tejo

Online 2020 que procura dar continuidade ao projeto Médio Tejo Online que teve como objetivo a implementação de um ERP único para todos os municípios do Médio Tejo no sentido dos serviços online serem desenvolvidos de forma mais eficiente e eficaz. Assim, o projeto Médio Tejo Online 2020 consubstancia-se em três componentes de investimento:

- ✓ Serviços Online - Novas Funcionalidades;
- ✓ Reestruturação das infraestruturas tecnológicas ; e
- ✓ Desmaterialização, Reengenharia de Processos e Arquivo Digital.

No ano de 2017, foi aprovada e executada também no decorrer do ano de 2018, a candidatura Médio Tejo Online 2020 – 1ª Fase, a qual consubstanciou-se no desenvolvimento da componente de investimento “Desmaterialização e Reengenharia de Processos”, com o objetivo de satisfazer a necessidade sentida com a implementação de serviços online inseridos no projeto Médio Tejo Online que foi executado no âmbito do QREN/SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa que passava pela execução de novas funcionalidades de resposta efetiva aos cidadãos e empresas. Estas novas funcionalidades passaram pela uniformização de serviços municipais (por exemplo, formulários únicos ao nível das taxas e licenças, urbanismo, águas, entre outros) e uma maior partilha de recursos.

Relativamente à componente reestruturação das infraestruturas tecnológicas, esta será implementada em complementaridade com as restantes componentes, uma vez que em projetos desta natureza é fundamental que a arquitetura existente também se molde no sentido de acompanhar o desenvolvimento/evolução dos projetos, garantido os níveis de interoperabilidade entre os sistemas já implementados e os novos sistemas e funcionalidades promovidas na realização dos novos objetivos propostos.

No entanto, para que os serviços online sejam efetivos e os métodos de trabalho, até hoje praticados, sejam totalmente desmaterializados, é necessário a implementação de um Sistema de Arquivo Digital recorrendo a tecnologia que permita o arquivo eletrónico de documentos. Esta necessidade prende-se particularmente com os documentos do urbanismo, prementes para os serviços online colocados à disposição dos cidadãos e empresas, uma vez que estes têm formatos díspares e, muitas vezes em avançado estado de degradação. Paralelamente, com recurso à gestão documental adquirida (a CIMT promoveu a aquisição de um ERP único) e através das ferramentas que a Administração Local da Região passou a dispor, é premente a definição de novos fluxos de trabalho e a tramitação dos documentos com base em tecnologia BPM (Business Process Management), ou seja, a sua tramitação em formato digital. Esta definição aplica-se também à forma de disponibilização do arquivo corrente assim como ao mais antigo, de forma digital.

Entretanto, a CIMT propôs uma reprogramação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT, estando a aguardar pela aprovação da mesma. Da proposta de reprogramação, onde consta este projeto estruturante, foi solicitado um reforço de dotação de fundo, no sentido de promover ações de investimento ligadas ao desenvolvimento da Região do Médio Tejo, como uma Smart Region.

INTEGRAÇÃO E PARTILHA DE SERVIÇOS - CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

Subprojecto nº 9.3

Investimento 2019: 23.962,00€

(Não definido: 10.000,00€)

A Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CC-CIMT) foi constituída em junho de 2011, como uma das grandes experiências de serviços partilhados ao nível das compras públicas. Por este motivo, um dos seus objetivos é a difusão das novas práticas desmaterializadas de relacionamento da administração local com a economia, estimulando o desenvolvimento do tecido económico.

Para o efeito, foi desenvolvida uma plataforma de suporte à atividade da Central de Compras da CIMT, enquanto espaço privilegiado de comunicação e divulgação das atividades da Central de Compras. A mesma pretende funcionar como ferramenta de gestão colaborativa, onde se destaca a disponibilização de documentos (resultados das negociações, templates para levantamento de necessidades, comunicados periódicos, minutas, peças concursais, entre outros), além de assegurar um espaço reservado de reposição de documentação necessária à instrução dos processos de compra dos municípios.

É de registar a preocupação da Central de Compras do Médio Tejo na total desmaterialização do relacionamento entre a equipa da Central de Compras e as suas entidades aderentes, bem como, com os vários fornecedores interessados nos processos de negociação.

Assim, é objetivo dar continuidade à Central de Compras da CIMT enquanto uma das iniciativas de serviços partilhados efetivos, na área das compras, por forma, a alcançarem-se maiores economias de escala entre as entidades aderentes da mesma. Neste sentido, a Central de Compras da CIMT pretende a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Estabelecer a estratégia e as políticas de compra e de sourcing para as categorias de bens e serviços superiormente determinados;
- b) Promover e assegurar a agregação de necessidades de compra das entidades adjudicantes abrangidas, incluindo a consolidação do planeamento de necessidades, a análise, normalização e standardização de especificações de produtos e serviços a adquirir;
- c) Estimar o valor do potencial de poupança a obter, através da agregação de necessidades de compra das entidades adjudicantes abrangidas;
- d) Conduzir processos negociais, no que respeita às categorias de produtos e serviços definidos como transversais e proceder, quando aplicável, à gestão dos respetivos contratos e relações com fornecedores;
- e) Monitorizar o desempenho da função compras eletrónicas da CIMT e avaliar o impacto (poupanças) dos processos de negociação centralizada desenvolvidos pela mesma;
- f) Promover junto das entidades adjudicantes abrangidas a utilização dos serviços da Central de Compras da CIMT;
- g) Elaborar e promover normas, regras e procedimentos que simplifiquem e racionalizem os processos de aquisição e aprovisionamento;
- h) Definir critérios de compra e de aquisição de bens e serviços em articulação com as deliberações do Conselho Intermunicipal;

- i) Apoiar as áreas de aprovisionamento das entidades adjudicantes abrangidas que pretendam desenvolver processos de negociação municipais (não transversais), bem como disponibilizar a plataforma tecnológica para a execução deste tipo de negociação.

Face aos trabalhos desenvolvidos pela Central de Compras da CIMT, enquanto uma boa prática de integração e partilha de serviços, procurar-se-á, dar continuidade ao desenvolvimento de iniciativas de integração e partilha de serviços nas áreas de compras públicas, serviços jurídicos, ordenamento do território, entre outras, com o objetivo de uniformizar e racionalizar processos municipais, tendo em conta a melhoria da prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas.

ECONOMIA CIRCULAR NAS COMPRAS PÚBLICAS CONJUNTAS

Subprojecto nº 9.4

Investimento 2019: 24.000,00€

No dia 21 de agosto de 2018, foi assinado um contrato de financiamento entre o Fundo Ambiental e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, para desenvolvimento de um projeto que visa a apoiar a economia circular no setor das compras públicas. Neste sentido, o projeto apoiado - Economia Circular nas Compras Públicas Conjuntas - tem como objetivos:

- ✓ Elaborar o plano para a economia circular municipal;
- ✓ Elaborar o documento de referência para a economia circular nas compras públicas;
- ✓ Promover a formação aos técnicos municipais e responsáveis pela elaboração dos procedimentos de contratação pública – produtos e serviços – para a utilização dos documentos de referência para compras públicas circulares;
- ✓ Definir procedimentos para os concursos públicos alinhados com os critérios de circularidade nas compras públicas, nomeadamente com a integração dos procedimentos a adotar em sede de preparação caderno de encargos, avaliação de propostas, implementação dos serviços ou aquisição de produtos, gestão da execução do serviço e/ou produtos e encerramento do procedimento.
- ✓ Replicar os procedimentos de economia circular para compras públicas nos Municípios;
- ✓ Promover as compras públicas ecológicas;
- ✓ Incutir critérios de responsabilidade ambiental aos fornecedores de produtos e serviços;
- ✓ Privilegiar os produtos e serviços que demonstrem contribuir para as medidas de economia circular definidas em plano de economia circular nas compras públicas.

DESENVOLVIMENTO SISTEMA GESTÃO TERRITORIAL NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 10

Horizonte temporal: 2016-2023

Investimento 2019: 1.977.096€

(Não definido: 77.000,00€)

O projeto tem como objetivo a implementação de ações em diversas vertentes no âmbito do desenvolvimento de sistemas de gestão integrada, dando assim continuidade à estratégia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos seus treze municípios.

O desenvolvimento de serviços integrados permite uma resposta mais eficiente, resiliente e mais eficaz, obtendo economias de escala.

Assim sendo, o presente projeto visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Criação e implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território. Desenvolvimento de planos intermunicipais de ordenamento do território;
- ✓ Dotação da região de instrumentos supramunicipais integrados de apoio às operações de emergência e socorro já existentes nos Municípios. **Articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações partilhadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios e mecanismos de apoio à decisão;**
- ✓ Operacionalização de **Estrutura Técnica Florestal Intermunicipal – Gabinete técnico Florestal Intermunicipal (GTFi);**
- ✓ **Operacionalização das atividades de Brigadas de Sapadores Florestais, sob titularidade da CIMT;**
- ✓ **Articulação conjunta dos vários municípios numa lógica de gestão/prevenção/reordenamento florestal integrado;**
- ✓ Ampliação e modernização da rede de vigilância e aquisição de dados do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais, já implementados na área do Médio Tejo, bem como a monitorização do sistema;
- ✓ **Aumento do conhecimento das infraestruturas de Abastecimento de água e saneamento de águas residuais, fator determinante para uma gestão mais eficiente dos ativos** (aumento da eficiência na gestão dos recursos hídricos);
- ✓ **Definição de um modelo potencial de integração das infraestruturas municipais de AA, SAR e RU numa estrutura de gestão e exploração de âmbito intermunicipal – Constituição de Empresa Intermunicipal;**
- ✓ Concertação na gestão dos caudais indevidos e promoção dos planos de segurança da água;
- ✓ Implementação de **instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território, em matéria de riscos**, designadamente desenvolvimento de Planos municipais e intermunicipais, como por exemplo elaboração de **planos municipais de segurança rodoviária, planos de adaptação às alterações climáticas - Articulação no âmbito das intervenções preventivas necessárias;**
- ✓ **Gestão integrada de rede rodoviária estruturante da Região do Médio Tejo;**
- ✓ **Ações de divulgação e sensibilização em matéria de gestão de riscos;**
- ✓ Elaboração, implementação e monitorização de planos intermunicipais integrados para a Conservação e Valorização do Património Natural (endógeno) do Médio Tejo, procurando aumentar a sustentabilidade e valorização dos recursos naturais;
- ✓ Levantamento e/ou complemento/caracterização dos conteúdos do território, a vários níveis, quer de informação base como: cartografia, cadastro predial e atualização da informatização do cadastro geométrico da propriedade rústica, quer de levantamento de informação de âmbito cultural, patrimonial, recursos naturais e infraestruturas;
- ✓ Criação de mecanismos que permitam a Monitorização dos recursos existentes: promoção de um melhor conhecimento das infraestruturas implementadas no território, assegurando a sua conetividade e a sua monitorização;

- ✓ Disponibilização de serviços online multisserviços/multiplataforma no âmbito da gestão do território, serviços públicos ao nível da administração pública local;
- ✓ **Implementação de instrumentos de análise, divulgação de informação online com recurso a sistema de informação geográfica;** e
- ✓ Criação de plataforma de disponibilização do cadastro das atividades industriais que permitisse localizar as várias atividades ao nível da dispersão/concentração das mesmas, bem como, se possível, realizar a monitorização dessas atividades, designadamente: no controlo, reexame, suspensão e cessação da exploração industrial.

Em resumo, este projeto visa a concretização dos objetivos fundamentais nele considerado como relevantes nas diversas matérias, como por exemplo no âmbito:

- ✓ do ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
- ✓ da proteção civil e segurança;
- ✓ de ações conjuntas no âmbito da gestão/reordenamento florestal;
- ✓ de gestão ambiental, adaptação às alterações climáticas;
- ✓ da promoção de uma economia circular;
- ✓ gestão integrada da rede rodoviária estruturante; e
- ✓ da gestão das redes das infraestruturas em baixa, infraestruturas de saneamento básico, abastecimento de água e resíduos urbanos.

MÉDIO TEJO - CADASTRO DE INFRAESTRUTURAS EM BAIXA

Subprojecto nº 10.1

Investimento 2019: 616.535,00€

O subprojecto Médio Tejo – Gestão de Infraestruturas em baixa encontra-se a ser operacionalizado mediante candidatura (POSEUR-03-2012-FC-000104) aprovada no âmbito do PO SEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso do Recursos, com taxa de cofinanciamento de 85%.

No âmbito da implementação da operação do cadastro das infraestruturas de redes existentes nos sistemas em baixa prevê-se a concretização das ações necessárias à implementação e exigências do referido aviso. Desta forma, para além da ação de elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais, será ainda promovida a aquisição de software que permita a utilização e manutenção da informação das redes, será ainda considerada a aquisição de software (conector de interligação SIG – webservices) necessário para a interligação direta e automática entre o sistema de gestão de clientes utilizado pelas entidades gestoras (CRM) e o sistema de informação geográfica e finalmente a aquisição de ortofotocartografia à escala 1: 2000 para as zonas que não dispõem desta informação (exclusivamente necessária para o complemento das áreas necessárias a cadastrar nas infraestruturas de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (SAR).

Assim, a operação será satisfeita por uma única componente de investimento – Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa, com a concretização de três ações:

- ✓ Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes em baixa AA e SAR e software de utilização e manutenção do SIG;
- ✓ Elaboração de ortofotocartografia à escala 1: 2000; e
- ✓ Conector de interligação do sistema de gestão de clientes (CRM) com o sistema SIG.

Com o projeto pretende-se aumentar o conhecimento das AA e SAR para uma gestão mais eficiente dos ativos nas organizações, nomeadamente em 10 entidades gestoras integrantes da CIMT, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

O aumento do conhecimento das infraestruturas de AA e SAR é um fator determinante no incremento para a gestão mais eficiente, assim este projeto promove iniciativas integradas de conhecimento de informação infraestrutural dos sistemas em baixa de AA e/ou SAR, implementando a elaboração do seu cadastro e adequação dos serviços da administração na utilização e manutenção do sistema de informação como garante eficaz, eficiente e sustentável das infraestruturas.

Em termos de execução o **objetivo principal é a elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas em baixa AA e SAR, num total de 1808,03km e 1100,65km**, respetivamente, por forma a recolher informação (identificação, tipo, localização, dimensões, forma, material, profundidades, ligações), para o apoio à tomada de decisão sobre as intervenções a realizar nas redes, assim como para sua gestão. Contudo no decorrer dos trabalhos de levantamento tem-se verificado que a estimativa de km indicada pelos municípios é inferior à que efetivamente se encontra no terreno.

Em conclusão este projeto visa a otimização e gestão eficiente dos recursos e das infraestruturas existentes, garantido a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas.

A sua execução foi iniciada no final do primeiro semestre de 2017, prevendo-se a sua conclusão no decorrer de 2019.

MÉDIO TEJO – EFICIÊNCIA HÍDRICA/ENTIDADES GESTORAS AGREGADAS

Subprojecto nº 10.2

Investimento 2018: 63.828,00€

(Não definido: 20.000,00€)

Este projeto visa a criação de instrumentos alinhados no âmbito da nova estratégia para o sector do Abastecimento de Água (AA) definida pelo "PENSAAR 2020 – a qual assenta numa "estratégia menos centrada na realização de infraestruturas para o aumento da cobertura e focaliza-se mais na gestão dos ativos e na qualidade dos serviços prestados com uma sustentabilidade abrangente". Em que o nível de eficiência operacional das entidades gestoras (EG), preconiza-se por uma gestão eficiente dos recursos ao nível dos ativos e da reabilitação dos sistemas urbanos de distribuição e adução de água, incluindo o controlo e redução de perdas, bem como garantindo a recuperação sustentável de gastos, no âmbito de uma gestão partilhada para a melhoria da eficiência hídrica e energética nos sistemas públicos de abastecimento de água.

A importância deste projeto deve-se ao facto de existirem ainda situações de abastecimento de água com problemas de qualidade, sendo por isso essencial efetuar os investimentos necessários à garantia da qualidade da água, contribuindo desse modo para o cumprimento da diretiva da Qualidade da Água para Consumo Humano, bem como ao elevado número de perdas de água existente.

No caso do saneamento de águas residuais existem ainda algumas situações em que, por desadequado dimensionamento hidráulico, será necessário investir na renovação dos respetivos sistemas bem como a necessidade de realizar intervenções com vista ao fecho de sistemas ou a extensão a zonas ainda não servidas.

Neste âmbito foi realizado, **numa primeira etapa, um projeto integrando 10 entidades gestoras** (Municípios de Abrantes (Serviços Municipalizados de Abrantes), Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Sertã, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha e também nos SMAS de Tomar, **no qual foi realizado o estudo de diagnóstico e plano de ação para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.** Os objetivos propostos no plano de ação elaborado, designadamente o cronograma proposto para a sua implementação estão ajustados de acordo com o Status Quo de cada EG, no sentido de atingir os 20% de água não faturada previsto no PENSAAR 2020.

Os estudos realizados, bem como as **linhas definidas no PENSAAR 2020, apontam para uma dimensão mínima para as entidades gestoras**, abaixo da qual será difícil manter a respetiva **sustentabilidade e uma gestão eficiente dos ativos**, nesse sentido, pretende-se, **numa segunda etapa, criar escala pela equação de opções centralizadas no que respeita à promoção de uma gestão partilhada para a melhoria da eficiência hídrica e energética nos sistemas públicos de abastecimento de água, analisando modelos de implementação de gestão intermunicipal** (entidades agregadas), título de exemplo “telegestão” **com vista à constituição de empresa intermunicipal.**

Face aos investimentos que têm que ser realizados e atendendo que os avisos de candidatura no âmbito do PO SEUR dão prioridade a investimentos em sistemas que resultem de agregação de entidades gestoras, não impondo, no entanto, qualquer modo de realização dessa agregação, mas exigindo uma dimensão propiciadora de ganhos de eficiência, com um número mínimo de habitantes e área geográfica, **a segunda etapa foi subdividida em duas fases** em que:

- ✓ numa **primeira fase** foi realizado **estudo para apoio na definição do modelo potencial de integração das infraestruturas municipais de AA e SAR numa estrutura de gestão e exploração de âmbito intermunicipal;**
- ✓ numa **segunda fase (em curso)** encontra-se em implementação **os procedimentos para o processo de Constituição da Empresa Intermunicipal, no âmbito da gestão das infraestruturas dos sistemas em baixa (Abastecimento de água (AA), Saneamento de águas residuais (SAR) e Resíduos Sólidos (RU)),** com a integração, inicial, de 8 municípios (Abrantes, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha).

As ações supramencionadas permitem proporcionar, deste modo, a **criação de um sistema de gestão integrado numa lógica de redução dos custos de implementação e de manutenção,** através da partilha de estruturas e modos de atuação, a redução da compartimentação na organização coerente com a gestão por processo, a consideração de um sistema de informação e gestão único para o processo de tomada de decisão na organização.

Neste contexto, e numa lógica de sustentabilidade dos sistemas prevê-se ainda a promoção de ações que levem a uma melhoria da gestão dos caudais indevidos e promoção da elaboração dos Planos de Segurança da Água.

Estas soluções pretendem melhorar a solução para introduzir níveis de eficiências, que num futuro próximo se traduzam numa melhoria da qualidade do serviço, assim como numa adequada acessibilidade económica para as suas populações, reduzindo os custos operacionais e meios técnicos envolvidos.

MÉDIO TEJO - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ESTRATÉGICO

Subprojecto nº 10.3

Investimento 2019: 109.550,00€

Este subprojecto visa a criação e implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território, destinados a promover um desenvolvimento integrado e sustentável, enquadrado, entre outros, no âmbito do PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo.

Como ação a desenvolver no PDCT salienta-se:

- ✓ Serviços Gestão Territorial - Novas Funcionalidades

Esta componente visa implementar/dar continuidade ao Sistema de Gestão de informação das dinâmicas territoriais; indicadores e monitorização, decorrentes da elaboração dos planos intermunicipais e gestão ambiental.

No sentido de acompanhamento das melhores soluções para a gestão dos municípios serão implementados novos mecanismos de serviços online de interação e partilha de informação entre as várias entidades e cidadãos.

Em complementaridade com as referidas ações, está considerada a componente de reestruturação das infraestruturas tecnológicas (hardware e software) uma vez que em projetos desta natureza é fundamental que a arquitetura existente também se molde no sentido de acompanhar o desenvolvimento/evolução dos projetos garantido os níveis de interoperabilidade entre os sistemas já implementados e os novos sistemas e funcionalidades promovidas na realização dos novos objetivos propostos.

Com a crescente implementação de sistemas de informação geográfica e conseqüentemente gestão e monitorização de mais informação é necessário a incrementação do aumento da capacidade de armazenamento e garantir os níveis de gestão e partilha de informação, pela integração/conexão entre os vários sistemas/serviços dos municípios, bem como pela eventual necessidade de aquisição de mecanismos específicos que possibilitem a recolha/tratamento/integração e gestão de informação a ser partilhada entre as várias entidades, sectores do município e cidadãos.

De ressaltar que estes sistemas estão a ser integrados na implementação das ações no âmbito da prevenção, vigilância e gestão florestal, bem como no apoio à decisão operacional, no âmbito das operações de socorro.

Prevê-se ainda:

- ✓ a elaboração de estudos de caracterização e de suporte à elaboração de planos Intermunicipais e municipais de ordenamento do território;
- ✓ a operacionalização dos **Planos Municipais de Segurança Rodoviária, com caracterização/enquadramento supramunicipal, bem como proceder à implementação de observatório**

intermunicipal no âmbito da segurança rodoviária, conforme protocolo celebrado entre a CIMT e a ANSR;

- ✓ **a promoção de uma Economia Circular** - redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia. Tendo por base o aumento populacional, o crescimento da procura e conseqüente pressão nos recursos naturais, urge a necessidade de implementar medidas que apontem para a sustentabilidade dos recursos naturais, o avançar para **uma economia mais "verde" que assegure o desenvolvimento económico, a melhoria das condições de vida e de emprego, bem como a regeneração do "capital natural"**.

Pretende-se assim a implementação de ações mais abrangentes não restringindo o uso do recurso em ações de gestão de resíduos e de reciclagem, visando uma ação mais ampla, designadamente na otimização da utilização desses recursos, com o objetivo de manter os produtos e materiais durante o maior período de tempo possível no ciclo económico.

Algumas das ações passarão pela:

- Sensibilização e envolvimento social, designadamente na consciencialização da sociedade civil para o uso eficiente dos recursos, desde a desmaterialização, à extensão de ciclo de vida, consumo eficiente e "fecho do ciclo" dos recursos.
- Dinamização de redes de retoma, reuso, remanufatura ou reciclagem. Foco no *upcycling* ("reutilização criativa", processo de reconversão de resíduos em novos materiais ou produtos de maior valor acrescentado) ou no *downcycling* (processo de reconversão de resíduos em novos materiais ou produtos de menor qualidade/funcionalidade reduzida).

Para a implementação do subprojecto de desenvolvimento de sistemas de gestão territorial existe a necessidade de proceder, em alguns casos, a desenvolvimentos aplicativos específicos, assim sendo, poderá justificar-se, para a sua integração, a necessidade de apoio técnico especializado ou outros serviços especializados.

No âmbito do desenvolvimento deste subprojecto poderá vir a ser necessária a aquisição de ortofotografia ou cartografia de base para apoiar a sua execução.

MÉDIO TEJO - GESTÃO REDE VIÁRIA ESTRUTURANTE

Subprojecto nº 12.3.1

Investimento 2019: 92.250,00€

No âmbito deste subprojecto pretende-se implementar a **gestão intermunicipal partilhada das infraestruturas rodoviárias como mecanismo de otimização do custo e eficácia das intervenções, promovendo o desenvolvimento de sistemas de monitorização contínua do estado de conservação e apoio à gestão das intervenções de manutenção da rede viária estruturante que interligue os principais polos da Região do Médio da competência/gestão municipal.**

Para a sua implementação existe a necessidade de introduzir novos mecanismos de recolha, tratamento, integração e monitorização face à especificidade da informação.

No âmbito da sua implementação foram definidas 3 fases de atividade:

- ✓ Fase I - Inventariação da Rede: Definição da rede estruturante e Criação de base de dados dos troços estruturada para o efeito;

- ✓ Fase II - Levantamento/Diagnóstico do estado de conservação: Inspeção automatizada da totalidade da rede considerada estruturante; Elaboração de relatório de estado de conservação da rede estruturante;
- ✓ Fase III - Propostas de atuação: Identificação dos cenários de atuação; Desenvolvimento dos cenários identificados; Estimativa orçamental para as intervenções propostas; e Elaboração do relatório final.

Neste contexto, já foram realizados os trabalhos inerentes à Fase I e II.

Prevê-se igualmente ações de formação para reforço das competências dos recursos humanos municipais nesta matéria. Estas ações de formação são importantes uma vez que permitiram gerar Know-how nos municípios no âmbito da intervenção contínua nas vias através de mecanismos de monitorização do estado de conservação destas.

Em conclusão, dotar-se-ão os municípios de uma ferramenta de apoio à decisão, designadamente pela incorporação de:

- ✓ Indicadores para a identificação de necessidades de intervenção, quer ao nível da conservação periódica, quer ao nível da conservação corrente;
- ✓ Definição de prioridades na afetação das respetivas intervenções aos planos plurianuais de investimentos; e
- ✓ Utilização de processos de otimização e da capacidade de previsão da evolução da qualidade dos pavimentos.

Este subprojecto foi considerado em candidatura submetida PO Regional do Centro, o qual visa a concretização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), no âmbito da Prioridade de Investimento 2.3. Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.

GESTÃO INTEGRADA DE PROTEÇÃO CIVIL E FLORESTAS

Subprojecto nº 10.4

Investimento 2019: 838.400,00€

(Não definido: 46.000,00€)

O subprojecto gestão integrada no âmbito da proteção civil e florestas pretende:

- ✓ A dinamização do planeamento de emergência a uma escala supramunicipal com a elaboração de planos intermunicipais de defesa da floresta, planos especiais de emergência intermunicipais e planos municipais de emergência e segurança;
- ✓ A criação de condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para prevenção, gestão, monitorização e intervenção no âmbito dos riscos naturais, tecnológicos e mistos;
- ✓ No contexto da gestão agregada, dotar a região de um instrumento supramunicipal integrado de apoio às operações de emergência e socorro já existentes nos Municípios;
- ✓ A definição de estratégias preventivas contribuindo para uma maior eficiência operacional e de gestão aquando das ocorrências de incêndios e cheias;
- ✓ A articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjuntas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios;

- ✓ A promoção a adaptações das florestas às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos e a reabilitação de povoamentos em más condições vegetativas; e
- ✓ A **realização de ações conjuntas e integradas no âmbito do "Pacote Legislativo" em matéria do reordenamento florestal.**

Neste contexto, **serão dinamizados no decorrer de 2019, entre outras**, as seguintes ações:

✓ **Desenvolvimento e operacionalização das ações inerentes ao Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal**

- Na sequência da criação do Gabinete Técnico Florestal intermunicipal (GTFi), no âmbito do Fundo Florestal Permanente sob gestão do ICNF deverão ser realizadas as seguintes ações:
- Acompanhar as políticas florestais;
- Promover a articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de âmbito municipal;
- Acompanhar e promover a transposição homogénea dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM);
- Promover a articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais;
- Acompanhar os Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) e os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Identificar, para efeito de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal à escala intermunicipal, unidades de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal à escala intermunicipal, unidades de planeamento e gestão;
- Produzir e disponibilizar informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente cartográfica;
- Difundir informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais;
- Promover ações de formação no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG);
- Articular junto dos GTF municipais as atividades a desenvolver pela Brigada de Sapadores;
- Preparar e executar ações de Planos de fogo controlado e de sensibilização à escala intermunicipal; e
- Desenvolver outras atividades que sejam solicitadas pelo ICNF, I.P., em articulação com a entidade intermunicipal.

✓ **Desenvolvimento e operacionalização das ações inerentes à Brigada de Sapadores Florestais**

Na sequência da constituição de Brigada de Sapadores Florestais, no âmbito do Fundo Florestal Permanente sob gestão do ICNF deverão ser realizadas as seguintes ações:

- Instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios, nas ações de consolidação e pós-fogo, bem como nas ações de estabilização de emergência;
- Silvicultura de carácter geral;
- Silvicultura preventiva no âmbito dos incêndios florestais, na vertente da gestão de combustível florestal, com recurso a técnicas manuais, moto manuais, mecânicas ou pelo uso de fogo controlado, entre outras;
- Manutenção e proteção de povoamentos florestais, no âmbito da gestão florestal e do controlo de agentes bióticos nocivos;
- Manutenção e beneficiação de infraestruturas de defesa da floresta e apoio à gestão florestal;
- Sensibilização das populações para as normas de conduta em matéria de proteção florestal, nomeadamente no âmbito do uso do fogo, da limpeza das florestas e da fitossanidade;

- Vigilância armada, ações de primeira intervenção em incêndios florestais e apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo, no âmbito da proteção civil, sendo ainda um agente de proteção civil, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei nº27/2006, de 3 julho, alterada e republicada pela Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, com missões de intervenção de proteção civil previstas em diretivas operacionais específicas da Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC).
 - Elaboração do plano anual de atividades da brigada de sapadores florestais, designadamente na definição da área de atuação anual e indicação das ações a desenvolver no âmbito do serviço público;
 - Elaboração dos relatórios de atividades da brigada de sapadores florestais;
 - Elaboração trimestral de plano de trabalhos de gestão de combustível; e
 - Verificação da operacionalidade do equipamento individual e coletivo, bem como a necessidade de manutenção ou substituição, no caso de perda ou deterioração grave, ou sempre que não assegure a funcionalidade e segurança da brigada de sapadores florestais;
- ✓ **Continuidade das ações no âmbito do projeto piloto - "Desenvolvimento integrado de gestão territorial na vertente florestal - implementação de sistema de suporte à decisão no combate aos incêndios florestais"**

O apoio à decisão operacional, no âmbito das operações de socorro, é cada vez mais uma condição essencial para o sucesso das mesmas.

Apesar da evolução que se tem registado ao nível da formação e das competências pessoais, os sistemas de apoio à decisão operacional continuam assentes em métodos arcaicos e desprovidos dos conteúdos necessários ao estabelecimento dos corretos planos de ação, independentemente da tipologia de ocorrência em análise.

Os incêndios florestais de 2017, e o impacto que os mesmos tiveram a todos os níveis, deram ainda mais ênfase à necessidade de dotar os Comandantes das Operações de Socorro, com os meios necessários para produzirem, decisões mais corretas, mas sobretudo mais rápidas e mais eficientes.

As novas tecnologias são e têm que ser cada vez mais, a base das decisões operacionais. Nesse sentido, os GTF intermunicipais das CIM do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, conjuntamente com o CDOS de Santarém têm trabalhado na implementação de uma plataforma tecnológica a nível distrital que reúna toda a informação geográfica de apoio à decisão operacional no âmbito das operações de socorro e que auxilie a cadeia de comando, designadamente no apoio ao planeamento e coordenação de todos os meios disponíveis no combate aos incêndios florestais em tempo real.

O projeto contou com a integração de recursos já existente como seja o trabalho já desenvolvido pelo município de Mação e a tecnologia SIG existente na CIMT, potenciando a implementação de soluções de comunicação integradas que asseguram a conectividade entre serviços da Administração Pública, criando e disseminando serviços partilhados e da melhoria dos correspondentes mecanismos de governabilidade.

Foram promovidas e promove-se sinergias entre várias entidades como sejam:

- ✓ 2 CIM - Médio Tejo e Lezíria do Tejo – Gabinetes Técnicos Florestais - GTF intermunicipal – uniformização e harmonização da informação geográfica (e.g. PMDFCI e POM);
- ✓ Comando Distrital de Operação e Socorro de Santarém – CDOS de Santarém;

- ✓ 24 municípios (GTF municipal e Serviços Municipais de Proteção Civil - SMPC); e
- ✓ Cooperações de bombeiros.

Para além da integração da informação geográfica, os técnicos do GTF intermunicipal das CIM do Médio Tejo e Lezíria do Tejo colaboraram no processo formativo dos elementos de comando, estendendo-se o uso da mesma a todos os Corpos de Bombeiros do nosso Distrito.

No âmbito deste projeto foram ainda adquiridos/alugados pelo GTFi da CIMT 136 localizadores, os quais permitem a Georreferenciação dos meios, de reforçar a importância da mesma conforme recomendação da Assembleia da República nº 182/2018, constituindo-se como uma ferramenta crítica para o comando e controlo dos grandes teatros de operações.

Neste contexto, pretende-se dar continuidade à dinamização de plataforma tecnológica e outros meios que auxiliem a cadeia de comando, designadamente no apoio ao planeamento e coordenação de todos os meios disponíveis no combate aos incêndios florestais em tempo real.

- ✓ **Acompanhamento e monitorização do sistema de Acompanhamento Remoto e Apoio à Decisão Operacional implementado.**

Pretende-se o acompanhamento e monitorização do Sistema de Acompanhamento Remoto e Apoio à Decisão Operacional implementado, recorde-se que a CIMT procedeu em 2017 à ampliação e modernização da rede de vigilância e aquisição de dados do sistema integrado de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais, já implementados na área do Médio Tejo a qual abrange dois Distritos, Santarém e Castelo Branco.

No âmbito da referida ampliação a CIMT dotou o território da Região do Médio Tejo de 9 Torres de vigilância de apoio à decisão (TVDA), e requalificação/restruturação de 2 Centros de Comando e Controlo (CGC) implementados nos CDOS de Santarém e Castelo Branco, bem como implementação de sistema de comunicações entre as várias infraestruturas. A sua ação conjunta permite uma tomada de decisão mais eficaz, eficiente e sustentável, bem como garantir medidas preventivas em matéria de incêndios florestais, em complementaridade com os sistemas do mesmo tipo que já se encontravam em operação antes da sua implementação.

Face ao investimento realizado e realçando importância desta ação, atendendo a que a videovigilância é em si própria uma medida de minimização e mitigação dos riscos, no sentido em que vai permitir uma análise mais rápida da realidade do incêndio florestal, permitindo assim ao nível dos CGC decisões mais rápidas e assertivas quanto aos meios a envolver, levando a uma ação mais rápida, com as comprovadas consequências de diminuição de área ardida, assim, ressalva-se a importância no contínuo acompanhamento e monitorização do sistema no sentido de garantir a sua sustentabilidade.

Esta ação teve enquadramento em candidatura aprovada no âmbito do PO SEUR, com taxa de cofinanciamento de 95% (fundo de coesão).

Em resumo os objetivos fundamentais deste subprojecto serão: dar continuidade às estratégias de prevenção passando pela articulação entre os diferentes atores regionais, nomeadamente os corpos de bombeiros, CDOS,

ICNF e os gabinetes técnicos florestais municipais; assegurar a coerência estratégica das intervenções no sentido de definição de Ações Intermunicipais para a Segurança e Proteção Civil; estruturar, dinamizar, executar estudos, planos de intervenção ou outros trabalhos para a minimização dos riscos e gestão/partilha de meios.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Subprojecto nº 12.5

Investimento 2019: 348.783,00€

(Não definido: 11.000,00€)

Tendo em conta os recentes acontecimentos a nível mundial, e mais especificamente a nível nacional, regional e local, as alterações climáticas são hoje um desafio global na sua maior ou menor incidência a nível geográfica e transversal a todas as áreas, gerando perdas de recursos naturais e económicas.

Assim, e alinhados com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020) a qual está enquadrada com as metas europeias e de acordo com objetivos nela descritos (1. Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas; 2. Implementar medidas de adaptação; 3. Promover a integração da adaptação em políticas sectoriais), com este subprojecto pretende-se a execução das seguintes ações:

✓ **Elaboração de “Plano intermunicipal de adaptação às alterações climática do Médio Tejo”**

Com a sua concretização pretende-se a elaboração de estratégia intermunicipal integrada de adaptação às alterações climáticas perfilando-se as estratégias municipais alicerçadas num melhor conhecimento das alterações climáticas a nível intermunicipal e municipal com vista à elaboração de estratégias locais de adaptação, para posterior implementação de algumas das medidas.

Esta ação tem como objetivos: identificar os ajustes necessários dos sistemas naturais ou humanos, em resposta a estímulos climáticos (observados ou projetados) com o objetivo de aumentar a resiliência desses sistemas; identificar as ações necessárias para adaptação às alterações climáticas ao nível das populações, dos serviços públicos, bem como transversais a todos os sectores socioeconómicos; promover o envolvimento da população em geral, técnicos municipais e atores locais; integrar a adaptação nos processos de planeamento e decisão dos agentes municipais e sectoriais; capacitar os técnicos municipais nesta matéria com vista à criação de uma comunidade de agentes locais.

Para a concretização dos objetivos prevê-se que o Plano identifique as vulnerabilidades do território do Médio Tejo face às alterações climáticas mediante a caracterização e o diagnóstico da situação de referência (atual); Elaboração de Modelos de Previsão e de Cenários - futuras, Identificação de medidas de atuação corretivas para colmatar as vulnerabilidades existentes e previstas face aos modelos desenvolvidos.

Nesta medida, a metodologia de trabalho terá em consideração os documentos de referência realizados e disponibilizados no âmbito dos trabalhos promovidos pelo projeto ClimaAdaPT.Local – Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, como seja o “Guia Metodológico para a Elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas”.

A metodologia a implementar deverá ter em conta os seguintes setores transversais entre si e com impacto nas dinâmicas territoriais da Região no que concerne às adaptações territoriais: Recursos hídricos, Ordenamento do

território, áreas urbanas, Agricultura, Biodiversidade, Economia, Energia, Florestas, Saúde, Segurança de pessoas e bens, Transportes e comunicações, Turismo e Lazer, Indústria.

✓ **Elaboração de Plano Regional de Ação do sector de Energia Sustentável, numa lógica de adaptação às alterações climáticas**

A sua elaboração terá em conta o Plano já existente neste sector e adaptá-lo à nova estratégia na redução das emissões de CO2 em pelo menos 40% até 2030, e adotar uma abordagem integrada para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Estas duas ações têm enquadramento em candidatura aprovada no âmbito do POSEUR, com taxa de cofinanciamento de 85% (fundo de coesão).

✓ **Implementação de ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas - população em idade escolar**

A sua operacionalização desta ação tem como objetivos:

- Melhorar conhecimento da população estudantil (1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e secundário), no que respeita aos riscos associados às alterações climáticas através;
- Dar a conhecer os objetivos de desenvolvimento sustentável às crianças e jovens, por forma a sensibilizá-los e promover uma cidadania global ativa e uma maior consciencialização do papel de cada um na construção de um mundo mais seguro, saudável e sustentável; e
- Pretende-se promover a reflexão e o debate sobre as alterações climáticas de forma a incutir nos jovens o sentido de coresponsabilidade e de compromisso no quadro das suas expectativas e interesses.

Esta ação tem enquadramento em candidatura aprovada no âmbito do PO SEUR, com taxa de cofinanciamento de 75% (fundo de coesão) e contempla, entre outras as seguintes ações: Criação/desenvolvimento de aplicação/jogo educacional e interativo; exposição temporária, fichas didáticas, livro didático, concurso de ideias e caminhadas temáticas.

GEFOR – GESTÃO DA FORMAÇÃO NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 11

Horizonte temporal: 2017-2020

Investimento 2019: 135.553,00€

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo é uma entidade formadora certificada pela extinta Fundação CEFA - Fundação para os Estudos e Formação Autárquica, atual DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e ministra formação para os trabalhadores dos seus municípios associados, bem como para os trabalhadores da própria CIMT.

Face às necessidades sentidas na região do Médio Tejo, a CIMT tem sido, já por diversas vezes, contactada por entidades como Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, a questionarem da possibilidade de frequentarem as ações de formação divulgadas. No entanto, sendo a CIMT certificada pela extinta Fundação CEFA, agora

DGAL, está condicionada quanto ao seu público-alvo, pelo que, não poderá abranger os trabalhadores destas entidades.

De forma a colmatar essa situação, a CIMT encontra-se num processo de certificação junto da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), para que possa alargar as suas ações de formação aos trabalhadores das Juntas de Freguesia e Empresas Municipais. Sendo uma certificação mais ampla a nível de público-alvo permite ministrar formação tanto a entidades públicas, como a privadas, ultrapassando os constrangimentos até agora sentidos, dado que permite uma maior capacidade de resposta às necessidades sentidas a nível regional.

Tendo em conta a Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região do Médio Tejo para o período de programação comunitária 2014-2020, foi definido um modelo de governação multinível para que os investimentos sejam devidamente planeados e articulados com as entidades públicas em geral. Assim sendo, a qualificação dos trabalhadores da Administração Pública da Região do Médio Tejo deve ser vista como um todo e não de forma individualizada, pelo que, o alargamento do público alvo das ações de formação ministradas pela CIMT, irá também ao encontro de uma governação mais coesa em termos territoriais, envolvendo a participação de todos os trabalhadores que promovem a gestão da Estratégia de Desenvolvimento Territorial da Região.

Com o desenvolvimento da sua atividade formativa, a CIMT pretende continuar a contribuir, de forma decisiva, para a construção de uma cultura de formação profissional capaz de promover a qualificação dos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo, dando resposta às necessidades sentidas pelos trabalhadores municipais aquando o desenvolvimento das suas atividades em contexto de trabalho. Desta forma, através do investimento direto no crescimento pessoal, profissional e organizacional das pessoas, pretende-se contribuir, de forma indireta, para o aumento da competitividade regional,

A atividade formativa levada a cabo pela CIMT, que visa a melhoria das competências pessoais e profissionais dos trabalhadores da Administração Local é definida e construída através da auscultação das necessidades municipais, pretendendo-se alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ aumentar a qualificação, assumindo a formação como um dos fatores críticos de sucesso para a modernização da Administração Pública, mediante a qualificação de dirigentes e trabalhadores;
- ✓ potenciar a qualificação dos recursos humanos e que a formação se assuma como uma ferramenta potenciadora de melhoria de capacidades e ganhos ao nível do desempenho profissional;
- ✓ definir estratégias conjuntas para apresentação de candidaturas no âmbito do Fundo Social Europeu;
- ✓ promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, designadamente dos recém-licenciados em áreas de interesse para a CIMT;
- ✓ fomentar a troca de experiências dos trabalhadores de várias áreas dos Municípios Associados e CIMT, para resolução de algumas dificuldades encontradas em ambiente de trabalho.

FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Subprojecto nº 11.1

Investimento 2019: 103.053,00€

O desenvolvimento de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo constitui uma das atividades da CIMT, sendo que para o efeito é necessário a definição de um Plano de

Formação estruturante, capaz de responder às necessidades sentidas pela CIMT e pelos seus municípios, por um período de um ano, ou plurianual caso se verifique abertura de candidatura através do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e a mesma seja aprovada.

As ações de formação previstas no Plano de Formação resultam de um levantamento efetuado junto dos municípios e que se consubstancia no Diagnóstico de Necessidades de Formação. Este Diagnóstico consiste na definição das carências de formação na organização, em função das suas missões, objetivos e estratégias de desenvolvimento/atuação, e visa ser um processo dinâmico, participativo, contínuo e integrado.

Assim, após levantamento das necessidades de formação junto dos municípios associados da CIMT e na própria CIMT, é preparado um Plano de Formação que contribua para o aumento da qualificação dos recursos humanos, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos. De facto, o objetivo último da promoção da Formação da Administração Local é permitir o acesso a formação profissional adequada às funções da organização, visando uma melhoria da qualidade do serviço prestado.

O Diagnóstico de Necessidades de Formação permite, igualmente, a preparação de candidaturas intermunicipais para financiamento das ações de formação a ministrar e que visam os seguintes objetivos:

- ✓ Melhorar as competências individuais dos trabalhadores dos municípios associados da CIMT e da própria;
- ✓ Promover a qualidade dos serviços municipais; e
- ✓ Contribuir para a modernização da organização municipal.

Face ao exposto, define-se como áreas prioritárias de atuação na área da ministration e formação aos trabalhadores da Administração local da Região do Médio Tejo:

- ✓ Administrativa e de Modernização;
- ✓ Financeira;
- ✓ Recursos Humanos;
- ✓ Jurídica;
- ✓ Urbanismo/ Ordenamento do Território
- ✓ Serviços Urbanos;
- ✓ Cultura, Turismo; e
- ✓ Obras Municipais e Particulares.

Importa referir que aquando a elaboração do presente documento, e dado o conhecimento de um aviso/convite para submissão de candidaturas, por parte do Programa Operacional Regional do Centro2020, ainda no ano de 2018, a CIMT deu início aos trabalhos de preparação de candidatura para financiamento do seu Plano de Formação para os anos de 2019/2020.

ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS

Subprojecto nº 11.2
Investimento 2019: 10.000€

Através dos estágios curriculares e profissionais a CIMT pretende contribuir para o aperfeiçoamento das competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho, bem como facilitar a jovens licenciados, técnicos e técnicos profissionais um primeiro contacto com a vida ativa, proporcionando uma experiência de trabalho que se refletirá no seu currículo para o

ingresso na integração no mundo do trabalho. Decorreram no ano de 2015/2016/2017, cinco estágios no âmbito da candidatura PEPAL 5.ª Edição, nas áreas de Ciências da Comunicação; Educação; Gestão; Planeamento Territorial e Transportes e Design. No presente, nenhum estágio se encontra em curso. Pretende-se que no ano de 2019, seja dada continuidade a este projeto, através da realização de novos estágios curriculares e profissionais.

SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E REUNIÕES TEMÁTICAS

Subprojecto nº 11.3

Investimento 2019: 2.500,00€

A dinamização de seminários, workshops e reuniões temáticas, é uma das formas que a CIMT tem desenvolvido para se encontrar novas formas de partilha de conhecimento e discussão/ reflexão entre os trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo. De facto, trata-se, igualmente, de uma forma de motivar o encontro entre os vários trabalhadores da Administração Local, para que possam debater, confrontar e procurar soluções a problemas concretos da sua atividade laboral, encontrar métodos de trabalho coesos a toda a Região e partilhar experiências para que possam fazer face à complexidade e aos desafios decorrentes do desenvolvimento das suas atividades.

FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS

Subprojecto nº 11.4

Investimento 2019: 20.000,00€

Na sequência da aprovação da candidatura intermunicipal “Formação de públicos Estratégicos” ao Eixo Prioritário 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, a CIMT encontra-se a desenvolver um plano de formação para qualificar os/as profissionais de diversas áreas de competências em domínios associados à promoção da igualdade de género, à prevenção e combate às discriminações em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género, à prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género.

Neste sentido, pretende-se promover as seguintes ações de formação:

- ✓ Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio da promoção em especialização em igualdade de género;
- ✓ Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio da prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género; e
- ✓ Ações de formação de formadores/as para obtenção da certificação ou especialização em igualdade de género.

Referenciais de Formação:

- ✓ Formação de Públicos Estratégicos para obtenção da especialização em Igualdade de Género – 58 horas;
- ✓ Formação de Formadores/as para obtenção de especialização em Igualdade de Género – 72 horas; e
- ✓ Formação de agentes qualificados/as que atuem no domínio da violência doméstica e/ou da prevenção da vitimação ou revitimação desta – 30 horas.

O público-alvo das ações de formação a desenvolver é o seguinte:

- ✓ Agentes de formação
- ✓ Pessoal docente e não docente

- ✓ Agentes sociais
- ✓ Pessoal dos serviços de saúde

Este projeto tem como parceiros a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e os Agrupamentos de Escolas A 23 e Templários.

AGRUPAMENTO EUROPEU PARA A COOPERAÇÃO TERRITORIAL INTERPAL – MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 12

Horizonte temporal: 2017-2019

Investimento 2019: 11.000,00€

Através do ofício Nº: 2297/2017 de 27-09-2017, PROC. Nº: 195/2017 foi aprovado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, o **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial** entre a Disputación Provincial de Palencia/Espanha e a Comunidade Intermunicipal de Médio Tejo, **designado por AECT InterPal-Médio Tejo**, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 376/2007, de 8 de novembro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 60/2015, de 22 de abril.

Conforme o disposto no nº3 e 4 do artigo 1º do Regulamento (CE) nº 1082/2006 na sua versão modificada pelo Regulamento (EU) Nº 1302/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, o **AECT InterPal-MedioTejo**, será uma entidade de direito público dotada com personalidade jurídica e gozará em Espanha e Portugal da mais ampla capacidade jurídica de atuação que os respetivos Estados, como Estados da União Europeia, reconhecem às pessoas coletivas.

Os principais objetivos de atuação do **AECT InterPal-MedioTejo**, são os seguintes:

- ✓ Cooperação e gestão conjunta para fomentar a competitividade e promoção do emprego, que passa pelo seguinte:
 - Dinamização do crescimento da sociedade da informação, em particular comércio eletrónico, o teletrabalho e a modernização dos serviços públicos;
 - Promoção das condições de desenvolvimento das economias locais, através da promoção das potencialidades endógenas; e
 - Promoção da intensificação e diversificação das relações entre as empresas e associações empresariais e comerciais para explorar oportunidades de negócio conjuntas;
- ✓ P.2. Cooperação e gestão conjunta na área do ambiente, património e prevenção dos riscos naturais:
 - Promoção de ações conjuntas de proteção, preservação e valorização do ambiente e dos recursos naturais;
 - Contribuição para o reforço das identidades locais através da promoção dos recursos culturais (arqueologia, arquitetura, património industrial, artesanato, gastronomia, etnografia); e
 - Promoção e valorização dos produtos turísticos ambientais e patrimoniais, fomentando a sua utilização sustentável com a finalidade de promover os espaços rurais como destinos turísticos de qualidade.
- ✓ P.3. Cooperação e gestão conjunta para a integração socioeconómica e institucional:
 - Promoção e melhoramento da eficácia de redes estáveis de cooperação entre os territórios de âmbito municipal, empresarial, social e institucional;

- Estabelecimento de mecanismos de cooperação nas áreas da assistência e ação social para reforçar os níveis de apoio aos grupos mais vulneráveis, perspetivando a integração social; e
- Estímulo à colaboração, para o desenvolvimento de capacidades conjuntas, nomeadamente em sectores como a saúde, a cultura, o turismo e a educação.

PORTUGAL 2020 – APOIO E CONTRATUALIZAÇÃO NO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 13

Horizonte temporal: 2015-2023

Investimento 2019: 274.297,50€

Na sequência do reconhecimento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para o período de programação comunitária 2014-2020, foi iniciada a sua operacionalização com a submissão e aprovação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo-se, para o efeito, ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI).

Deste modo, a 31 de agosto de 2015 foi celebrado o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regional do Centro, Inclusão Social e Emprego (POISE), Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR) e o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR).

De acordo com a cláusula 5.^a do Pacto, serão objeto de adenda ao mesmo, a delegação de competências, bem como os restantes direitos e deveres da CIMT enquanto organismo intermédio, onde serão incluídos os elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-lei n.º 137/2014 de 12 de setembro.

Na sequência da celebração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e os municípios de Abrantes, Entroncamento, Ourém, Tomar e Torres Novas, a CIMT constituiu-se como Organismo Intermédio, no sentido de exercer as competências afetas às Autoridades Urbanas.

Programa Operacional Regional do Centro 2020 – Delegação de Competências no âmbito do Pacto

Foi celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, uma Adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT, com vista à delegação de competências e constituindo-se a CIMT como Organismo Intermédio deste Programa Operacional (PO). As competências delegadas consubstanciam-se no seguinte:

- a) Aplicar os critérios de seleção aprovados pela respetiva comissão de acompanhamento do PO;
- b) Verificar se a operação a selecionar tem enquadramento nas elegibilidades específicas do correspondente PO, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- c) Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional, antes de a operação ser aprovada, quando aplicável;
- d) Assegurar que a operação selecionada corresponde ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa e pode ser atribuída à categoria de intervenção;

- e) Garantir que as operações selecionadas não incluem atividades que tenham sido parte de uma operação que tenha sido ou devesse ter sido objeto de um procedimento de recuperação em conformidade com o artigo 71º do Regulamento (UE) nº 1303/2013, de 17 de dezembro, na sequência de uma deslocalização de uma atividade produtiva fora da área do programa;
- f) Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à AG;
- g) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades e, concretamente, da igualdade entre mulheres e homens, quando aplicável;
- h) Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação;
- i) Verificar a elegibilidade das despesas no âmbito do processo de seleção e execução das operações;
- j) Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e com as condições de apoio da operação;
- k) Garantir que os beneficiários envolvidos na execução das operações reembolsadas com base em custos elegíveis efetivamente suportados, utilizam um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite;
- l) Respeitar procedimentos para que todos os documentos de despesa e das auditorias sejam conservados em conformidade com o disposto no Reg. (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, nomeadamente para garantir uma pista de auditoria adequada, ou com disposições legais nacionais, quando estas imponham prazos mais alargados;
- m) Disponibilizar aos beneficiários as informações pertinentes para realizarem as operações;
- n) Garantir que os dados sobre cada operação que são necessários para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação e auditoria, são recolhidos, introduzidos e registados no sistema de informação e que os dados sobre indicadores são, quando aplicável, desagregados por sexo;
- o) Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários;
- p) Realizar verificações das operações in loco, as quais podem ser realizadas por amostragem;
- q) Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro 2020, a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução das operações, necessários para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional; e
- r) Assegurar a organização dos processos de candidatura, relativamente, às competências delegadas de operações ao financiamento pelo PO.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – Delegação de Competências no âmbito do Pacto

No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT, encontra-se prevista a prossecução de investimentos intermunicipais e municipais no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no que concerne à “Inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e participação ativa e a melhoria da empregabilidade” e à “melhoria do acesso a serviços sustentáveis de qualidade a preços comportáveis incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral”, tendo a CIMT demonstrando interesse na sua constituição como Organismo Intermédio deste PO para o devido acompanhamento, gestão e controlo das operações a financiar.

Neste sentido, foi celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no dia 28 de julho de 2017, uma Adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMT, com vista à delegação de competências e constituindo-se a CIMT como Organismo Intermédio deste Programa Operacional (PO). As competências delegadas consubstanciam-se no seguinte:

- a) Aplicar os critérios de seleção aprovados pela respetiva comissão de acompanhamento do PO (alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- b) Assegurar que a operação selecionada corresponde ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa e pode ser atribuída à categoria de intervenção (alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- c) Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional para cumprir as condições de apoio de cada operação, antes da respetiva aprovação, quando aplicável (alínea e) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- d) Verificar se a operação a selecionar tem enquadramento nas elegibilidades específicas do correspondente PO, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira (alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- e) Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à AG (alínea g) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- f) Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação (alínea i) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- g) Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o PO e com as condições de apoio da operação (alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- h) Garantir que os beneficiários envolvidos na execução das operações reembolsadas com base em custos elegíveis efetivamente suportados, utilizam um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite (alínea b) do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- i) Garantir que os dados sobre cada operação, necessários para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação e auditoria, são recolhidos, introduzidos e registados no sistema de informação e que os dados sobre indicadores são, quando aplicável, desagregados por sexo (alínea e) do n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro);
- j) Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários (alínea a) do n.º 4 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro); e
- k) Realizar verificações as operações in loco (alínea b) do n.º 4 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro), as quais podem ser realizadas por amostragem (n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro).

Programa Operacional Regional do Centro 2020 - PEDU

No passado dia 31 de Maio de 2016, foi contratualizado com os municípios de Abrantes, Entroncamento, Ourém, Torres Novas e Tomar os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), podendo estes municípios constituir-se como Organismo Intermédio – Autoridade Urbana - assegurando as funções de

controlo com vista a aferir se as operações ao abrigo do PEDU, são elegíveis para apoio, se estão em conformidade com a lei aplicável e se dispõem da capacidade administrativa, financeira e operacional necessária para satisfazer as condições de apoio, criando deste modo as condições necessárias ao exercício, por parte do Município, da competência de seleção de operações que lhe foi delegada nos termos da cláusula 4.ª do mencionado contrato de PEDU. No entanto, os municípios em causa propuseram à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, a delegação dessas competências na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, reforçando esta entidade, competências enquanto Organismo Intermédio do Programa Operacional Regional do Centro 2020.

No passado dia 22 de maio de 2017, foram celebrados entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, os contratos de Delegação de Competências no âmbito dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano dos municípios de Abrantes, Entroncamento, Ourém, Torres Novas e Tomar. Assim sendo, foram delegadas na CIMT as seguintes competências:

- a) Aplicar os critérios de seleção aprovados pelo respetivo comité de acompanhamento do Programa Operacional;
- b) Assegurar que a operação selecionada corresponde ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa e pode ser atribuída à categoria de intervenção;
- c) Assegurar que seja disponibilizado ao beneficiário um documento sobre as condições de apoio para cada operação, incluindo os requisitos específicos aplicáveis aos produtos ou serviços a realizar no âmbito da operação, o plano de financiamento e o prazo de execução;
- d) Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional para cumprir as condições referidas na alínea anterior, antes de a operação ser aprovada, quando aplicável;
- e) Verificar se a operação a selecionar tem enquadramento nas elegibilidades específicas do correspondente Programa Operacional, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;
- f) Assegurar a conformidade dos termos de aceitação das operações apoiadas, ou dos contratos, com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis; e
- g) Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação em causa, sempre que a operação tenha início antes da apresentação do pedido de financiamento à Autoridade de Gestão.

GRUPOS DE TRABALHO COM OS MUNICÍPIOS DO MÉDIO TEJO

PROJECTO Nº 14

No âmbito da articulação da CIMT com os Municípios mantêm-se em funcionamento diversos Grupos de Trabalho sobre diversas temáticas com o objetivo de promover, agilizar e criar condições/instrumentos para o estabelecimento de uma efetiva cooperação entre todos, assente na partilha e na potenciação dos recursos humanos e financeiros.

Este trabalho em rede, viabilizando a partilha de experiências e o desenho de projetos comuns para uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável e de valorização de recursos, fomenta a minimização das assimetrias existentes e estimula o desenvolvimento regional.

Neste sentido, o trabalho em grupo viabilizará, entre outros aspetos:

- ✓ Mais e melhor serviço público;
- ✓ A concretização de missões/ações que, de forma isolada, os intervenientes não conseguiriam; e
- ✓ Novos desafios, com a apresentação de candidaturas ao financiamento de fundos europeus.

Os Grupos de Trabalho existentes e aprovados são:

✚ **Grupo de Trabalho (GT-AM) dos Arquivos Municipais do Médio Tejo**, aprovada a sua operacionalização pelo Conselho Intermunicipal em 31 de março de 2017. Este grupo de trabalho visa discutir e partilhar experiências e desenhar metodologias de intervenção comuns para a salvaguarda da consulta da informação e preservação da mesma para o futuro, viabilizando-se assim, a definição de atividades estratégicas para a correta gestão documental dos serviços municipais e a consolidação dos Arquivos Municipais da região. Na sequência das 3 reuniões realizadas estão em curso diversas ações:

- ✓ Linha de Ação 1 - Elaboração de proposta de minuta de regulamento municipal de arquivo a implementar no Médio Tejo;
- ✓ Linha de Ação 2 - Divulgação da Rede de Arquivos Municipais do Médio Tejo;
- ✓ Linha de Ação 3 - Estudo para implementação do "Repositório de Informação Arquivística do Médio Tejo";
- ✓ Linha de Ação 4 - Avaliação, seleção e eliminação das massas documentais acumuladas existentes nos arquivos municipais; e
- ✓ Linha de Ação 5 - Proposta de modelo de gestão integrada da informação nos municípios.

✚ **Grupo de Trabalho (GT-BPMT) das Bibliotecas Públicas Municipais**, aprovado na reunião do Conselho Intermunicipal realizada no dia 28 de outubro de 2016, tem em vista a construção de um projeto coletivo que viabilize a consolidação das bibliotecas municipais da região do Médio Tejo enquanto equipamento cultural estratégico para o seu desenvolvimento por se constituir como uma plataforma coletiva do saber e da cultura ao serviço de todos os públicos. Já se realizaram 6 reuniões do GT-BPMT; o logotipo aprovado é o seguinte:



Este grupo de trabalho tem tido um percurso diferenciador a nível nacional conforme referido pela DGLAB – Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas e na sequência das 11 reuniões havidas estão em fase de conclusão já diversas ações e outras em curso:

- ✓ **Em fase de conclusão:**
 - 1ª linha de ação – No âmbito do projeto intermunicipal PEDIME: **Aquisição de Fundos Documentais** e realização de "**Encontros com Escritores Contemporâneos**", dirigidos aos alunos das escolas do Médio Tejo para a promoção do sucesso escolar no Médio Tejo;
 - Implementação da **Wiki Médio Tejo**;

- 2ª linha de ação – Novas Tecnologias de Informação – Levantamento do parque de equipamentos existente e dos estrangulamentos; e
- 3ª linha de ação – Formação Profissional – concluído o Plano de Formação Integrado.

✓ **Em curso:**

- 2ª linha de ação – Novas Tecnologias de Informação – definição de estratégias para superação dos estrangulamentos;
- 3ª linha de ação – Formação Profissional – agendamento das ações na sequência da assinatura do protocolo com a DGLAB;
- 4ª linha de ação – Promoção da Leitura – “itinerar” a leitura – a implementação de um plano integrado;
- 5ª linha de ação – Bibliotecas Itinerantes – em análise;
- 6ª linha de ação – Intervenção na Área Social – definição de projetos; e
- -Preparação de uma **Exposição sobre os incêndios florestais** de âmbito intermunicipal.

✚ **Grupo de Trabalho (RM-NM) da Rede de Museus do Médio Tejo**, constituído com os responsáveis de todos os Museus/Núcleos Museológicos desta região de modo a se estabelecer uma articulação eficaz entre todos, de serem devidamente ponderadas as estratégias que fomentem a dinamização integrada destes Museus e principalmente para viabilizar a credenciação gradual de alguns destes espaços em verdadeiros Museus do Médio Tejo. Este grupo tem uma parceria/protocolo com o IPT – Instituto Politécnico de Tomar. Está previsto o início da atividade deste grupo ainda no ano de 2018.

✚ **Grupo de Trabalho – Proteção Civil no Médio Tejo** – Grupo de trabalho sectorial - “Prevenção dos Riscos Naturais – Gestão Integrada da Proteção Civil”, criado no âmbito da definição da Estratégia 2020 do Médio Tejo, com objetivo de articular e partilhar ações conjuntas para a promoção de gestão intermunicipal dos serviços de segurança e proteção civil. Neste contexto, e na sequência da criação do GTF Intermunicipal – Gabinete Técnico Florestal e da constituição de brigada de sapadores florestais cuja titularidade é da CIMT, foi criado **Grupo de Trabalho no âmbito da gestão das florestas** - Este grupo de trabalho é constituído pelos GTF municipais e o ICNF, sendo que muitas vezes é alargado a entidades como o CDOS de Santarém e Castelo Branco, Associações de agricultores da região, GNR, entre outras. O grupo em causa pretende dinamizar de forma integrada as ações / atividades inerentes ao GTF intermunicipal e brigada de sapadores florestais.

✚ **Grupo de Trabalho dos Técnicos de SIG e Cartografia do Médio Tejo** – Este grupo de trabalho foi constituído pelos técnicos de SIG das Câmaras Municipais e da CIMT. Começaram a reunir periodicamente há mais de 15 anos com o intuito de discutir a implementação de projetos intermunicipais no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica, cartografia e ordenamento do território. Tem como objetivo a discussão e partilha de experiências e/ou conhecimentos técnicos para soluções comuns a implementar ou implementadas na região do Médio Tejo.

✚ **Grupo de Trabalho no âmbito da Segurança Rodoviária** - Este grupo de trabalho foi constituído por interlocutores das Câmaras Municipais, CIMT e ANSR. Começaram a reunir desde 2015 no âmbito de Protocolo celebrado com a ANSR e a CIMT, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas no âmbito desta temática, designadamente a promoção da elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária, com caracterização/ enquadramento supramunicipal e constituição de observatório de segurança rodoviária.

✚ **Grupo de Trabalho Inclusão Social:** Instância de coordenação e consulta com o objetivo de reforçar uma Governança Partilhada para a Coesão Social de nível local, ou seja, a existência de políticas e de medidas sociais, em parceria, de base local, que visem a promoção da Coesão Social do Médio Tejo no seu todo e nos seus treze concelhos, completando e articulando a sua abrangência territorial, através da sinergia de ações, soluções e recursos, a nível intermunicipal. Participam deste Grupo de Trabalho, a CIMT, Municípios do Médio Tejo, Segurança Social, UDIPSS, UMP, ACES, IEF, IPT, entre outros. A ação deste grupo tem estado condicionada à não abertura de avisos de candidatura por parte da CCDRC uma vez que o PIDSII- Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado está concluído e definidas diversas ações de intervenção.

✚ **Observatório da Mobilidade do Médio Tejo:** Grupo de trabalho com o objetivo de envolver os agentes locais numa estrutura participativa para o desenvolvimento da estratégia de Mobilidade Regional, no sentido de facilitar a compilação e a troca de informação, essencial a um correto conhecimento sobre a mobilidade regional e à tomada de decisões mais assertivas no que se refere às políticas, programas e projetos a apoiar e desenvolver bem como no que se refere ao exercício das funções da autoridade de transportes regional perspetivadas para a CIMT. Participam do Grupo de Trabalho a CIMT, Municípios, IMT, IP; Operadores de Transporte (RT; RBI; CP); ACES; MT21, entre outros.

✚ **Grupo de Trabalho Turismo, Cultura e Património:** Grupo de trabalho com o objetivo de envolver os agentes locais e regionais numa estrutura participativa para o desenvolvimento da estratégia do Médio Tejo no âmbito do Turismo, da Cultura e do Desporto, contribuir para a definição e consolidação da identidade regional; organizar os produtos turísticos; promoção turística, marketing territorial e planeamento concertado de um calendário anual de eventos do Médio Tejo. Participam do Grupo de Trabalho a CIMT, Municípios, Associações de Desenvolvimento Local, Associações Empresariais, Associações Culturais, IPT, entre outros.

✚ **Grupo de Trabalho Empreendedorismo, Desenvolvimento Económico e Competitividade:** Grupo de trabalho com o objetivo de envolver os agentes locais e regionais na consolidação do Ecosistema Empreendedor da Região do Médio Tejo, estabelecer o Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo no território e apoiar a estruturação e coordenação de uma rede territorial à escala supramunicipal que contribua para favorecer a criação de sinergias e de condições de eficácia e eficiência no domínio do apoio ao desenvolvimento económico e empreendedorismo de base local.

✚ **Grupo de Trabalho do Hidrogénio:** Na sequência do desafio da "Fuel Cells and Hydrogen 2 Joint Undertaking" e da Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio (AP2H2), a região do Médio Tejo está envolvida no desenvolvimento de estratégias, a médio e longo prazo, desta nova energia. O desenvolvimento dos trabalhos foram aprovados na reunião do Conselho Intermunicipal realizada no dia 30 de Junho de 2017. Face à estratégia energética da Comissão Europeia para 2050, aos compromissos do COP21 de Paris e no sentido de se contribuir para o desenvolvimento de um Cluster a nível nacional e regional para a produção de Sistemas baseados nas tecnologias do Hidrogénio, a região do Médio Tejo colocou-se como pioneira nesta matéria, no sentido de facilitar a disseminação da informação sobre este tema e impulsionando os investidores, as empresas e os parceiros do sistema científico e tecnológico da região e do país sobre esta temática. Estão em curso alguns trabalhos para a região com base nas seguintes orientações estratégicas para o desenvolvimento dos projetos:

- ✓ OE1 - A produção e armazenagem de Hidrogénio na região;

- ✓ OE2 - A utilização do Hidrogénio na rede de transportes de passageiros; e
- ✓ OE3 - Implementação de projetos de hidrogénio no âmbito do turismo.

A título de exemplos podem ser focados os seguintes projetos:

- ✓ produção e armazenagem a partir da Biomassa, da energia excedente das eólicas, da energia solar;
- ✓ ciclistas com bicicletas a hidrogénio;
- ✓ veículos fluviais a hidrogénio; e
- ✓ transporte em rede pelas IPSS.

✚ **Grupo de Trabalho – CRO – Centros de Recolha Oficial de Animais** - A Lei n.º 27/2016 de 23 de agosto e a Portaria 146/2017 de 26 de abril, aprovam medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e **estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população animal a partir de setembro de 2018.**

Na reunião do Conselho Intermunicipal do Médio Tejo realizada no 30 de novembro foi acordado, dar seguimento a este assunto face aos estrangulamentos que se antevêm que venham a acontecer face à publicação da Portaria 146/2017. Nesse sentido, foi estabelecido um Grupo de Trabalho, constituído com representantes de todos os municípios, para análise e reflexão sobre as metodologias de intervenção a prosseguir para cumprimento daquela legislação, consequência da **problemática situação da proibição do abate de animais errantes e da superlotação de animais nas infraestruturas da região** – nomeadamente no:

- ✓ Canil Intermunicipal de Abrantes, Constância e Sardoal;
- ✓ Canil e Gatil Intermunicipal de Torres Novas | Médio Tejo;
- ✓ Canil Intermunicipal de Tomar;

bem como para o estabelecimento da articulação necessária com a GNR e PSP para apoio nas ações de sensibilização “de rua”, entre outras e de “vigilância” em toda a região, no sentido da implementação de uma política dissuasora do abandono de animais e de um maior controlo da população animal.

Já se realizaram 4 reuniões, aguardando-se as orientações da GNR para a definição de uma estratégia regional.

✚ **Grupo de Trabalho da Saúde** – no sentido de facilitar o acompanhamento do Plano Local de Saúde do Médio Tejo (PLS MT), sendo os municípios os interlocutores intermédios mais importantes para a concretização da maioria das atividades do PLS MT, foi considerado vantajoso haver reuniões estratégicas para a uniformização das ações intermunicipais com uma agenda bem definida, nomeadamente no que se refere às ações a concretizar e objetivos a alcançar com a presença dos representantes dos municípios e com representantes da saúde por município, entre outros; foram desde já definidos os interlocutores não tendo sido ainda agendada a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho.

✚ **Grupo de Trabalho dos Técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho:** Grupo de trabalho, constituído pelos responsáveis técnicos das Câmaras Municipais e da CIMT. Com a coordenação da CIMT são desenvolvidas periodicamente reuniões da comissão de acompanhamento de segurança e saúde no trabalho, onde estão presentes os responsáveis técnicos dos Municípios/Entidades e representantes das empresas prestadoras de serviços, cujos objetivos são: planeamento de atividades, avaliação de trabalhos realizados e propostas de melhoria na realização das atividades.

Os Grupos de Trabalho a aprovar durante o ano de 2019 são os seguintes:

✚ **Grupo de trabalho - Universidades Sénior:** Um grupo de trabalho de Universidades Seniores faz todo o sentido no Médio Tejo, na medida em que todos os concelhos têm uma ou mais Universidades. Assim, a articulação, partilha, colaboração e eventual complementaridade, permitirá garantir a disseminação de práticas e iniciativas, contextualizadamente em todo o território do Médio Tejo, promovendo a construção de uma identidade comum e a promoção de um plano de ação conjunto, otimizando recursos, potenciando dinâmicas intergeracionais, diversificando ofertas e valorizando a aprendizagem ao longo da vida.

✚ **Grupo de Trabalho – Equipas Multidisciplinares:** No âmbito do PEDIME diversos municípios constituíram Equipas multidisciplinares. Por outro lado, no âmbito Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, no seu art. 12º está prevista, a constituição de uma equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva. Neste contexto, de modo a garantir uma partilha de saberes e experiências entre todos, bem como promover workshop e definir linhas de ação comuns, pretende-se constituir uma rede de Equipas Multidisciplinares do Médio Tejo.

✚ **Grupo de Trabalho de Associações de Pais:** A criação de uma Rede de Associações de Pais do Médio Tejo, justifica-se pela importância crescente que assume a participação dos Pais e Encarregados de Educação na vida da Escola. Assim, afigura-se imprescindível a participação de uma Associação de Pais por AE, neste Grupo de Trabalho, garantindo o envolvimento dos pais e Encarregados de Educação no desenvolvimento e implementação do PEDIME. Deste modo, mobilizar-se-á a comunidade, agregando vontades e estimulando sinergias que promovam redes concelhias e a partilha de práticas e a participação ativa na vida dos Agrupamentos de Escolas e no acompanhamento dos educandos.

✚ **Grupo de Trabalho dos Refeitórios Escolares:** Embora cada município/Agrupamento de escolas, disponha de vários refeitórios com gestão diversificada, a partilha e articulação entre os respetivos responsáveis assume especial realce neste domínio, destacando-se a partilha de práticas, experiências e saberes. O acompanhamento por um nutricionista e um técnico de higiene e segurança, que promovam a orientação e aconselhamento relativamente a procedimentos, regras e ementas constitui uma mais valia na promoção do sucesso e do bem-estar das comunidades educativas.

3.3 Projetos – Resumo das Atividades para 2019

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos	Resumo das Atividades para 2019
OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	
	1.1 Rotas e Percursos em Património Natural	- Conclusão dos trabalhos de implementação das rotas e percursos, designadamente das intervenções materiais necessárias – trilhos, sinalética, estruturas de informação, entre outras, a executar pelos respetivos Municípios. As componentes a executar pela CIMT incluem a aquisição de sinalética e estruturas de informação e ações de promoção e divulgação.
	1.2 Programação Cultural em Rede - Caminhos	Realização de 3 ciclos de programação cultural (Caminhos do Ferro, Caminhos da Água e Caminhos da Pedra).
	1.3 Produtos Turísticos Integrados	Continuidade das ações de estruturação de produto e de promoção e divulgação nos três eixos de ação prioritários identificados como estratégicos e de relevante interesse para o desenvolvimento sustentado e promoção do turismo na região do Médio Tejo: - Eixo 'Turismo Náutico': Castelo de Bode Wakeboard (campanha de comunicação da agenda da Albufeira de Castelo do Bode; ações de articulação e concertação com os parceiros da Estação Náutica de Castelo do Bode; implementação de sinalética de orientação e painéis de informação na Estância de Wakeboard do Médio Tejo; estruturação de produto e desenvolvimento de conteúdos relativos a percursos, rios e natureza; continuidade das ações de âmbito municipal (realização de eventos de animação, designadamente os eventos "Open Days" e "Welcome to Castelo Bode"); - Eixo 'Turismo Religioso': Fátima - Tomar (coordenação e operacionalização da campanha "Fátima-Tomar StayOver"; definição de projeto de sinalética dos Caminhos de Fátima; desenvolvimento de conteúdos, materiais e ações de comunicação de promoção do programa Páscoa no Médio Tejo; continuidade das ações de âmbito municipal (realização de eventos de animação, designadamente eventos do programa de animação do património (Festival Zêzere Arts; Steampunk Fest) e iniciativas no domínio do turismo religioso como a Rota dos Pastorinhos); e - Eixo 'Turismo Cultural': Templários Castelos do Tejo Museu Nacional Ferroviário (desenvolvimento dos trabalhos com vista à estruturação da Rota dos Castelos do Médio Tejo; ponto de situação e análise sobre eventual continuidade do projeto de certificação do património Rede Herity).
	1.4 Estação Náutica Castelo de Bode	- Desenvolvimento do plano de ação da Estação Náutica de Castelo de Bode.
	1.5 Turismo Militar - Rota dos Templários no Médio Tejo	- Estruturação da Rota dos Templários e desenvolvimento da sua identidade gráfica; Desenvolvimento de conteúdos de realidade virtual e realidade aumentada; Aquisição de materiais de divulgação e realização de ações de promoção da Rota.
OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	2. Promoção do Empreendedorismo no Médio Tejo	
	2.1 Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo	- Dinamização da Rede Regional de Empreendedorismo;
	2.2 Implementação do Plano de Ação	- Empreendedorismo na Escola;
2.3 Régies Cooperativa de Empreendedores	- Concursos de Ideias de Negócio; - Promoção do Empreendedorismo na Região;	
OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	3. Educação de Excelência no Médio Tejo	
		<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade das iniciativas de monitorização, coordenação e planeamento intermunicipal, bem como atualização do diagnóstico educativo. - Continuidade dos trabalhos no âmbito da correção da acuidade visual e auditiva, acrescentando um programa de capacitação na área de Educação para a saúde; - Elaboração além dos 15 guiões já concluídos, no âmbito do BRED - Programa de visitas de Estudo no Médio Tejo, está prevista a elaboração e disponibilização de mais 30 guiões; - A parceria com as bibliotecas públicas permitirá a continuidade na aquisição de fundos documentais, espetáculos de teatro, encontros com escritores, Wikitejo e disponibilização de E-books; - A iniciativa - Museus na promoção da herança cultural local e regional - será iniciada; - Lançamento do concurso escolar - Escola CCC do Médio Tejo; - Continuidade da prática de Xadrez e dos Jogos Tradicionais e lançamento do programa Miúdos Digitais; - Lançamento do programa - Amigos do ZIKI, no âmbito das competências emocionais e de um Programa de Educação pela Arte; - Continuidade do Empreendedorismo na Escola. - Continuidade no apetrechamento das Unidades Orgânicas com infra-estruturas, equipamentos e recursos adequados à realização de práticas experimentais das ciências e nas parcerias com o IPT e CCV's; - Monitorização das práticas experimentais e disponibilização de recursos digitais online. - Planeamento e concertação da rede de cursos profissionais, bem como promoção, divulgação e valorização desta oferta no Médio Tejo. - Alargamento das funcionalidades da Plataforma de Educação do Médio Tejo - OIE; - Dinamização do CDIED e promoção de iniciativas potenciadoras da colaboração no seio da rede de escolas do Médio Tejo; - Implementação de um plano de Seminários temáticos - Jornadas PEDIME- em parceria com os CFAE

OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	4. Unidades Móveis de Saúde do Médio Tejo	
		- Após a aquisição de 13 viaturas ligeiras e elétricas para serem utilizadas como unidades móveis de intervenção precoce/ cuidados de saúde na Comunidade, pretende-se garantir o devido funcionamento das viaturas ao fim que foram afetadas, através da locação financeira de baterias elétricas. Este projeto encontra-se em articulação com a ARSLVT e a ULS Castelo de Branco.
	5. Médio Tejo Inclusivo	
	5.1 Maria - Estratégia Integrada de Intervenção na área da Violência Doméstica e de Género	- Dinamização de uma rede intermunicipal de resposta integrada à problemática da violência doméstica e de género, grupos de ajuda mútua e a realização de diversas ações de informação e sensibilização e atividades de prevenção primária junto da comunidade local.
	5.2 Vitasenior	- Colaboração no projeto liderado pelo IPT, designadamente no acompanhamento dos trabalhos e apoio na fase de realização de testes de aplicação da solução tecnológica
	6. Região de Hidrogénio - Piloto Europeu no Médio Tejo	
		- Promover a utilização do Hidrogénio no Médio Tejo de modo a facilitar a disseminação a nível regional e nacional da informação, de ações e de projetos sobre este combustível, de modo a impulsionar investidores, empresas e parceiros, nomeadamente do sistema científico e tecnológico sobre esta temática.
OB4: Consolidação de massa crítica urbana	7. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo	
	7.1 Transporte a Pedido	- Continuidade, manutenção e revisão (nos circuitos com baixa procura e/ou oferta desajustada com as reais necessidades da população) dos serviços de transporte a pedido em funcionamento no Médio Tejo, bem como análise sobre a oportunidade de eventuais alargamentos, designadamente na zona sul o concelho de Tomar e no concelho de Vila de Rei. - Análise de novas soluções de transporte para dar resposta às necessidades de deslocação por parte dos alunos do ensino profissional e necessidades específicas de transporte que não se encontram cobertas pela oferta de transporte coletivo regular. - Atualização da plataforma tecnológica de gestão do transporte a pedido, com desfecho de novas funcionalidades e aplicação móvel de gestão de operação) e aquisição de uma central telefónica.
	7.2 Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves	- Desenvolvimento de trabalho preparatório e análise de possibilidades para apresentação de candidatura a fundos comunitários com o objetivo de implementar um sistema integrado de partilha de bicicletas que ofereça condições adequadas para o incentivo à mobilidade ciclável na região.
	7.3 Autoridade de Transportes	- Gestão das autorizações provisórias emitidas aos operadores de transporte. - Lançamento e gestão do procedimento de contratualização das obrigações de serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros. - Fiscalização e monitorização da exploração do serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros.
OB5: Governação inteligente e multidimensional	8. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho no Médio Tejo	
	8.1 Saúde no Trabalho	- Assegurar as obrigações legais em matéria de saúde no trabalho, de forma a prevenir doenças profissionais e contribuir para o aumento da produtividade. - Coordenação CIMT/Municípios e Entidades aderentes no desenvolvimento da prestação de serviços de saúde no trabalho contratada, beneficiando da organização e implementação das atividades desta área de forma integrada e comum.
	8.2 Segurança e Higiene no Trabalho	- Assegurar as obrigações legais em matéria de segurança no trabalho, de forma a prevenir riscos profissionais e contribuir para o aumento da produtividade. - Coordenação CIMT/Municípios e Entidades aderentes no desenvolvimento da prestação de serviços de segurança no trabalho contratada, beneficiando da organização e implementação das atividades definidas nesta área de forma integrada e comum.
	8.3 Medidas de Autoproteção dos Edifícios Municipais da região do Médio Tejo	- Dotação de 283 edifícios municípios com medidas de autoproteção.
	9. Modernização Administrativa no Médio Tejo	
	9.1 Modernização Administrativa - CIMT	- Atualização das infraestruturas tecnológicas e implementação de projetos na área da modernização administrativa.
	9.2 Médio Tejo Online 2020	- Desenvolvimento de ações/ investimentos de modernização administrativa e complementares à implementação dos Serviços Online. Essas ações assentam na desmaterialização, reengenharia de processos e arquivo digital, reestruturação das infraestruturas tecnológicas. Esta atividade tem também como objetivo a prossecução de ações de investimento que visem o desenvolvimento da Região do Médio Tejo como uma Smart Region.
	9.3 Integração e Partilha de Serviços/ Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	- Projeto de serviços partilhados ao nível das compras públicas, com vista ao desenvolvimento e celebração de Acordos Quadro nos termos da legislação em vigor e realizar negociações informais para análise de mercado e alcance das melhorias economias de escala. Pretende-se que o exemplo da Central de Compras da CIMT seja extensível a outras áreas - serviços jurídicos, ordenamento do território e uniformização e racionalização de processos municipais, com vista à melhoria da prestação do serviço público aos cidadãos e às empresas - enquanto formas de integração e partilha de serviços.
	9.4 Economia Circular nas Compras Públicas Conjuntas	- Desenvolvimento do Plano de Economia Circular para as Compras Públicas Conjuntas. Pretende-se a adoção de critérios de economia circular nas compras públicas como uma das medidas definidas no Plano de Ação para a Energia Sustentável do Médio Tejo.

OBS: Governação inteligente e multidimensional	10. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial no Médio Tejo	
	10.1 Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa	- Continuação da execução dos trabalhos de elaboração do cadastro de redes de infraestruturas em baixa para os sistemas de abastecimento de águas e saneamento, de acordo com os termos de referência do Aviso de Concurso do POSEUR 12-2015-16. Complementaridade com a aquisição de software que permita a gestão e manutenção da rede levantada em sistemas de informação geográfica.
	10.2 Médio Tejo - Eficiência Hídrica/Entidades Gestoras Agregadas	- Desenvolvimento e acompanhamento de ações que permitam uma gestão hídrica integrada. - Acompanhamento da Constituição de empresa intermunicipal no âmbito da gestão dos sistemas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos.
	10.3 Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico	- Implementação de projetos na área do desenvolvimento do território. - Desenvolvimento de ações/investimentos consideradas na ITI - Investimento Territorial Integrado da CIMT e municípios no âmbito dos Serviços Online em matéria do Ordenamento e Gestão do Território. - Continuidade das ações no âmbito da promoção do planeamento das intervenções na via pública de forma concertada e preventiva entre as várias entidades. - Adequação/atualização das infraestruturas tecnológicas para a concretização das ações referidas neste subprojecto. - Continuidade das ações no âmbito da Segurança Rodoviária. Implementação de observatório intermunicipal no âmbito da segurança rodoviária. - Promoção de uma Economia Circular - redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia.
	10.3.1 Gestão Rede Viária Estruturante	- Continuidade da implementação de gestão intermunicipal partilhada das infraestruturas rodoviárias como mecanismo de otimização do custo e eficácia das intervenções, promovendo o desenvolvimento de sistemas de monitorização contínua do estado de conservação e apoio à gestão das intervenções de manutenção da rede viária estruturante que interligue os principais polos da Região do Médio da competência/gestão municipal.
	10.4 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas	- Desenvolvimento e operacionalização das ações inerentes ao Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal. - Desenvolvimento e operacionalização das ações inerentes à Brigada de Sapadores Florestais. - Continuidade das ações no âmbito do projeto piloto - "Desenvolvimento integrado de gestão territorial na vertente florestal - implementação de sistema de suporte à decisão no combate aos incêndios florestais". - Promover a articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjugadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios. - Desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para prevenção, gestão, monitorização e intervenção no âmbito dos riscos naturais, tecnológicos e mistos. - Promoção de adaptação das florestas às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos e a reabilitação de povoamentos em más condições vegetativas. - Acompanhamento e monitorização do sistema de Acompanhamento Remoto e Apoio à Decisão Operacional implementado.
10.5 Adaptação às Alterações Climáticas	- No âmbito de candidatura aprovada pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Uso do Recursos, será dada a continuidade da execução dos trabalhos no âmbito da elaboração de Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas - perfilando as estratégias municipais de 13 municípios nas dinâmicas de estratégias integradas de cariz intermunicipal. Bem como a continuidade da execução dos trabalhos no âmbito da elaboração do Plano Regional de Ação do sector de Energia Sustentável no âmbito das Adaptações às Alterações Climáticas. - Monitorização das medidas elencadas no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas. - No sequência de candidatura aprovada pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Uso do Recursos, no âmbito das alterações climáticas, serão desenvolvidas ações de divulgação e sensibilização para o público alvo estudantil (1º, 2º e 3º ciclo e secundário).	

11. GEFOR - Gestão da Formação no Médio Tejo	
11.1 Formação da Administração Local	- Ministração de ações de formação aos trabalhadores da Administração Local da Região do Médio Tejo para que os mesmos sejam dotados das devidas competências profissionais, com vista ao desenvolvimento profícuo das suas atividades. Esta atividade será desenvolvida no âmbito de uma candidatura ao PO Regional do Centro 2020.
11.2 Estágios Curriculares e Profissionais	- Através dos estágios curriculares e profissionais, a CIMT pretende contribuir para o aperfeiçoamento das competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho, bem como facilitar a jovens licenciados, técnicos e técnicos profissionais um primeiro contacto com a vida ativa, proporcionando uma experiência de trabalho que se refletirá no seu currículo para o ingresso na integração no mundo do trabalho.
11.3 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	- Com a dinamização de seminários, workshops e reuniões temáticas, a CIMT pretende contribuir para um melhor esclarecimento de diversas matérias que interfiram com a realidade da Administração Local, bem como motivar o encontro entre os vários trabalhadores das Autarquias Locais, para que possam debater, confrontar e procurar novos caminhos, parceiros e experiências na vertente da administração pública, para fazer face à complexidade e aos desafios no âmbito da eficácia.
11.4 Formação de Públicos Estratégicos	- No âmbito da candidatura aprovada pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, serão desenvolvidas ações de formação com o objetivo de qualificar os/as profissionais de diversas áreas de competências em domínios associados à promoção da igualdade de género, à prevenção e combate às discriminações em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género, à prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género.
12. Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial INTERPAL - Médio Tejo	
	- Cooperação e gestão conjunta para fomentar a competitividade e promoção do emprego. - Cooperação e gestão conjunta na área do ambiente, património e prevenção dos riscos naturais. - Cooperação e gestão conjunta para a integração socioeconómica e institucional.
13. Portugal 2020 - Apoio e Contratualização no Médio Tejo	
	- Cumprimento da delegação de competências na CIMT, enquanto organismo intermédio, pelas diversas Autoridades de Gestão do Programas Operacionais envolvidos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
14. Grupos de Trabalho com os Municípios do Médio Tejo	
	- Grupos de Trabalho sobre diversas temáticas com o objetivo de promover, agilizar e criar condições/instrumentos com vista ao estabelecimento de uma efetiva cooperação entre todos ao nível da partilha e com potenciação dos recursos humanos e financeiros.

4. Recursos Humanos

De acordo com o estabelecido na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – LTFP, o mapa de pessoal consiste num instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos das entidades públicas.

A elaboração do Mapa de Pessoal da CIMT, decorre da aplicação dos artigos 28º e 29º da LTFP, em matéria de planeamento e gestão de recursos humanos, o qual deve prever as atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, devendo estes elementos acompanhar a proposta de orçamento.

4.1 Mapa de Pessoal

O mapa de pessoal deve conter a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- ✓ Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- ✓ Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- ✓ Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; e
- ✓ Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

A estrutura do mapa de pessoal da CIMT contempla as diferentes modalidades de relação jurídica de emprego público existentes. Atenta à sua natureza, não inclui as prestações de serviços, por estas não consubstanciarem trabalho subordinado.

Os postos de trabalho integrados no presente mapa de pessoal encontram-se divididos em:

- ✓ P - Postos de Trabalho Providos – Correspondem aos trabalhadores em exercício efetivo de funções na CIMT;
- ✓ O - Postos de Trabalho Ocupados – Correspondem aos postos de origem dos trabalhadores que se encontram nas seguintes situações:
 - Em mobilidade interna noutra organismo; e
 - Em cargos de nomeação, através de despacho do Secretário Executivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 5º e do n.º 2 do artigo 9º da Lei 77/2015, de 29 de julho, n.º 3 do artigo 8º e artigo 16º do Regulamento Interno dos serviços da CIMT.
- ✓ AP - lugares a prover – Correspondem a postos de trabalho para os quais se prevê a abertura de procedimento concursal.

Tratando-se de um documento previsional, o Mapa de pessoal implica uma avaliação das possibilidades de recrutamento, programando-se a abertura dos procedimentos concursais necessários nas áreas mais deficitárias, onde as dificuldades se fazem sentir com maior intensidade, com opção sempre que possível e nos

termos das exigências legais, pelo preenchimento de postos de trabalho por reserva de recrutamento relativamente a procedimentos concursais que decorram.

Tendo em conta que o mapa de pessoal deve refletir de forma mais exata o conteúdo funcional dos postos de trabalho, o anexo ao mapa de pessoal da CIMT, descreve de forma genérica e não exaustiva, as atribuições, competências e atividades que os trabalhadores exercem no seu posto de trabalho, bem como as atividades inerentes aos postos de trabalho ocupados e a ocupar, todos previstos no mapa de pessoal para 2019.

Importa esclarecer que, o Mapa de Pessoal não se pode confundir com os recursos humanos em efetividade de funções, pois como já referido anteriormente, o Mapa de Pessoal constitui sim uma previsão de postos de trabalho e não corresponde necessariamente ao número de trabalhadores ao serviço.

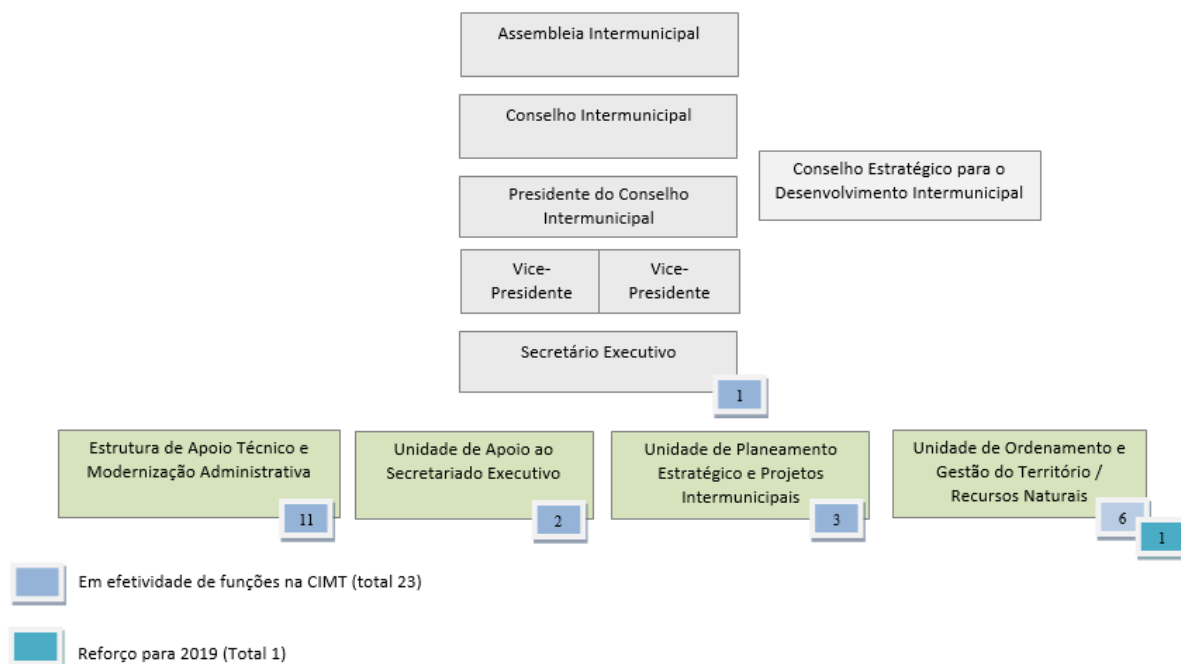
Desta forma e, de acordo com o acima referido, apresenta-se um quadro resumo que sistematiza os recursos humanos em efetividade de funções na CIMT:

Carreira	CTFP por Tempo Indeterminado	CTFP a Termo Certo ou Incerto	Nomeação	TOTAL
				2019
Dirigente			1	1
Técnico Superior	18 a)	1		19
Informática	1			1
Assistente Técnico	2			2
TOTAL	21	1	1	23

a) 3 Técnicos Superiores a exercer funções de chefe de equipa multidisciplinar.

Organograma da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Modelo de Estrutura Matricial



O mapa de pessoal que se propõe tem em conta a previsão do pessoal que se estima necessário para a prossecução das atribuições da CIMT, torna-se importante salientar o seguinte:

- ✓ O Mapa de Pessoal conta com mais 2 trabalhadores - 1 técnica superior e 1 assistente técnico, a exercer funções no IEF,IP e na Câmara Municipal de Mação, respectivamente.

A proposta de Mapa de Pessoal para 2019, reflete a ponderação das necessidades diagnosticadas nos diversos serviços, sendo imprescindível ao funcionamento das várias Equipas da CIMT.

No que diz respeito à inclusão/extinção de postos de trabalho, há a destacar o seguinte:

Extinção de Postos de Trabalho

- ✓ 1 lugar de Técnico Superior - Gestão de Empresas – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto (por conclusão do procedimento Concursal no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na CIMT)
- ✓ 1 lugar de Técnico Superior – Engenharia Civil – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto (por conclusão do procedimento Concursal no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na CIMT);
- ✓ 1 lugar de Técnico Superior – Área de Administração Pública – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto (por conclusão do procedimento Concursal no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na CIMT);
- ✓ 1 lugar de Técnico Superior – Relações Internacionais – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto (por conclusão do procedimento Concursal no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na CIMT);

- ✓ 1 lugar de Técnico Superior – Engenharia Geográfica – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto (por conclusão do procedimento Concursal no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na CIMT);
- ✓ 1 lugar de Técnico Superior – Ciências da Educação - Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto (por anulação do procedimento Concursal que estava a decorrer);
- ✓ 1 lugar de Especialista de Informática, Grau 1, Nível 2 – Engenharia Informática – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto (por conclusão do procedimento Concursal no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na CIMT);
- ✓ 1 lugar de Especialista de Informática, Grau 1, Nível 2 - Engenharia Informática – Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto (por resolução do contrato pelo trabalhador).

Novos Postos de Trabalho

- ✓ 1 lugar de Técnico Superior – Ciências Florestais - Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Incerto

No âmbito do aviso de abertura de concurso para a criação de equipas de sapadores florestais nº02/2018, com enquadramento no Fundo Florestal Permanente (FFP), gerido pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (INCF), a CIMT submeteu no passado dia 30/08/2018, candidatura para a constituição de 2ª brigada de sapadores florestais (agrupamento de 3 equipas de sapadores florestais), a qual aguarda aprovação.

Neste contexto, a brigada de sapadores flores deverá ser constituída por 1 técnico, bacharel ou licenciado, na área das ciências florestais e credenciado em fogo controlado e por 14 sapadores florestais, sendo cada equipa constituída por 5 elementos.

Assim, e decorrente da referida candidatura as entidades que após concurso lhes for atribuída uma brigada de sapadores florestais devem contratar os elementos indispensáveis à constituição da brigada no prazo máximo de prazo de 120 dias seguidos, conforme Despacho nº 6532-A/2018 de 3 de julho, do Exmo. Sr. Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, contados a partir da data da aceitação da decisão de criação da mesma, sob pena de revogação inequívoca da decisão. Neste sentido os sapadores florestais serão contratados por Associações da Região, conforme documento de cooperação entre as partes, sendo que, o líder de brigada será contratado pela CIMT.

No que respeita ao financiamento estes têm enquadramento no Fundo Florestal Permanente.

5. Enquadramento Financeiro

5.1 Quotização

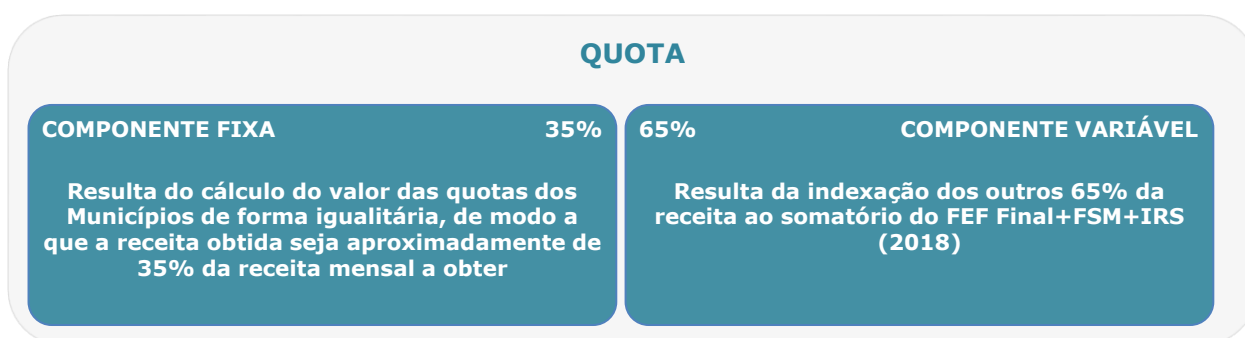
Considerando os constrangimentos financeiros pelas medidas constantes nos Orçamentos de Estado, pela Lei das Finanças Locais, pelos fundos disponíveis, entre outros, para os municípios, e cabendo à CIMT o papel de estrutura intermédia para a racionalização de recursos, garantindo o funcionamento de muitas das áreas de intervenção dos Municípios, **propõe-se a manutenção do valor global aprovado no orçamento de 2018 para a quotização dos municípios.**

Em 2009 a quota anual, fixou-se nos 607.227,60€, não sofrendo contudo qualquer alteração até ao ano de 2013.

Em 2014, com o alargamento da CIMT aos Municípios da Sertã e Vila de Rei, procedeu-se à extensão do método de cálculo a estes municípios. Com este alargamento e apesar de ser indispensável a manutenção das quotas aplicou-se uma redução de 3% fixando-se como quota anual o valor de 681.106,20€, valor que se manteve em 2015, 2016 e 2018.

Assim sendo, estabelece-se para a quota anual para 2019 o valor de **681.106,32€**. No entanto, apesar da manutenção, procedeu-se a ajustes tendo por base os montantes estabelecidos no Orçamento de Estado para o ano de 2018 para as transferências Fundo Equilíbrio Financeiro Final + Fundo Social Municipal + Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares para os respectivos Municípios.

Os métodos de cálculo, mantêm-se inalterados e são os seguintes:



Os valores de quotização a considerar para cada um dos Municípios são os seguintes:

Município	Mensal			Quota Anual
	Parte Equitativa [35%]	Parte Variável [65%]	Quota mensal	
Abrantes	1 528,12 €	5 191,58 €	6 719,70 €	80 636,40 €
Alcanena	1 528,12 €	2 190,78 €	3 718,91 €	44 626,92 €
Constância	1 528,12 €	1 472,41 €	3 000,53 €	36 006,36 €
Entroncamento	1 528,12 €	1 485,62 €	3 013,74 €	36 164,88 €
Ferreira do Zêzere	1 528,12 €	2 141,12 €	3 669,25 €	44 031,00 €
Mação	1 528,12 €	2 844,16 €	4 372,28 €	52 467,36 €
Ourém	1 528,12 €	5 152,25 €	6 680,38 €	80 164,56 €
Sardoal	1 528,12 €	1 590,07 €	3 118,19 €	37 418,28 €
Sertã	1 528,12 €	3 554,56 €	5 082,68 €	60 992,16 €
Tomar	1 528,12 €	4 234,21 €	5 762,34 €	69 148,08 €
Torres Novas	1 528,12 €	3 899,77 €	5 427,89 €	65 134,68 €
Vila de Rei	1 528,12 €	1 705,83 €	3 233,96 €	38 807,52 €
Vila Nova da Barquinha	1 528,12 €	1 430,88 €	2 959,01 €	35 508,12 €
Total	19 865,60 €	36 893,25 €	56 758,85 €	681 106,32 €

5.2 Projetos – Critérios de Imputação

Para a imputação da componente financeira dos projetos intermunicipais a suportar pelos Municípios, será utilizado, **sempre que possível, o critério de imputação real**, de acordo com os bens e serviços efetivamente prestados.

Nos casos em que não seja possível aplicar o critério de imputação real / não seja quantificável os bens e serviços correspondentes a cada um dos Municípios envolvidos, será **supletivamente aplicado o critério de imputação que se aplica ao cálculo da quota anual**.

de acordo com o valor das transferências do Orçamento de Estado.

Em casos concretos, poderá ser deliberada a opção por outro critério de imputação, que se considere mais adequado em função da aquisição/projeto em questão, tal como o critério do valor das transferências do Orçamento de Estado, o critério de imputação equitativo, o critério de imputação proporcional à área de cada concelho e o critério de imputação proporcional à população residente em cada concelho.

Município	Critério de Imputação			
	Transferências OE	Área	População	Equitativo
Abrantes	14,07%	21,37%	15,90%	7,69%
Alcanena	5,94%	3,81%	5,61%	7,69%
Constância	3,99%	2,40%	1,64%	7,69%
Entroncamento	4,03%	0,41%	8,17%	7,69%
F. do Zêzere	5,80%	5,69%	3,48%	7,69%
Mação	7,71%	11,96%	2,97%	7,69%
Ourém	13,97%	12,46%	18,57%	7,69%
Sardoal	4,31%	2,76%	1,59%	7,69%
Sertã	9,63%	13,36%	6,42%	7,69%
Tomar	11,48%	10,50%	16,45%	7,69%
Torres Novas	10,57%	8,07%	14,85%	7,69%
Vila de Rei	4,62%	5,73%	1,40%	7,69%
V N Barquinha	3,88%	1,48%	2,96%	7,69%
Total	100%	100%	100%	100%

5.3 Projetos – Participação Financeira Solicitada aos Municípios

Município	Quota Anual		Quota Trimestral [Portugal 2020]		Afirmação Territorial do Médio Tejo		Educação de Excelência no Médio Tejo		Medidas de AutoProteção
	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente	Capital	Corrente
Abrantes	80 636,40 €		4 871,12 €		24 963,26 €	4 903,63 €	35 008,18 €	354,29 €	22 662,76 €
Alcanena	44 626,92 €		2 695,84 €		12 459,25 €	446,49 €	19 374,69 €	196,08 €	15 273,53 €
Constância	36 006,36 €		2 175,08 €		7 946,01 €	446,49 €	15 632,14 €	158,20 €	3 062,70 €
Entroncamento	36 164,88 €		2 184,68 €		4 839,29 €	446,49 €	15 700,94 €	158,90 €	0,00 €
Ferreira do Zêzere	44 031,00 €		2 659,84 €		8 891,77 €	446,49 €	19 115,98 €	193,46 €	0,00 €
Mação	52 467,36 €		3 169,48 €		49 253,10 €	4 903,63 €	22 778,63 €	230,53 €	10 024,50 €
Ourém	80 164,56 €		4 842,64 €		19 969,12 €	4 903,63 €	34 803,33 €	352,22 €	3 084,23 €
Sardoal	37 418,28 €		2 260,40 €		4 987,01 €	446,49 €	16 245,12 €	164,41 €	4 840,05 €
Sertã	60 992,16 €		3 684,44 €		19 522,61 €	4 903,63 €	26 479,66 €	267,98 €	12 266,18 €
Tomar	69 148,08 €		4 177,12 €		51 219,08 €	4 903,63 €	30 020,53 €	303,82 €	23 403,80 €
Torres Novas	65 134,68 €		3 934,68 €		18 197,72 €	4 903,63 €	28 278,15 €	286,18 €	12 361,50 €
Vila de Rei	38 807,52 €		2 344,32 €		13 586,52 €	446,49 €	16 848,22 €	170,51 €	10 341,23 €
Vila Nova da Barquinha	35 508,12 €		2 145,00 €		41 943,92 €	4 903,63 €	15 415,79 €	156,01 €	8 367,08 €
Total	681 106,32 €		41 144,64 €		277 778,65 €	37 004,37 €	295 701,35 €	2 992,59 €	125 687,56 €
					314 783,02 €		298 693,94 €		

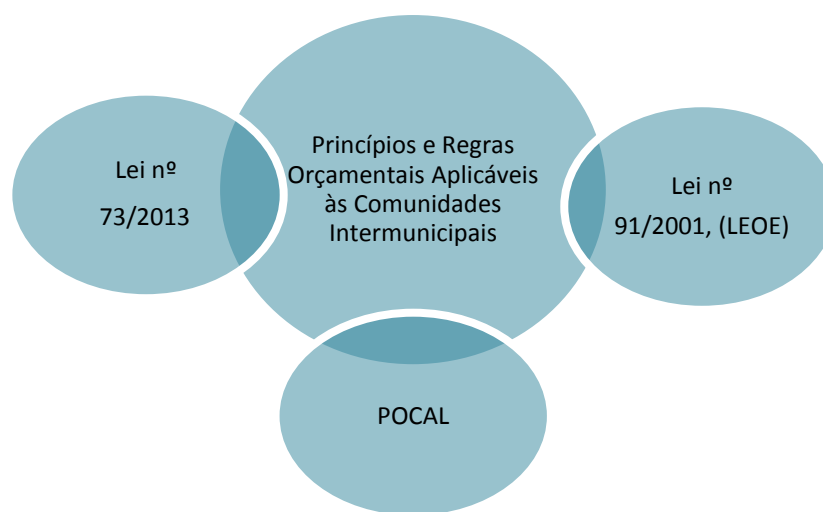
Município	Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo		Modernização Administrativa no Médio Tejo	Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial		GEFOR - Gestão da Formação	Total
	Corrente	Capital	Capital	Corrente	Capital	Corrente	
Abrantes	13 883,90 €	3 215,36 €	10 118,51 €	13 916,52 €	14 302,16 €	750,00 €	229 586,10 €
Alcanena	7 103,06 €	1 780,15 €	5 249,81 €	7 700,79 €	27 805,15 €	750,00 €	145 461,75 €
Constância	5 783,00 €	1 436,68 €	4 084,27 €	6 210,26 €	16 657,52 €	750,00 €	100 348,70 €
Entroncamento	0,00 €	0,00 €	4 105,70 €	6 237,66 €	26 348,15 €	750,00 €	96 936,68 €
Ferreira do Zêzere	9 149,59 €	1 771,20 €	5 169,24 €	7 661,94 €	30 385,52 €	750,00 €	130 226,02 €
Mação	11 692,40 €	2 092,83 €	6 309,89 €	9 037,17 €	31 457,47 €	750,00 €	204 166,99 €
Ourém	12 233,52 €	3 196,13 €	10 054,71 €	13 845,49 €	29 986,20 €	750,00 €	218 185,78 €
Sardoal	7 770,42 €	1 492,93 €	4 275,17 €	6 454,39 €	18 459,45 €	750,00 €	105 564,11 €
Sertã	9 831,74 €	2 432,22 €	7 462,49 €	10 530,45 €	21 301,90 €	750,00 €	180 425,46 €
Tomar	14 255,79 €	2 757,19 €	8 565,22 €	11 804,24 €	12 122,97 €	750,00 €	233 431,46 €
Torres Novas	10 014,27 €	2 597,28 €	8 022,59 €	10 979,35 €	11 274,68 €	750,00 €	176 734,70 €
Vila de Rei	9 588,75 €	1 548,59 €	4 462,99 €	6 692,24 €	16 332,44 €	750,00 €	121 919,80 €
Vila Nova da Barquinha	6 921,67 €	1 417,09 €	4 016,89 €	6 121,95 €	24 902,37 €	750,00 €	152 569,53 €
Total	118 228,07 €	25 737,63 €	81 897,47 €	117 192,45 €	281 335,99 €	9 750,00 €	2 095 557,09 €
		143 965,70 €		398 528,44 €			

5.4 Política Orçamental

A proposta das Opções do Plano e Orçamento para 2019, é elaborada tendo por base a vigência da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Este novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, veio introduzir novas regras de elaboração dos documentos previsionais das entidades intermunicipais, das quais se destacam:

- ✓ Novo calendário para apresentação da proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte (artº 45º);
- ✓ Orçamentos anuais enquadrados num quadro plurianual de programação orçamental (artº 41º e 44º);
- ✓ Troca de informação relevante entre a administração central e a administração local, relevante para a elaboração do OE (artº 12º);
- ✓ O órgão executivo apresenta proposta de orçamento ao órgão deliberativo até 31 de outubro (artº 45º), salvo em anos em que ocorram Eleições Autárquicas;
- ✓ Nova regra de equilíbrio orçamental, designadamente, no que diz respeito ao saldo corrente.

Nestes termos, os princípios e regras orçamentais aplicáveis às autarquias locais encontram-se regulados em três diplomas legais, para além das disposições que anualmente são consagradas na Lei de Orçamento de Estado, ao abrigo do princípio da solidariedade nacional recíproca:



Um dos princípios alterados pelo novo regime jurídico financeiro das autarquias locais e com grande impacto na elaboração dos documentos previsionais, é o princípio da anualidade e da plurianualidade, consagrado no artº 44º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Os orçamentos anuais passam a ser acompanhados de uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, em articulação com as Grandes Opções do Plano, o qual define numa base móvel que abranja os 4 exercícios seguintes, o limite das despesas da Comunidade Intermunicipal e as projeções da receita.

Nos termos do disposto no nº 3 do referido artº 44º, os limites referidos são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico e indicativos para os restantes. No entanto, considera-se que esses limites não

poderão ter quaisquer consequências vinculativas para 2020 e seguintes, dado o quadro de ausência de regras e critérios a seguir para a estimativa plurianual da receita e despesa.

À semelhança das do ano de 2018, as Opções do Plano e do Orçamento para 2019, marcam uma viragem na tendência de estagnação do volume investimento intermunicipal que se verificou nos últimos anos, resultante do fim do QREN 2007-2013 e do impasse no arranque do Portugal 2020.

Na execução, para além do cumprimento dos princípios inerentes à realização da despesa nos termos da lei em vigor, a utilização das dotações orçamentais terá de ser, de uma forma imperativa, enquadrada numa lógica de "Fundos Disponíveis", bem como a proposta de aprovação dos projetos/candidaturas efetuados pelos técnicos da CIMT, pelo que o evoluir da arrecadação da receita marcará inequivocamente a execução da despesa.

O processo de planeamento decorreu, à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, de forma participada, por todas as equipas multidisciplinares, sob coordenação da Unidade Orgânica Gestão Administrativa e Financeira e orientação do Secretário Executivo.

5.5 Análise Financeira

O Orçamento da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para 2019 ascende a 6.749.228€, verificando-se um aumento de cerca de 901.541€, face a 2018 (13%).

Em 2019, continua a expectativa de execução plena em virtude das aberturas de concursos e consequentemente celebração de contratos de financiamento, permitindo olhar para 2019 e inscrever no Orçamento projetos intermunicipais com expressão financeira relevante.

Como se poderá verificar da análise à estrutura orçamental refletida no quadro seguinte, encontra-se assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido nos nºs 1 e 2 do artº 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, segundo o qual o orçamento prevê as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

Receita	6 749 228,00 €	100%	Despesa	6 749 228,00 €	100%
Corrente	4 855 709,00 €	72%	Corrente	4 844 869,00 €	72%
Capital	1 893 519,00 €	28%	Capital	1 904 359,00 €	28%

As receitas correntes serão previsivelmente superiores às despesas correntes, permitindo cobrir o *deficit* de capital, de 10.840€.

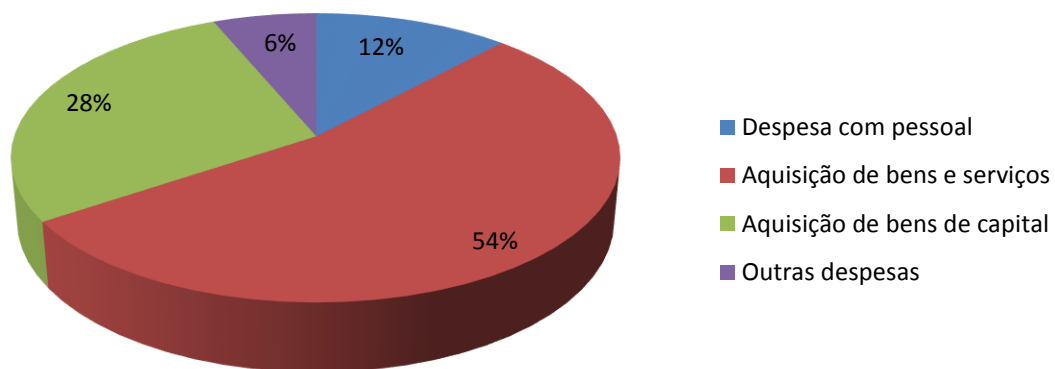
À semelhança dos anos anteriores, as receitas são maioritariamente provenientes de candidaturas a projectos cofinanciados 3.590.947€ (53%).

Igualmente importante são as receitas provenientes dos Municípios, que neste orçamento se preveem que ascendam a 2.223.277€ (33%). Neste valor incluem-se a quota mensal e a quota trimestral [Portugal 2020] que representa cerca de 722.251€ (11%).

Por último, as receitas provenientes do Orçamento de Estado, que ascendem a 502.453€ (4%).

Relativamente à Despesa, apresenta a composição descrita no gráfico abaixo.

Composição da Despesa



Constatamos que, essencialmente, a despesa é composta pela aquisição de bens e serviços (3.624.143€) e por aquisição de bens de capital (1.893.219€).

No que respeita à aquisição de bens e serviços correntes, para além das despesas para execução das atividades desenvolvidas pela CIMT, destaca-se também, com peso relevante, os projetos tais como *Afirmação Territorial do Médio Tejo*, a *Educação Excelência* e o *Gestão Integrada de Protecção Civil e Florestas*.

No que respeita à aquisição de bens de capital, destacamos, com peso relevante, os projetos tais como *Médio Tejo – Cadastro de Infraestruturas em Baixa*, *Gestão Integrada de Protecção Civil e Florestas* e *Modernização Administrativa no Médio Tejo*.

Também as Despesas com Pessoal têm alguma relevância (805.350€) tendo os seus valores sido apurados de acordo com o estabelecido no POCAL, de acordo com o Mapa de Pessoal em vigor e tendo em conta as incertezas governativas em virtude de ainda não se conhecer totalmente as alterações à proposta apresentada de Orçamento de Estado para 2019.

Ao nível das Grandes Opções do Plano e tendo em conta os objetivos estratégicos definidos, as despesas distribuem-se da seguinte forma:



Objectivos estrat\u00e9gicos	Valor	%
Valoriza\u00e7\u00e3o dos recursos end\u00f3genos e do potencial tur\u00edstico	1 247 147 \u20ac	22%
Incorporaca\u00e3o de valor na atividade empresarial	87 420 \u20ac	2%
Promo\u00e7\u00e3o da coes\u00e3o e da qualidade de vida	1 313 371 \u20ac	23%
Consolida\u00e7\u00e3o da massa cr\u00edtica urbana	329 195 \u20ac	6%
Governan\u00e7a inteligente e multidimensional	2 630 329 \u20ac	47%



Aprovado em reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada em
__/__/____

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Aprovado em reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada em
__/__/____

A Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

6. Anexos

6.1 Mapa de Pessoal

ESTRUTURA DO MAPA DE PESSOAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MEDIO TEJO PARA O ANO DE 2019

(nos termos do art.º 29º do Anexo da Lei n.º35/2014, de 20 de junho)

Equipa Multidisciplinar	Atribuições/ Competências/ Atividades	Cargo/ Carreira/ Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Atribuições/Competências/atividades Anexo I	Postos de Trabalho				Obs.
					P	O	AP	T	
....	Gestão Corrente	Secretário Executivo	Direito	1	0	0	1	Nomeação
Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa	As constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicada Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 - Despacho n.º 927/2016 Assegurar o apoio técnico ao exercício das competências de controlo e gestão delegadas pelas Autoridades de Gestão no contexto da contratação de fundos comunitários; Efetuar o acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas; Assegurar todas as funções no âmbito da Gestão Administrativa, Financelra e dos Recursos Humanos; Organizar os processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços; Assegurar o apoio informático, nomeadamente conceber e coordenar projetos de modernização administrativa; promover a formação e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores da CIMT e dos Municípios Associados.	Chefe de Equipa Multidisciplinar no âmbito da Gestão da Contratualização	Gestão de Empresas	-	1	0	0	1	(b)
			Gestão de Empresas	Atividade 1	0	1	0	1	TI_e)
			Engenharia Civil	Atividade 2	1	0	0	1	TI
			Gestão de Empresas	Atividade 3	1	0	0	1	TI
			Engenharia Civil	Atividade 4	1	0	0	1	TI
			Gestão e Administração Pública (a)	Atividade 5	1	0	0	1	TI
			Economia (a)	Competência 1	1	0	0	1	TI
			Gestão e Administração Pública	Atividade 6	1	0	0	1	TI
			Gestão Recursos Humanos (a)	Atividade 7	1	0	0	1	TI
Unidade de Apoio ao Secretariado Executivo Intermunicipal	Prestar assessoria e apoio técnico ao Secretariado Executivo Intermunicipal, ao Conselho Intermunicipal, Assembleia Intermunicipal e Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, para a prossecução das suas atribuições; Coordenar a implementação de iniciativas de comunicação e promoção institucional da CIMT.	Técnico Superior	Engenharia Civil	Competência 1	1	0	0	1	TI
			Ciências da Comunicação - Especialização em Publicidade	Atividade 1	1	0	0	1	TI
			Assistente Técnico	Curso Profissional de Contabilidade e Técnicas Administrativas	Competência 2	1	0	0	1
Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais	As constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicada Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 - Despacho n.º 927/2016 Apoiar a elaboração, implementação e desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoiar o exercício das atribuições e competências da CIMT nos domínios da educação, desenvolvimento económico e social, desenvolvimento turístico, cultural e desportivo, promoção do empreendedorismo, regeneração urbana e gestão da mobilidade e dos transportes.	Técnico Superior	Engenharia do Território	-	1	0	0	1	(b)
			Gestão de Recursos Humanos	Competência 1	0	1	0	1	TI_M c)
			Engenharia do Território	Atividade 1	0	1	0	1	TI_e)
			Relações Internacionais - especialização em Turismo	Atividade 2	1	0	0	1	TI
Unidade de Ordenamento e Gestão do Território / Recursos Naturais	As constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicada Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 - Despacho n.º 927/2016 Elaborar, desenvolver, acompanhar, difundir e apoiar atividades inerentes ao ambiente, ordenamento do território, urbanismo, conservação da natureza, equilibradas e centradas na sustentabilidade ambiental, económica e na coesão social; Promover e elaborar a execução de informação geográfica de base nos domínios da cartografia e cadastro predial; Desenvolver e gerir de forma integrada política sustentável do domínio hídrico através do levantamento, dinamização, acompanhamento na implementação de medidas de monitorização do cadastro das redes de infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais em sistemas de baixa.	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Engenharia do Território	-	1	0	0	1	(b)
			Engenharia Biofísica	Atividade 1	0	1	0	1	TI_e)
			Gestão do Território	Atividade 2	1	0	0	1	TI
				Atividade 3	1	0	0	1	TI
			Engenharia Geográfica	Atividade 4	1	0	0	1	TI
			Área das Ciências Florestais	Atividade 5	1	0	0	1	T Ic
		Assistente Técnico	Área das Ciências Florestais	Atividade 6	0	0	1	1	T Ic
			Desenhador	Competência 1	0	1	0	1	TI_M d)
Técnico de Sistemas de Informação Geográfica	Atividade 7	1	0	0	1	TI			
TOTAL					23	5	1	29	

Notas:

(a) desempenham também as funções de tesouraria

TI - Contrato de trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado - inclui os trabalhadores que transitaram da anterior nomeação;

T Ic - Contrato de trabalho em funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto

(b) Cargos dirigentes ou equiparados, através de despacho do Secretário Executivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 5º e do n.º 2 do artigo 9º da Lei 77/2015, de 29 de julho, n.º 3 do artigo 8º e artigo 16º do Regulamento Interno dos serviços da CIMT.

P- Providos e em exercício efetivo de funções na CIMT

O - Ocupados e não providos. Correspondem aos postos de origem dos trabalhadores que se encontram nas seguintes situações: Em mobilidade interna noutro organismo; Em cargos de nomeação, através de despacho do Secretário Executivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 5º e do n.º 2 do artigo 9º da Lei 77/2015, de 29 de julho, n.º 3 do artigo 8º e artigo 16º do Regulamento Interno dos serviços da CIMT.

AP- Lugares a prover

T- Total

TI_M c) - Mobilidade no IIEFP, I.P.

TI_M d) - Mobilidade na Câmara Municipal de Mação

TI_e) - Postos de trabalho ocupados por trabalhadores a exercer cargos dirigentes, atendendo a que são lugares de origem

6.2 Anexo ao Mapa de Pessoal

ANEXO AO MAPA DE PESSOAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO
ANO DE 2019
Atribuições/Competências/Atividades

De acordo com o estatuído nos artigos 28 e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em cada exercício orçamental, o empregador público, deve planear as atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, devendo incluir eventuais alterações a introduzir, bem como o respetivo mapa de pessoal, devendo estes elementos acompanhar a proposta de orçamento.

Assim, deve constar do mapa de pessoal, a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; e
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Os Postos de Trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo laboral pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades especialidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica em que estão inseridos.

As funções a desempenhar pelos trabalhadores, são assim determinadas por um conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho inseridos em unidades diferenciadas, com características semelhantes quanto a aptidões, exigências e responsabilidades inerentes à concretização das referidas tarefas, ainda que variem os meios e algumas condições gerais, ambientais ou de organização.

A atividade que cada trabalhador exerce, não prejudica o exercício de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o mesmo detenha qualificação profissional adequada, mesmo que não descritas no conteúdo funcional das carreiras gerais (técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional), que resulta do Anexo à Lei n.º 35/2014 – LTFP.

Perante o exposto e considerando que o mapa de pessoal deve refletir de forma mais exata o conteúdo funcional dos postos de trabalho, descrevem-se de forma genérica e não exaustiva, as atribuições, competências e atividades dos postos de trabalho constantes do mapa de pessoal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa

Competências no âmbito da Gestão da Contratualização

Dirigente ou equiparado:

Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

ATIVIDADE 1 - Gestão de projetos financiados por fundos comunitários; Análise financeira de projetos; Apresentação de candidaturas; Controlo interno de candidaturas; elaboração de pedidos de pagamento; Controlo das despesas efetuadas e quitadas; Enquadramento de despesas; Preparação de orçamentos; Análise e acompanhamento de processos de aquisição; Relatórios de execução de projetos.

ATIVIDADE 2 - Análise, acompanhamento e controlo físico de investimentos públicos / privados, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito de Fundos e Programas de Apoio da União Europeia e/ou nacionais, incluindo verificações à priori com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários e/ou nacionais; Análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos privados, municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, e/ou nacionais; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; Preparação e acompanhamento de projetos intermunicipais para a rentabilização de ações no âmbito da segurança, e higiene, transportes coletivos, energia, entre outros.

ATIVIDADE 3 - Organização, análise, tratamento e avaliação de candidaturas, nomeadamente de carácter municipal, intermunicipal e privado, no âmbito dos fundos comunitários, incluindo verificações administrativas com vista à apreciação do enquadramento processual e financeiro, nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; Organização, análise e elaboração de pareceres técnicos relativos à propostas de aprovação e execução de candidaturas; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; Acompanhamento das atividades relacionadas com o exercício das atribuições da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nomeadamente no que se refere à temática do Empreendedorismo e a ligação às empresas e acompanhamento técnico, administrativo e financeiro dos respetivos projetos a desenvolver ou em desenvolvimento. Acompanhamento dos respetivos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes; Acompanhamento das atividades relacionadas com a implementação do Plano de Ação para a Dinamização do Ecosistema de Empreendedor do Médio Tejo; Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de fundos comunitários; Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão documental e processual da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; Análise e acompanhamento de investimentos municipais e/ou intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, bem como por programas nacionais; Análise e acompanhamento de investimentos privados financiados por fundos e programas comunitários, bem como, por programas nacionais; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiros e processuais.

ATIVIDADE 4 - Análise, acompanhamento e controlo físico de obras públicas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito de Fundos e Programas de Apoio da União Europeia e/ou nacionais, incluindo verificações administrativas que englobam, igualmente, verificações ao local, com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários e/ou nacionais; Análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários e/ou nacionais; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas municipais e intermunicipais, nos aspetos físicos e processuais; Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual,

física e de controlo de fundos comunitários e/ou nacionais; Preparação e acompanhamento de projetos intermunicipais para a rentabilização de ações no âmbito da segurança e higiene, manutenção de equipamentos, energia, entre outros.

ATIVIDADE 5 - Elaboração de candidaturas a Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Acompanhamento técnico e financeiro das candidaturas aprovadas, no âmbito de Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio a nível nacional; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiro e/ou processual (direito comunitário, fiscal, do trabalho, da contratação pública, entre outros); Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de candidaturas aprovadas e em execução; Gestão financeira e administrativa de projetos intermunicipais desenvolvidos no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou programas/linhas de apoio a nível nacional, incluindo, submissão de pedidos de pagamento, controlo contabilístico das contrapartidas comunitárias e/ou nacionais, acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes nos projetos e desenvolvimento de processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; Apresentação de propostas de projetos intermunicipais a Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Apoio na elaboração e submissão de candidaturas intermunicipais a apresentar no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Apoio no desenvolvimento de serviços partilhados de compras públicas na região do Médio Tejo (Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CC-CIMT), nomeadamente, condução de processos negociais, apoio às Entidades Aderentes na adesão aos serviços da CC-CIMT e cobrança de remunerações; Apoio ao serviço de Gestão Financeira/contabilidade da CIMT.

Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa

Competências no âmbito da Gestão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

COMPETÊNCIA 1 - Organização, controlo, atualização e processamento dos seguros relativos a todo o imobilizado e recheio, bem como responsabilização por outros seguros que não estejam especificamente cometidos a outras unidades orgânicas; Elaboração e submissão a aprovação, da norma de controlo interno, bem como eventuais alterações da mesma; Elaboração de propostas de posturas e regulamentos e respetivas alterações; Proceder às aquisições necessárias, respeitando o disposto na legislação em vigor; Organização de processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços; Recolha, tratamento e difusão de legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação necessária aos serviços da CIMT; Assegurar a publicação no Diário do República de todos os diplomas, despachos, avisos e outros, que nele devam ser publicados.

ATIVIDADE 6 - Funções inerentes ao serviço de contabilidade de acordo com o POCAL, nomeadamente, no que respeita à proposta de elaboração da Conta de Gerência; Opções do Plano e Orçamento; Relatório de Atividades e PPI; assim como, execução do controlo orçamental por rubrica; Garantir o pagamento a fornecedores; Registo da receita e da despesa; Manutenção e atualização do Plano Económico, Patrimonial, Orçamental e Funcional; Análise e controlo das demonstrações financeiras (balanço, balancete); Inventariação do património - manter o seu registo atualizado e registo das amortizações; Apresentação de sugestões para melhoria dos serviços de gestão financeira.

ATIVIDADE 7 - Elaboração e proposta de instrumentos de gestão provisional de recursos humanos, mais concretamente na definição do mapa de pessoal, com análise integrada dos perfis de competências dos Postos de Trabalho; Implementar o modelo de Gestão Estratégica de Recursos Humanos na CIMT, de acordo com a Norma de Qualidade NP 4427 (sistema de Gestão da Qualidade de Gestão de Recursos Humanos); Definição da Política de Gestão da Assiduidade e de Circuito de Processamento, de forma a obter eficiência, de acordo com os quadros normativos em vigor; estudar e propor medidas de racionalização e otimização de recursos humanos, com vista a contribuir para a redução de custos; identificar as necessidades em matéria de recursos humanos e propor a aplicação dos instrumentos adequados à seleção e recrutamento de trabalhadores, nomeadamente, promover e conduzir a tramitação de procedimentos concursais, nos termos da Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro, e diligenciar pelo recurso aos instrumentos de mobilidade interna e cedência de interesse público, previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações previstas na Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro revogada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Implementação e acompanhamento, enquanto instrumento gestor, o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIADAP) dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores, de acordo com as regras estabelecidas na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na redação atual da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro; Implementação do Balanced Scorecard como metodologia estratégica de suporte à consecução da gestão por objetivos e do SIADAP na CIMT, nomeadamente com a Elaboração do Mapa Estratégico e a sua articulação e desdobramento para os QUAR's dos Serviços da CIMT; Elaboração e proposta de uma estratégia de harmonização para a implementação do SIADAP, nomeadamente nas matérias relativas a objetivos, desdobramento e alinhamento estratégico e competências; Propor e impulsionar as medidas adequadas à promoção dos trabalhadores em matéria de gestão de carreiras, de acordo com o mérito e resultados alcançados no âmbito do sistema de avaliação de desempenho; Informar e formular as cláusulas contratuais relativas a contratos de trabalho, de acordo com o regime do contrato de trabalho em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012 de 31 de dezembro; analisar e elaborar propostas de decisão sobre questões formuladas pelos trabalhadores, em matérias como a acumulação de funções, atribuição de horários de trabalho especial, prestação de trabalho extraordinário, direito a férias, segurança social e outras; Desenvolvimento de programas e ações com vista à desburocratização, simplificação e racionalização do funcionamento da CIMT, com implementação de boas práticas gestionárias.

Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa

Competências no âmbito da Formação

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

ATIVIDADE 8 - Elaboração de candidaturas de formação profissional, de âmbito intermunicipal, a financiamento externo, designadamente fundos comunitários; Recolha, preparação e tratamento de dados relativos à execução de candidaturas financiadas, designadamente por fundos comunitários, assegurando o acompanhamento e desenvolvimento das respetivas ações de formação, em conformidade com os requisitos subjacentes às regras de financiamento; Recolha, preparação e análise de dados referentes às necessidades formativas dos Municípios associados, seu enquadramento e elaboração das respetivas propostas formativas; Alinhamento das políticas de Gestão de Recursos Humanos/Gestão das pessoas com a estratégia da Comunidade Intermunicipal; Preparação, execução e avaliação dos meios, programas e medidas referentes aos

processos de admissão, de alteração de posicionamento remuneratório, de formação e avaliação de desempenho dos trabalhadores, do respetivo cadastro e remunerações, designadamente: Desenvolvimento e acompanhamento técnico-processual dos procedimentos de recrutamento e seleção de pessoal, nas suas diversas modalidades e em todas as suas fases; Organização e operacionalização de toda a tramitação do processo de avaliação de desempenho no âmbito do SIADAP; Elaboração de propostas de formação, de atualização de conhecimentos e valorização dos percursos profissionais dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal; desenvolvimento do planeamento e promoção da formação, sua evolução e avaliação, designadamente, assegurando o contacto institucional com os/as formadores/as para agendamento de ações de formação, promovendo a divulgação das ações de formação, seminários, workshop's ou outras iniciativas na área formativa aos municípios associados da CIMT; Assegurar o acompanhamento técnico-administrativo da formação organizada pela Comunidade Intermunicipal, designadamente, assegurando o número mínimo de inscrições, os procedimentos de contratação de formadores/as, a disponibilização dos recursos pedagógicos necessários, assegurando a abertura e encerramento das ações, elaboração do dossier técnico-pedagógico e a emissão de certificados; Organizar e manter atualizados os processos individuais, o cadastro, os registos biográficos dos trabalhadores da Comunidade Intermunicipal, bem como o registo e controlo de assiduidade, respetivas faltas, férias e licenças; Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, deliberação, despacho ou determinação superior.

Assistente Técnico - Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

COMPETÊNCIA 2 - Prestar apoio administrativo geral à CIMT; Colaborar na submissão de pedidos de pagamento de projetos cofinanciados por programas nacionais e/ou comunitários; Assegurar a receção e registo, de entradas e saídas de correspondência, respetivo encaminhamento e arquivo, em conformidade com a política estabelecida para o funcionamento do sistema de gestão documental da CIMT; Assegurar o atendimento e encaminhamento de chamadas telefónicas; Assegurar trabalhos de processamento de texto de natureza diversa; Assegurar as tarefas relativas ao aprovisionamento; Prestar apoio na organização de reuniões e outros eventos organizados pela CIMT; Gerir a frota automóvel; Exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, pelo Regulamento de Organização dos Serviços, despachos ou determinação superior.

Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa

Competências no âmbito da Modernização Administrativa

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

Especialista de Informática

ATIVIDADE 9 - Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Conceção e desenvolvimento da arquitetura e acompanhamento da implementação dos sistemas e tecnologias de informação, assegurando a sua gestão e continuada adequação aos objetivos da organização; Definição dos padrões de qualidade e avaliação dos impactes, organizacional e tecnológico, dos sistemas de informação, garantindo a normalização e fiabilidade da informação, assim como normalização dos modelos de dados e estruturação dos conteúdos e fluxos informacionais da organização e definição das normas de acesso e níveis de confidencialidade da informação; Definição e desenvolvimento das medidas necessárias à segurança e integridade da informação e especificação das normas de salvaguarda e de recuperação da informação; Realização de estudos de suporte às decisões de implementação de processos e sistemas informáticos e à especificação e contratação de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e de empresas de prestação de serviços de informática tendo em conta a realidade da CIMT e autarquias; planeamento e desenvolvimento de projetos de infra-estruturas tecnológicas, englobando, designadamente, sistemas servidores de dados, de aplicações e de recursos, redes e controladores de comunicações e dispositivos de segurança das instalações, assegurando a respetiva gestão e manutenção para o IDC restantes necessidades intermunicipais; configuração e instalação de peças do suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de base de dados, e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; configuração, gestão e administração dos recursos dos sistemas físicos e aplicativos instalados, de forma a otimizar a utilização e partilha das capacidades existentes e a resolver os incidentes de exploração, e elaboração das normas e documentação técnica a que deva obedecer a respetiva operação; Assegurar a aplicação dos mecanismos de segurança, confidencialidade e integridade da informação armazenada e processada e transportada nos sistemas de processamento e redes de comunicação utilizados quer na CIMT quer nos projetos intermunicipais; Realização de estudos técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e de peças do suporte lógico de base tendo em conta a legislação de contratação pública em vigor (CCP); elaboração de rotinas e programas utilitários e definição de procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização dos sistemas aplicativos instalados assim como a prestação de apoio aos utilizadores na operação dos equipamentos informáticos e definição dos procedimentos de uso geral necessários a uma fácil e correta utilização de todos os sistemas instalados; desenvolvimento e gestão de projetos intermunicipais no âmbito de candidaturas de modernização administrativa.

Unidade de Apoio ao Secretariado Executivo Intermunicipal

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

COMPETÊNCIA 1 - Assegurar a representação do Secretário Executivo nos atos que este determinar; Apoio no planeamento, articulação e implementação de ações para a promoção desenvolvimento regional e de parcerias; Elaboração de estudos e de informações ou pareceres necessários à tomada de decisões superiores que caibam no âmbito da competência própria, bem como à formulação de propostas a submeter superiormente; Propor e coordenar a implementação de iniciativas de promoção e funcionamento de Grupos de Trabalho Intermunicipal; Apoio na implementação de medidas de apoio de cooperação intermunicipal e com outras instituições a nível nacional e internacional;

ATIVIDADE 1 - Elaboração de Planos de Comunicação e Marketing Global de âmbito intermunicipal; Apresentação de candidaturas financiadas por fundos comunitários; Divulgação regional e local na imprensa; Compilação e elaboração das estruturas taxionómicas e suas respetivas descrições, de forma a permitir a disponibilização de serviços on-line, a promoção à cidadania eletrónica, através da disponibilização de vários portais; Preparação de orçamentos; Apoio à preparação de STAND's representativos da CIMT; Análise e acompanhamento de processos de aquisição de material promocional e estudo e preparação de diversos materiais de divulgação no âmbito das diferentes iniciativas conjuntas dos Municípios, de modo a criar uma imagem coesa da Região do Médio Tejo; Apoio na preparação de reuniões, nomeadamente, as reuniões dos órgãos da CIMT; Organização da agenda e desempenho de outras tarefas que lhe tenham sido atribuídas pelo Secretário Executivo, dentro do respetivo âmbito de atuação; Promoção dos contactos com stakeholders.

Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais

Dirigente ou equiparado:

Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

COMPETÊNCIA 1 - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

ATIVIDADE 1 - Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio na preparação dos instrumentos de operacionalização da estratégia intermunicipal e no funcionamento dos respetivos mecanismos de governação territorial integrada; Recolha, acompanhamento e difusão pelos serviços, da informação relativa a instrumentos financeiros, comunitários ou nacionais, e oportunidades de investimento e financiamento com interesse intermunicipal; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento; Assegurar o acompanhamento dos trabalhos no domínio da Mobilidade e Transportes, incluindo a gestão técnica do serviço de Transporte a Pedido, apoio à elaboração e implementação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, e apoio à atividade do Observatório da Mobilidade do Médio Tejo; Apoio ao exercício das atribuições da CIMT em matéria de Mobilidade e Transporte e das competências de Autoridade de Transportes no contexto da aplicação do Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros; Colaboração com os vários serviços da CIMT na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades.

ATIVIDADE 2 - Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio no exercício das atribuições e competências da CIMT, em particular nas áreas de valorização económica dos recursos endógenos, desenvolvimento turístico, cultural e desportivo; Assegurar as funções de estudo, planeamento e gestão técnica dos projetos intermunicipais; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento para a implementação das iniciativas e projetos intermunicipais; Apoio na articulação entre a CIMT, municípios, serviços da administração central, parceiros regionais e demais entidades para o adequado desenvolvimento dos projetos e iniciativas de interesse intermunicipal; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Apoio na realização de ações de comunicação e iniciativas para a promoção da região a nível nacional e internacional; Assegurar a atualização e gestão de conteúdos do Portal Regional e outras plataformas desenvolvidas no âmbito dos projetos culturais e turísticos; Colaboração com os vários serviços da CIMT na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades; Assegurar outras tarefas que lhe sejam superiormente cometidas em matérias da sua área de intervenção.

ATIVIDADE 3 - Apoio na elaboração de planos, programas e instrumentos de natureza estratégica bem como colaboração na respetiva implementação e no desenvolvimento de projetos intermunicipais; Apoio no exercício das atribuições e competências da CIMT, em particular nas áreas de mobilidade e transportes; Assegurar as funções de estudo, planeamento e gestão técnica dos projetos intermunicipais; Apoio na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários ou outras fontes de financiamento para a implementação das iniciativas e projetos intermunicipais; Apoio na articulação entre a CIMT, municípios, serviços da administração central, parceiros regionais e demais entidades para o adequado desenvolvimento dos projetos e iniciativas de interesse intermunicipal; Apoio no desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública e acompanhamento na execução dos contratos na respetiva área de atuação; Colaboração com os vários serviços da CIMT na elaboração de informações técnicas, planos e relatórios de atividades; Assegurar outras tarefas que lhe sejam superiormente cometidas em matérias da sua área de intervenção.

Unidade de Ordenamento e Gestão do Território / Recursos Naturais

Dirigente ou equiparado:

Exercício das competências constantes do artigo 6º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho e competências constantes no Regulamento Interno dos Serviços da CIMT, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2016 – Despacho n.º 927/2016.

Técnico Superior - Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

ATIVIDADE 1 - Apoio à implementação e desenvolvimento de projetos intermunicipais, em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), no âmbito do planeamento, ordenamento do território e políticas de conservação da natureza; Acompanhamento, na execução e atualização de Cartografia Multicodificada, seu controlo de qualidade, posterior tratamento e integração em SIG; Apoio na organização temática de ações de formação; Acompanhamento de projetos relacionados com as atribuições e competências das Autarquias no âmbito da legislação nacional sobre o Ruído; Caracterização e avaliação do território e criação de sistemas de apoio à decisão em planeamento e gestão do território e criação de sistemas de apoio à

decisão em planeamento e gestão do território, nomeadamente na elaboração de cartas temáticas de REN, RAN, Risco de Erosão de Solos, Riscos de Cheias, Cadastro, entre outras; Apoio na elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de projetos em curso na área em causa, nomeadamente: Cartografia Multicodificada à escala 1:2000, levantamento de Conteúdos Georeferenciados, Disponibilização de Conteúdos Georeferenciados na Internet e Intranets Municipais; Manuseamento dos softwares: ArcGis, Ngxis, Microstation e IrasC; Tratamento de informação proveniente dos Planos Diretores Municipais e outros instrumentos de planeamento nos domínios de intervenção da CIMT e dos Municípios associados; Acompanhamento e apoio de projetos intermunicipais para a rentabilização da atividade da CIMT, entre outros, no âmbito da promoção regional, de que é exemplo a sinalização turística, etc.

ATIVIDADE 2 - Gestão de serviços dos sites online, nomeadamente serviços de arcgisserver, wms, wfs, entre outras; Gestão/administração da plataforma de disponibilização de informação geográfica online; Apoio técnico externo nas plataformas partilhadas junto dos parceiros da CIMT; Atualização e gestão das bases de dados geográficas e alfanuméricas; Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, harmonização da informação geográfica referente aos Municípios integrantes desta CIMT; Validação, estruturação e integração de dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; Levantamentos de campo georreferenciados com recursos a GPS submétrico; colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão na área de ordenamento do território de cariz intermunicipal; recorrer com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos Sistemas de informação geográfica (SIG) que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada; Análise e interpretação da cartografia temática em ambiente SIG, como ferramenta de apoio à tomada de decisão; Integração de cartografia digital em ambiente SIG; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Apoio na Contratação pública dos procedimentos a realizar; Apoio interno a outras unidades/áreas/projetos da CIMT na integração de informação geográfica, controlo de qualidade e disponibilização de informação; Apoio na elaboração de relatórios e estudos na área de ordenamento do território, na área saúde, educação e transportes/mobilidade.

ATIVIDADE 3 - Gestão de serviços dos sites online, nomeadamente serviços de arcgisserver, wms, wfs, entre outras; Gestão/administração da plataforma de disponibilização de informação geográfica online; Apoio técnico externo nas plataformas partilhadas junto dos parceiros da CIMT; Atualização e gestão das bases de dados geográficas e alfanuméricas; Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, harmonização da informação geográfica referente aos Municípios integrantes desta CIMT; Validação, estruturação e integração de dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; Levantamentos de campo georreferenciados com recursos a GPS submétrico; Colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão na área de ordenamento do território de cariz intermunicipal; Recorrer com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos Sistemas de informação geográfica (SIG) que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada; Análise e interpretação da cartografia temática em ambiente SIG, como ferramenta de apoio à tomada de decisão; Integração de cartografia digital em ambiente SIG; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Apoio na Contratação pública dos procedimentos a realizar; Apoio interno a outras unidades/áreas/projetos da CIMT na integração de informação geográfica, controlo de qualidade e disponibilização de informação; Apoio na elaboração de relatórios e estudos na área de ordenamento do território, na área saúde, educação e transportes/mobilidade.

ATIVIDADE 4 - Apoio técnico nos procedimentos de execução e/ou atualização de cartografia topográfica e topográfica de imagem de diferentes escalas, elaboradas mediante as normas da Direção- Geral do Território (DGT), bem como realização do respetivo controlo de qualidade; Apoio técnico nos procedimentos de execução de cadastro em variadas temáticas (e.g. predial, sinalética, infraestruturas); Integração de cartografia topográfica e outra informação/conteúdos em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG); Apoio técnico aos municípios no âmbito da atualização pontual de cartografia para efeitos de homologação, necessária para a elaboração dos vários Planos; No âmbito da cartografia e do cadastro, elaboração e assinatura de relatórios técnicos de produção/atualização ou fiscalização de cartografia topográfica ou topográfica de

imagem, entre outros, a diferentes escalas com vista à sua homologação; Acompanhamento e controlo de qualidade de levantamentos de conteúdos georreferenciados, a serem recolhidos em campo; Levantamentos de campo georreferenciados com recursos a GPS submétrico; Atualização e gestão de bases de dados geográficas e alfanuméricas; Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, harmonização da informação geográfica referente aos Municípios integrantes desta CIMT; Validação, estruturação e integração de dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; Colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão de cariz municipal e intermunicipal; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Apoio na elaboração das especificações técnicas dos procedimentos de Contratação pública; Apoio interno a outras unidades/áreas/projetos da CIMT na integração de informação geográfica, controlo de qualidade e disponibilização de informação; Recorrer com frequência, a tecnologias informáticas, como no caso dos Sistemas de informação geográfica (SIG) e de desenho (cartografia) que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação especialmente referenciada;

ATIVIDADE 5 - Instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios, nas ações de consolidação e pós-fogo, bem como nas ações de estabilização de emergência; Silvicultura de carácter geral; Silvicultura preventiva no âmbito dos incêndios florestais, na vertente da gestão de combustível florestal, com recurso a técnicas manuais, moto manuais, mecânicas ou pelo uso de fogo controlado, entre outras; Manutenção e proteção de povoamentos florestais, no âmbito da gestão florestal e do controlo de agentes bióticos nocivos; Manutenção e beneficiação de infraestruturas de defesa da floresta e apoio à gestão florestal; Sensibilização das populações para as normas de conduta em matéria de proteção florestal, nomeadamente no âmbito do uso do fogo, da limpeza das florestas e da fitossanidade; Vigilância armada, ações de primeira intervenção em incêndios florestais e apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo, no âmbito da proteção civil, sendo ainda um agente de proteção civil, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei nº27/2006, de 3 julho, alterada e republicada pela Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, com missões de intervenção de proteção civil previstas em diretivas operacionais específicas da Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC); Desempenhar as ações de líder de brigada de sapadores florestais; Apoio na elaboração do plano anual de atividades da brigada de sapadores florestais, designadamente na definição da área de atuação anual e indicação das ações a desenvolver no âmbito do serviço público; Apoio na elaboração dos relatórios de atividades da brigada de sapadores florestais; Apoio na elaboração trimestral de plano de trabalhos de gestão de combustível; Comunicar a não operacionalidade do equipamento individual e coletivo, bem como a necessidade de manutenção ou substituição, no caso de perda ou deterioração grave, ou sempre que não assegure a funcionalidade e segurança da brigada de sapadores florestais; Colaboração/ concertação das atividades da brigada de sapadores florestais com as atividades promovidas no âmbito do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal; Apoio na elaboração das especificações técnicas dos procedimentos de Contratação pública; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão de cariz municipal e intermunicipal;

ATIVIDADE 6 - Instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios, nas ações de consolidação e pós-fogo, bem como nas ações de estabilização de emergência; Silvicultura de carácter geral; Silvicultura preventiva no âmbito dos incêndios florestais, na vertente da gestão de combustível florestal, com recurso a técnicas manuais, moto manuais, mecânicas ou pelo uso de fogo controlado, entre outras; Manutenção e proteção de povoamentos florestais, no âmbito da gestão florestal e do controlo de agentes bióticos nocivos; Manutenção e beneficiação de infraestruturas de defesa da floresta e apoio à gestão florestal; Sensibilização das populações para as normas de conduta em matéria de proteção florestal, nomeadamente no âmbito do uso do fogo, da limpeza das florestas e da fitossanidade; Vigilância armada, ações de primeira intervenção em incêndios florestais e apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo, no âmbito da proteção civil, sendo ainda um agente de proteção civil, nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei nº27/2006, de 3 julho, alterada e republicada pela Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, com missões de intervenção de proteção civil previstas em diretivas operacionais específicas da Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC); Desempenhar as ações de líder de brigada de sapadores florestais; Apoio na elaboração do plano anual de atividades da brigada de sapadores florestais, designadamente na definição da área de atuação anual e indicação das ações a desenvolver no âmbito do serviço



público; Apoio na elaboração dos relatórios de atividades da brigada de sapadores florestais; Apoio na elaboração trimestral de plano de trabalhos de gestão de combustível; Comunicar a não operacionalidade do equipamento individual e coletivo, bem como a necessidade de manutenção ou substituição, no caso de perda ou deterioração grave, ou sempre que não assegure a funcionalidade e segurança da brigada de sapadores florestais; Colaboração/ concertação das atividades da brigada de sapadores florestais com as atividades promovidas no âmbito do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal; Apoio na elaboração das especificações técnicas dos procedimentos de Contratação pública; Apoio na elaboração de Candidaturas intermunicipais, nomeadamente colaboração nas secções técnicas e memória descritiva; Colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão de cariz municipal e intermunicipal;

Assistente Técnico - Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

COMPETÊNCIA 1 - Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

ATIVIDADE 7 - Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira de assistente técnico, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes da CIMT; Colaboração na Harmonização da informação geográfica e alfanumérica dos vários Municípios; Integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização no sistema WebSIG; Apoio na preparação de informação geográfica e outros conteúdos a constar no sítio regional e outras aplicações; Apoio no Controlo de qualidade de cartografia digital e redes de cadastro, elaborada mediante as normas técnicas e requisitos específicos; Apoio nos trabalhos de campo, recolha de informação e coordenação de pontos em campo; Atendimento, consolidação de reservas e resolução de constrangimentos no âmbito do projeto transporte a pedido.

<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em ----- de -----de-----</p>

<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em ----- de -----de-----</p>
--

6.3 Grandes Opções do Plano

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2019			Anos seguintes							
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)				
01		Valorizar os recursos endógenos e do potencial turístico																							
01 01		Afirmação Territorial do Médio Tejo																							
01 01	2017/2			Rotas e Percursos em Património Natural																					
01 01	2017/2	1		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		12 300	12 300									12 300
01 01	2017/2	2		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	3		203 497	203 497									203 497
01 01	2017/3			Programação Cultural em Rede - Caminhos																					
01 01	2017/3	1		Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		30 750	30 750									30 750
01 01	2017/3	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2017	12/2019	3	5 535	22 140	22 140									27 675
01 01	2017/3	3		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	248	1 230	1 230									1 478
01 01	2017/3	4		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	21 875	33 181	33 181									55 056
01 01	2017/4			Produtos Turísticos Integrados																					
01 01	2017/4	1		Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		38 696	38 696									38 696
01 01	2017/4	2		Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		85 000	85 000									85 000
01 01	2017/4	5		Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		1 000	1 000									1 000
01 01	2017/4	6		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	26 210	40 750	40 750									66 960
01 01	2017/4	7		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	2	22 006	414 633	414 633									436 639
01 01	2017/4	8		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0	9 145	85 000	85 000									94 145
01 01	2017/4	9		Outros serviços	02	020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0	4 920	12 300	12 300									17 220
01 01	2019/1			Estação Náutica Castelo de Bode																					
01 01	2019/1	1		Publicidade	02	020217	O			MP	06/2018	12/2023	0		6 150	6 150		6 150	6 150	6 150					24 600
01 01	2019/1	2		Outros trabalhos especializados	02	020220	O			MP	06/2018	12/2023	0		18 450	18 450		18 450	18 450	18 450					73 800
01 01	2019/2			Rota dos Templários no Médio Tejo																					
01 01	2019/2	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		40 000	40 000									40 000
01 01	2019/2	2		Seminários, exposições e similares	02	020216	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		10 000	10 000									10 000
01 01	2019/2	3		Publicidade	02	020217	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		10 000	10 000		10 000							20 000
01 01	2019/2	4		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		172 070	172 070		130 000							302 070
01 01	2019/2	5		Outros investimentos	02	070115	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		10 000	10 000		50 000							60 000
Totais do Programa 01:														89 939	1 247 147	1 247 147		214 600	24 600	24 600		1 600 886			
Totais do Objetivo 01:														89 939	1 247 147	1 247 147	0	214 600	24 600	24 600	0	1 600 886			
02		Incorporar o valor na atividade empresarial																							
02 03		Promoção do Empreendedorismo																							
02 03	2016/1			Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo																					

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2019			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)	
02															Incorporar o valor na atividade empresarial							
02 03															Promoção do Empreendedorismo							
02	03	2016/1	1	Deslocações e estadas	02 020213	O	15	85	MP	01/2016	06/2019	3	4 076	3 500	3 500					7 576		
02	03	2016/1	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2016	06/2019	3	47 796	25 670	25 670					73 466		
02	03	2016/1	5	Publicidade	02 020217	O	15	85	MP	01/2016	06/2019	3		15 000	15 000					15 000		
02	03	2016/1	6	Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2016	06/2019	3	28 536	25 000	25 000					53 536		
02	03	2016/1	7	Outros serviços	02 020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		7 500	7 500					7 500		
02	03	2017/5		Implementação do Plano de Acção																		
02	03	2017/5	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2017	06/2019	0		500	500					500		
02	03	2017/5	2	Outros trabalhos especializados	02 020220	O	100		MP	01/2017	06/2019	0		250	250					250		
02	03	2019/3		Régies Cooperativa de Empreendedores																		
02	03	2019/3	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2019	12/2019	0		10 000	10 000					10 000		
Totais do Programa 03:													80 408	87 420	87 420						167 828	
Totais do Objetivo 02:													80 408	87 420	87 420	0	0	0	0	0	167 828	
03															Promover a coesão e a qualidade de vida							
03 01															Educação de Excelência no Médio Tejo							
03	01	2015/9		Educação de Excelência no Médio Tejo																		
03	01	2015/9	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2015	12/2022	3	39 314	126 334	126 334	78 167	78 167	78 167		400 149		
03	01	2015/9	5	Seminários, exposições e similares	02 020216	O	15	85	MP	01/2016	12/2022	3		39 000	39 000	31 000	31 000	31 000		132 000		
03	01	2015/9	6	Publicidade	02 020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2022	0		18 450	18 450	14 225	14 225	14 225		61 125		
03	01	2015/9	7	Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2022	3	75 697	424 998	424 998	359 964	339 232	277 034		1 476 925		
03	01	2015/9	8	Serviços de saúde	02 020222	O	15	85	MP	01/2015	12/2022	3	1 700	13 334	13 334	6 667	6 667	6 667		35 035		
03	01	2015/9	9	Material de educação, cultura e recreio	02 020120	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	3		100 697	100 697	110 349	110 349	110 349		431 744		
03	01	2015/9	10	Locação de outros bens	02 020208	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	0		12 300	12 300	6 150	6 150	6 150		30 750		
03	01	2015/9	11	Transportes	02 020210	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	3		74 815	74 815	56 908	56 908	56 908		245 539		
03	01	2015/9	12	Outros Serviços	02 020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	3	21 743	153 613	153 613	101 808	101 808	101 808		480 780		
03	01	2015/9	13	Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	3		261 135	261 135	261 068	261 068	261 068		1 044 339		
Totais do Programa 01:													138 454	1 224 676	1 224 676	1 026 306	1 005 574	943 376		4 338 386		
03 03															Unidades Móveis de Saúde							
03	03	2015/11		Unidades Móveis de Saúde																		

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2019			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)	
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																		
03	03			Unidades Móveis de Saúde																		
03	03	2015/11	5	Locação de outros bens	02	020208	O	100		MP	01/2017	12/2022	3	13 150	22 521	22 521		19 726	19 726	9 863		84 986
Totais do Programa 03:														13 150	22 521	22 521		19 726	19 726	9 863		84 986
03	04			Médio Tejo Inclusivo																		
03	04	2018/1		Médio Tejo Inclusivo																		
03	04	2018/1	2	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	100		MP	01/2018	12/2020	0		6 150	6 150		6 150				12 300
03	04	2018/1	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	01/2018	12/2020	0		18 450	18 450		18 450				36 900
03	04	2018/2		MARIA - Estratégia Integrada de Intervenção na Área da Violência Doméstica e de Género																		
03	04	2018/2	1	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	3		36 654	36 654						36 654
03	04	2018/2	2	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		4 920	4 920						4 920
Totais do Programa 04:															66 174	66 174		24 600				90 774
Totais do Objetivo 03:														151 604	1 313 371	1 313 371	0	1 070 632	1 025 300	953 239	0	4 514 146
04				Consolidar a massa crítica urbana																		
04	01			Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																		
04	01	2015/12		Transporte a Pedido																		
04	01	2015/12	4	Central telefónica	02	070109	O	80	20	MP	01/2016	12/2019	0		2 460	2 460						2 460
04	01	2015/12	5	Comunicações	02	020209	O	100		MP	01/2013	12/2022	4	1 418	9 225	9 225		9 225	9 225	9 225		38 318
04	01	2015/12	6	Publicidade	02	020217	O	100		MP	01/2012	12/2022	4		3 075	3 075		3 075	3 075	3 075		12 300
04	01	2015/12	7	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	38	62	MP	01/2012	12/2022	4	34 258	140 071	140 071		171 153	171 153	171 153		687 788
04	01	2015/12	11	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	100		MP	01/2016	12/2022	3		1 230	1 230		1 230	1 230	1 230		4 920
04	01	2015/12	12	Outros investimentos	02	070115	O	100		MP	01/2018	12/2019	0		30 443	30 443						30 443
04	01	2015/12	13	Hardware	02	070107	O	80	20	MP	01/2019	12/2019	0		738	738						738
04	01	2015/14		Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves																		
04	01	2015/14	2	Outros investimentos	02	070115	O	100		MP	01/2016	12/2020	0		174 350	100	174 250	50 000				224 350
04	01	2015/14	3	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2018	12/2020	0		82 000	12 300	69 700	20 000				102 000
04	01	2017/6		Autoridade de Transportes																		
04	01	2017/6	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	80	20	MP	01/2017	12/2022	3	5 997	127 093	127 093		20 000	20 000	20 000		193 090
04	01	2017/6	4	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	100		MP	01/2018	12/2022	0		1 230	1 230		1 230	1 230	1 230		4 920

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2019				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)	
04				Consolidar a massa crítica urbana																		
04 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																		
04 01	2017/6	5		Publicidade	02	020217	O		100	MP	01/2018	12/2022	0		1 230	1 230		1 230	1 230	1 230		4 920
Totais do Programa 01:														41 673	573 145	329 195	243 950	277 143	207 143	207 143		1 306 247
Totais do Objetivo 04:														41 673	573 145	329 195	243 950	277 143	207 143	207 143	0	1 306 247
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																		
05 01				Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																		
05 01	2015/17			Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																		
05 01	2015/17	1		Saúde no trabalho	02	020222	O		100	MP	01/2015	12/2020	2		697	697		292				989
05 01	2015/17	2		Segurança e higiene no trabalho	02	020222	O		100	MP	10/2018	09/2020	2	180	180	180		180				540
05 01	2015/17	3		Conservação e reparação	02	020203	O		100	MP	01/2017	12/2020	0		310	310		100				410
05 01	2015/17	4		Outros trabalhos especializados	02	020220	O		100	MP	01/2017	12/2019	3		126 647	126 647						126 647
Totais do Programa 01:														180	127 834	127 834		572				128 586
05 04				Modernização Administrativa no Médio Tejo																		
05 04	2016/7			Modernização Administrativa - CIMT																		
05 04	2016/7	1		Programa de licenciamento em volume Enterprise Ageement	02	070108	O		100	MP	07/2017	06/2019	4		18 929	18 929						18 929
05 04	2016/7	2		Hardware	02	070107	O		100	MP	01/2016	12/2019	0	1 057	10 000	10 000						11 057
05 04	2016/7	3		Software	02	070108	O		100	MP	01/2016	12/2019	0	384	120 537	20 537	100 000					120 921
05 04	2016/7	4		Assistência técnica	02	020219	O		100	MP	01/2016	08/2019	3	36 045	42 122	42 122						78 167
05 04	2016/7	5		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2016	12/2019	0		51 000	1 000	50 000					51 000
05 04	2016/7	6		Outros investimentos	02	070115	O		15	85	MP	01/2019	12/2019	0		151 000	1 000	150 000				151 000
05 04	2016/9			Médio Tejo Online 2020																		
05 04	2016/9	1		Hardware	02	070107	O		15	85	MP	01/2016	12/2020	0		58 824	58 824		58 824			117 648
05 04	2016/9	2		Outros investimentos	02	070115	O		15	85	MP	01/2016	12/2020	0		58 824	58 824		58 824			117 648
05 04	2016/9	3		Software	02	070108	O		15	85	MP	01/2019	12/2020	0		117 648	117 648		117 648			235 296
05 04	2017/8			Integração e Partilha de Serviços																		
05 04	2017/8	1		Central de compras - Locação de plataforma	02	020208	O		100	MP	01/2011	12/2021	4	461	615	615		615	615			2 306
05 04	2017/8	2		Central de compras - Consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2011	12/2020	4	5 812	23 247	23 247		23 247				52 306
05 04	2017/8	5		Estudos, pareceres, projetos e consultoria	02	020214	O	85	15	MP	01/2017	12/2019	0		10 100	100	10 000					10 100
05 04	2019/4			Economia Circular nas Compras Públicas Conjuntas																		

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2019			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)		
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																							
05 04 Modernização Administrativa no Médio Tejo																							
05	04	2019/4	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	70	30	MP	01/2019	12/2019	0		24 000	24 000						24 000	
Totais do Programa 04:														43 759	686 846	376 846	310 000	259 158	615			990 378	
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																							
05	07	2016/10		Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa																			
05	07	2016/10	1	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3		243 533	243 533							243 533
05	07	2016/10	2	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3	182 701	373 002	373 002							555 703
05	07	2016/12		Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico																			
05	07	2016/12	1	Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		100	100							100
05	07	2016/12	2	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	46 002	100	100							46 102
05	07	2016/12	3	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3		100	100							100
05	07	2016/12	4	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		102 250	102 250							102 250
05	07	2016/12	5	Apoio técnico especializado	02	020219	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		5 000	5 000							5 000
05	07	2016/12	6	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		1 000	1 000							1 000
05	07	2016/12	7	Locação de outros bens	02	020208	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		1 000	1 000							1 000
05	07	2016/13		Gestão Integrada de Protecção Civil e Florestas																			
05	07	2016/13	1	Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3		100	100			1 000	1 000	1 000	50 000	53 100
05	07	2016/13	2	Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		11 000	1 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	20 000	61 000
05	07	2016/13	3	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		21 000	1 000	20 000	10 000	20 000	20 000	10 000	10 000	81 000
05	07	2016/13	4	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		3 000	1 000	2 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	7 000
05	07	2016/13	5	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		11 000	1 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	51 000
05	07	2016/13	6	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		3 000	1 000	2 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	7 000
05	07	2016/13	7	Gasolina	02	02010201	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		100	100			5 000	5 000	5 000	5 000	20 100
05	07	2016/13	8	Gasóleo	02	02010202	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		100	100			10 000	10 000	10 000	10 000	40 100
05	07	2016/13	9	Vestuário e artigos pessoais	02	020107	A	85	15	MP	01/2018	12/2023	0	3 973	19 000	19 000			25 000	25 000	25 000	25 000	122 973
05	07	2016/13	10	Outros bens	02	020121	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		2 000	2 000			10 000	10 000	10 000	10 000	42 000
05	07	2016/13	11	Transferências correntes	02	040701	O	50	50	MP	01/2018	12/2023	0	30 000	360 000	360 000			240 000	240 000	240 000	240 000	1 350 000
05	07	2016/13	12	Transferências de capital	02	080701	O	100		MP	01/2018	12/2023	0		1 000	1 000			20 000	20 000	20 000	20 000	81 000
05	07	2016/13	13	Equipamento básico	02	070110	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		450 000	450 000							450 000
05	07	2016/13	14	Ferramentas e utensílios	02	070111	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		1 000	1 000			15 000	15 000	15 000	15 000	61 000
05	07	2016/13	15	Locação de outros bens	02	020208	O	15	85	MP	01/2019	12/2023	0		2 100	100	2 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	6 100

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
														2019			Anos seguintes								
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim		Realizado (a)	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)		Outros (h)			
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																									
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																									
05	07	2016/14		Adaptação às Alterações Climáticas																					
05	07	2016/14	1	Ouros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0			10 000	5 000	5 000	1 000	1 000			12 000		
05	07	2016/14	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	2	37 146	50 783	50 783								87 929	
05	07	2016/14	3	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	0		4 000	3 000	1 000	1 000						5 000	
05	07	2016/14	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	25	75	MP	01/2017	12/2023	0	369	216 000	211 000	5 000	10 000	5 000	5 000				236 369	
05	07	2016/14	5	Software	02	070108	O	25	75	MP	01/2018	12/2023	0		70 000	70 000		58 000	1 000					129 000	
05	07	2016/14	6	Outros serviços	02	020225	O	15	85	MP	01/2019	12/2019	0		2 500	2 500								2 500	
05	07	2016/14	7	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2019	12/2019	0		2 000	2 000								2 000	
05	07	2016/14	8	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2019	12/2019	0		1 000	1 000								1 000	
05	07	2016/14	9	Material de educação, cultura e recreio	02	020120	O	15	85	MP	01/2019	12/2019	0		3 500	3 500								3 500	
05	07	2018/4		Médio Tejo – Eficiência Hídrica/Entidades Gestoras Agregadas																					
05	07	2018/4	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0	49 815	73 628	63 628	10 000	5 000							128 443
05	07	2018/4	2	Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2019	12/2020	0		5 100	100	5 000	5 000							10 100
05	07	2018/4	3	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2019	12/2020	0		5 100	100	5 000	1 000							6 100
Totais do Programa 07:													350 006	2 054 096	1 977 096	77 000	440 000	376 000	374 000	418 000	4 012 102				
05 09 GEFOR - Gestão da Formação																									
Formação da Administração Local																									
05	09	2015/37		Monitoragem	02	020225	O	15	85	MP	01/2015	12/2021	0	9 570	81 242	81 242		81 242	81 242						253 296
05	09	2015/37	2	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2015	12/2021	0	653	20 311	20 311		20 311	20 311						61 586
05	09	2015/37	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2015	12/2020			500	500		4 000							4 500
05	09	2015/37	4	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2015	12/2020			500	500		1 000							1 500
05	09	2015/37	5	Outros bens	02	020121	O	15	85	MP	01/2015	12/2020			500	500		750							1 250
05	09	2015/38		Estágios Curriculares e Profissionais																					
05	09	2015/38	1	Bolsa e subsídio de refeição	02	040802	O	100		MP	01/2015	12/2019			10 000	10 000									10 000
05	09	2015/39		Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	02	020216	O	100		MP	01/2015	12/2019			2 500	2 500									2 500
05	09	2016/17		Formação de Públicos Estratégicos	02	020225	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0	3 813	20 000	20 000									23 813
Totais do Programa 09:													14 036	135 553	135 553		107 303	101 553			358 445				
05 10 Investimentos Gerais da Comunidade Intermunicipal d																									
05	10	2017/10		Aquisição de Material de Transporte	02	070106	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		500	500									500

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / N°	Ação				2019				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)				
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																							
05 10 Investimentos Gerais da Comunidade Intermunicipal d																							
05	10	2017/11		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02 070111	A	100			MP	01/2017	12/2019	0		500	500					500		
05	10	2017/12		Investimentos Incorpórios	02 070113	O	100			MP	01/2017	12/2019	0		500	500					500		
05	10	2018/5		Aquisição de Equipamento Administrativo	02 070109	O	100			MP	01/2018	12/2019	0		500	500					500		
Totais do Programa 10:															2 000	2 000							2 000
05 11 Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial I																							
05	11	2017/13		Transferências correntes	02 040901	O	100			MP	01/2017	12/2019	0		1 000	1 000					1 000		
05	11	2017/14		Transferências de capital	02 080901	O	100			MP	01/2017	12/2019	0		10 000	10 000					10 000		
Totais do Programa 11:															11 000	11 000							11 000
Totais do Objetivo 05:															407 981	3 017 329	2 630 329	387 000	807 033	478 168	374 000	418 000	5 502 511
Total Geral:															771 605	6 238 412	5 607 462	630 950	2 369 408	1 735 211	1 558 982	418 000	13 091 618

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.4 Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2019			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)		
01				Valorizar os recursos endógenos e do potencial turí																			
01 01				Afirmação Territorial do Médio Tejo																			
01 01	2017/3			Programação Cultural em Rede - Caminhos																			
01 01	2017/3	1		Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		30 750	30 750					30 750		
01 01	2017/4			Produtos Turísticos Integrados																			
01 01	2017/4	1		Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		38 696	38 696					38 696		
01 01	2017/4	2		Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		85 000	85 000					85 000		
01 01	2019/2			Rota dos Templários no Médio Tejo																			
01 01	2019/2	5		Outros investimentos	02	070115	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		10 000	10 000	50 000				60 000		
Totais do Programa 01:														0	164 446	164 446	0	50 000	0	0	0	0	214 446
Totais do Objetivo 01:														0	164 446	164 446	0	50 000	0	0	0	0	214 446
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																			
03 01				Educação de Excelência no Médio Tejo																			
03 01	2015/9			Educação de Excelência no Médio Tejo																			
03 01	2015/9	13		Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	3		261 135	261 135	261 068	261 068	261 068		1 044 339		
Totais do Programa 01:														0	261 135	261 135	0	261 068	261 068	261 068	0	1 044 339	
Totais do Objetivo 03:														0	261 135	261 135	0	261 068	261 068	261 068	0	1 044 339	
04				Consolidar a massa crítica urbana																			
04 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																			
04 01	2015/12			Transporte a Pedido																			
04 01	2015/12	4		Central telefónica	02	070109	O	80	20	MP	01/2016	12/2019	0		2 460	2 460					2 460		
04 01	2015/12	12		Outros investimentos	02	070115	O		100	MP	01/2018	12/2019	0		30 443	30 443					30 443		
04 01	2015/12	13		Hardware	02	070107	O	80	20	MP	01/2019	12/2019	0		738	738					738		
04 01	2015/14			Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves																			
04 01	2015/14	2		Outros investimentos	02	070115	O		100	MP	01/2016	12/2020	0		174 350	100	174 250	50 000			224 350		
Totais do Programa 01:														0	207 991	33 741	174 250	50 000	0	0	0	257 991	
Totais do Objetivo 04:														0	207 991	33 741	174 250	50 000	0	0	0	257 991	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
															2019			Anos seguintes							
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)				
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																									
05 04 Modernização Administrativa no Médio Tejo																									
05	04	2016/7		Modernização Administrativa - CIMT																					
05	04	2016/7	1	Programa de licenciamento em volume Enterprise Ageement	02	070108	O	100		MP	07/2017	06/2019	4		18 929	18 929								18 929	
05	04	2016/7	2	Hardware	02	070107	O	100		MP	01/2016	12/2019	0	1 057	10 000	10 000								11 057	
05	04	2016/7	3	Software	02	070108	O	100		MP	01/2016	12/2019	0	384	120 537	20 537	100 000								120 921
05	04	2016/7	6	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2019	12/2019	0		151 000	1 000	150 000								151 000
05	04	2016/9		Médio Tejo Online 2020																					
05	04	2016/9	1	Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		58 824	58 824		58 824							117 648
05	04	2016/9	2	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2020	0		58 824	58 824		58 824							117 648
05	04	2016/9	3	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2019	12/2020	0		117 648	117 648		117 648							235 296
Totais do Programa 04:														1 441	535 762	285 762	250 000	235 296	0	0	0	0	772 499		
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																									
05	07	2016/10		Médio Tejo - Cadastro de Infraestruturas em Baixa																					
05	07	2016/10	1	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3		243 533	243 533									243 533
05	07	2016/10	2	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3	182 701	373 002	373 002									555 703
05	07	2016/12		Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico																					
05	07	2016/12	1	Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		100	100									100
05	07	2016/12	2	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0	46 002	100	100									46 102
05	07	2016/12	3	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3		100	100									100
05	07	2016/13		Gestão Integrada de Protecção Civil e Florestas																					
05	07	2016/13	1	Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	3		100	100		1 000	1 000	1 000	50 000				53 100
05	07	2016/13	2	Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		11 000	1 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	20 000			61 000
05	07	2016/13	3	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		21 000	1 000	20 000	10 000	20 000	20 000	20 000	10 000			81 000
05	07	2016/13	5	Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		11 000	1 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000			51 000
05	07	2016/13	13	Equipamento básico	02	070110	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		450 000	450 000									450 000
05	07	2016/13	14	Ferramentas e utensílios	02	070111	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		1 000	1 000		15 000	15 000	15 000	15 000				61 000
05	07	2016/14		Adaptação às Alterações Climáticas																					
05	07	2016/14	1	Outros investimentos	02	070115	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		10 000	5 000	5 000	1 000	1 000						12 000
05	07	2016/14	5	Software	02	070108	O	25	75	MP	01/2018	12/2023	0		70 000	70 000		58 000	1 000						129 000
05	07	2018/4		Médio Tejo – Eficiência Hídrica/Entidades Gestoras Agregadas																					

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2019				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)			
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
05	07	2018/4	2	Hardware	02 070107	O	15	85	MP	01/2019	12/2020	0		5 100	100	5 000	5 000				10 100	
05	07	2018/4	3	Software	02 070108	O	15	85	MP	01/2019	12/2020	0		5 100	100	5 000	1 000				6 100	
Totais do Programa 07:													228 703	1 201 135	1 146 135	55 000	111 000	58 000	56 000	105 000	1 759 838	
05 10 Investimentos Gerais da Comunidade Intermunicipal d																						
05	10	2017/10		Aquisição de Material de Transporte	02 070106	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		500	500						500	
05	10	2017/11		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02 070111	A	100		MP	01/2017	12/2019	0		500	500						500	
05	10	2017/12		Investimentos Incorpórios	02 070113	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		500	500						500	
05	10	2018/5		Aquisição de Equipamento Administrativo	02 070109	O	100		MP	01/2018	12/2019	0		500	500						500	
Totais do Programa 10:													0	2 000	2 000	0	0	0	0	0	2 000	
05 11 Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial I																						
05	11	2017/14		Transferências de capital	02 080901	O	100		MP	01/2017	12/2019	0		10 000	10 000						10 000	
Totais do Programa 11:													0	10 000	10 000	0	0	0	0	0	10 000	
Totais do Objetivo 05:													230 144	1 748 897	1 443 897	305 000	346 296	58 000	56 000	105 000	2 544 337	
Total Geral:													230 144	2 382 469	1 903 219	479 250	707 364	319 068	317 068	105 000	4 061 113	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.5 Atividades Mais Relevantes

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2019		Anos seguintes							
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)			
01		Valorizar os recursos endógenos e do potencial turí																						
01 01		Afirmação Territorial do Médio Tejo																						
01 01	2017/2			Rotas e Percursos em Património Natural																				
01 01	2017/2	1		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		12 300	12 300								12 300
01 01	2017/2	2		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	3		203 497	203 497								203 497
01 01	2017/3			Programação Cultural em Rede - Caminhos																				
01 01	2017/3	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2017	12/2019	3	5 535	22 140	22 140								27 675
01 01	2017/3	3		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	248	1 230	1 230								1 478
01 01	2017/3	4		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	21 875	33 181	33 181								55 056
01 01	2017/4			Produtos Turísticos Integrados																				
01 01	2017/4	5		Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0		1 000	1 000								1 000
01 01	2017/4	6		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	0	26 210	40 750	40 750								66 960
01 01	2017/4	7		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2017	12/2019	2	22 006	414 633	414 633								436 639
01 01	2017/4	8		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0	9 145	85 000	85 000								94 145
01 01	2017/4	9		Outros serviços	02	020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0	4 920	12 300	12 300								17 220
01 01	2019/1			Estação Náutica Castelo de Bode																				
01 01	2019/1	1		Publicidade	02	020217	O	100		MP	06/2018	12/2023	0		6 150	6 150	6 150	6 150	6 150					24 600
01 01	2019/1	2		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	100		MP	06/2018	12/2023	0		18 450	18 450	18 450	18 450	18 450					73 800
01 01	2019/2			Rota dos Templários no Médio Tejo																				
01 01	2019/2	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		40 000	40 000								40 000
01 01	2019/2	2		Seminários, exposições e similares	02	020216	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		10 000	10 000								10 000
01 01	2019/2	3		Publicidade	02	020217	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		10 000	10 000	10 000							20 000
01 01	2019/2	4		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	70	30	MP	01/2019	06/2020	0		172 070	172 070	130 000							302 070
Totais do Programa 01:														89 939	1 082 701	1 082 701	0	164 600	24 600	24 600	0	1 386 440		
Totais do Objetivo 01:														89 939	1 082 701	1 082 701	0	164 600	24 600	24 600	0	1 386 440		
02		Incorporar o valor na atividade empresarial																						
02 03		Promoção do Empreendedorismo																						
02 03	2016/1			Médio Tejo - Vive o Empreendedorismo																				
02 03	2016/1	1		Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2016	06/2019	3	4 076	3 500	3 500								7 576
02 03	2016/1	2		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	06/2019	3	47 796	25 670	25 670								73 466
02 03	2016/1	5		Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2016	06/2019	3		15 000	15 000								15 000
02 03	2016/1	6		Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2016	06/2019	3	28 536	25 000	25 000								53 536

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Acção				AC	AA	FC		Início	Fim			2019			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)	
02				Incorporar o valor na atividade empresarial																		
02 03				Promoção do Empreendedorismo																		
02 03	2016/1	7		Outros serviços	02 020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		7 500	7 500							7 500
02 03	2017/5			Implementação do Plano de Acção																		
02 03	2017/5	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2017	06/2019	0		500	500							500
02 03	2017/5	2		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	100		MP	01/2017	06/2019	0		250	250							250
02 03	2019/3			Régies Cooperativa de Empreendedores																		
02 03	2019/3	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2019	12/2019	0		10 000	10 000							10 000
Totais do Programa 03:													80 408	87 420	87 420	0	0	0	0	0	0	167 828
Totais do Objetivo 02:													80 408	87 420	87 420	0	0	0	0	0	0	167 828
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																		
03 01				Educação de Excelência no Médio Tejo																		
03 01	2015/9			Educação de Excelência no Médio Tejo																		
03 01	2015/9	1		Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2015	12/2022	3	39 314	126 334	126 334		78 167	78 167	78 167			400 149
03 01	2015/9	5		Seminários, exposições e similares	02 020216	O	15	85	MP	01/2016	12/2022	3		39 000	39 000		31 000	31 000	31 000			132 000
03 01	2015/9	6		Publicidade	02 020217	O	15	85	MP	01/2016	12/2022	0		18 450	18 450		14 225	14 225	14 225			61 125
03 01	2015/9	7		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2016	12/2022	3	75 697	424 998	424 998		359 964	339 232	277 034			1 476 925
03 01	2015/9	8		Serviços de saúde	02 020222	O	15	85	MP	01/2015	12/2022	3	1 700	13 334	13 334		6 667	6 667	6 667			35 035
03 01	2015/9	9		Material de educação, cultura e recreio	02 020120	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	3		100 697	100 697		110 349	110 349	110 349			431 744
03 01	2015/9	10		Locação de outros bens	02 020208	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	0		12 300	12 300		6 150	6 150	6 150			30 750
03 01	2015/9	11		Transportes	02 020210	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	3		74 815	74 815		56 908	56 908	56 908			245 539
03 01	2015/9	12		Outros Serviços	02 020225	O	15	85	MP	01/2018	12/2022	3	21 743	153 613	153 613		101 808	101 808	101 808			480 780
Totais do Programa 01:													138 454	963 541	963 541	0	765 238	744 506	682 308	0	3 294 047	
03 03				Unidades Móveis de Saúde																		
03 03	2015/11			Unidades Móveis de Saúde																		
03 03	2015/11	5		Locação de outros bens	02 020208	O	100		MP	01/2017	12/2022	3	13 150	22 521	22 521		19 726	19 726	9 863			84 986
Totais do Programa 03:													13 150	22 521	22 521	0	19 726	19 726	9 863	0	84 986	
03 04				Médio Tejo Inclusivo																		
03 04	2018/1			Médio Tejo Inclusivo																		
03 04	2018/1	2		Seminários, exposições e similares	02 020216	O	100		MP	01/2018	12/2020	0		6 150	6 150		6 150					12 300

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)					
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2019			Anos seguintes									
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)						
03																											
Promover a coesão e a qualidade de vida																											
03 04 Médio Tejo Inclusivo																											
03	04	2018/1	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		100	MP	01/2018	12/2020	0					18 450	18 450		18 450					36 900	
03	04	2018/2		MARIA - Estratégia Integrada de Intervenção na Área da Violência Doméstica e de Género																							
03	04	2018/2	1	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	3					36 654	36 654							36 654	
03	04	2018/2	2	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0					4 920	4 920							4 920	
Totais do Programa 04:														0	66 174	66 174	0	24 600	0	0	0	0	90 774				
Totais do Objetivo 03:														151 604	1 052 236	1 052 236	0	809 564	764 232	692 171	0	3 469 807					
04																											
Consolidar a massa crítica urbana																											
04 01 Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																											
04	01	2015/12		Transporte a Pedido																							
04	01	2015/12	5	Comunicações	02	020209	O		100	MP	01/2013	12/2022	4	1 418	9 225	9 225		9 225	9 225	9 225						38 318	
04	01	2015/12	6	Publicidade	02	020217	O		100	MP	01/2012	12/2022	4		3 075	3 075		3 075	3 075	3 075						12 300	
04	01	2015/12	7	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	38	62	MP	01/2012	12/2022	4	34 258	140 071	140 071		171 153	171 153	171 153						687 788	
04	01	2015/12	11	Seminários, exposições e similares	02	020216	O		100	MP	01/2016	12/2022	3		1 230	1 230		1 230	1 230	1 230						4 920	
04	01	2015/14		Estrutura Regional de Caminhos e Cívicos e Promoção dos Modos Suaves																							
04	01	2015/14	3	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2018	12/2020	0		82 000	12 300	69 700	20 000								102 000	
04	01	2017/6		Autoridade de Transportes																							
04	01	2017/6	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	80	20	MP	01/2017	12/2022	3	5 997	127 093	127 093		20 000	20 000	20 000						193 090	
04	01	2017/6	4	Seminários, exposições e similares	02	020216	O		100	MP	01/2018	12/2022	0		1 230	1 230		1 230	1 230	1 230						4 920	
04	01	2017/6	5	Publicidade	02	020217	O		100	MP	01/2018	12/2022	0		1 230	1 230		1 230	1 230	1 230						4 920	
Totais do Programa 01:														41 673	365 154	295 454	69 700	227 143	207 143	207 143	0	1 048 256					
Totais do Objetivo 04:														41 673	365 154	295 454	69 700	227 143	207 143	207 143	0	1 048 256					
05																											
Governar de forma inteligente e multidimensional																											
05 01 Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																											
05	01	2015/17		Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																							
05	01	2015/17	1	Saúde no trabalho	02	020222	O		100	MP	01/2015	12/2020	2		697	697		292								989	
05	01	2015/17	2	Segurança e higiene no trabalho	02	020222	O		100	MP	10/2018	09/2020	2	180	180	180		180								540	
05	01	2015/17	3	Conservação e reparação	02	020203	O		100	MP	01/2017	12/2020	0		310	310		100								410	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2019			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)		
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																							
05 01 Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																							
05	01	2015/17	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O		100	MP	01/2017	12/2019	3		126 647	126 647							126 647
Totais do Programa 01:														180	127 834	127 834	0	572	0	0	0	0	128 586
05 04 Modernização Administrativa no Médio Tejo																							
05	04	2016/7		Modernização Administrativa - CIMT																			
05	04	2016/7	4	Assistência técnica	02	020219	O		100	MP	01/2016	08/2019	3	36 045	42 122	42 122							78 167
05	04	2016/7	5	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2016	12/2019	0		51 000	1 000	50 000						51 000
05	04	2017/8		Integração e Partilha de Serviços																			
05	04	2017/8	1	Central de compras - Locação de plataforma	02	020208	O		100	MP	01/2011	12/2021	4	461	615	615			615	615			2 306
05	04	2017/8	2	Central de compras - Consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2011	12/2020	4	5 812	23 247	23 247			23 247				52 306
05	04	2017/8	5	Estudos, pareceres, projetos e consultoria	02	020214	O	85	15	MP	01/2017	12/2019	0		10 100	100	10 000						10 100
05	04	2019/4		Economia Circular nas Compras Públicas Conjuntas																			
05	04	2019/4	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	70	30	MP	01/2019	12/2019	0		24 000	24 000							24 000
Totais do Programa 04:														42 318	151 084	91 084	60 000	23 862	615	0	0	217 879	
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																							
Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico																							
05	07	2016/12	4	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		102 250	102 250							102 250
05	07	2016/12	5	Apoio técnico especializado	02	020219	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		5 000	5 000							5 000
05	07	2016/12	6	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		1 000	1 000							1 000
05	07	2016/12	7	Locação de outros bens	02	020208	O	15	85	MP	01/2018	12/2019	0		1 000	1 000							1 000
Gestão Integrada de Protecção Civil e Florestas																							
05	07	2016/13	4	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2016	12/2023	0		3 000	1 000	2 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	7 000
05	07	2016/13	6	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		3 000	1 000	2 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	7 000
05	07	2016/13	7	Gasolina	02	02010201	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		100	100		5 000	5 000	5 000	5 000		20 100
05	07	2016/13	8	Gasóleo	02	02010202	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		100	100		10 000	10 000	10 000	10 000		40 100
05	07	2016/13	9	Vestuário e artigos pessoais	02	020107	A	85	15	MP	01/2018	12/2023	0	3 973	19 000	19 000		25 000	25 000	25 000	25 000		122 973
05	07	2016/13	10	Outros bens	02	020121	O	15	85	MP	01/2018	12/2023	0		2 000	2 000		10 000	10 000	10 000	10 000		42 000
05	07	2016/13	11	Transferências correntes	02	040701	O	50	50	MP	01/2018	12/2023	0	30 000	360 000	360 000		240 000	240 000	240 000	240 000		1 350 000
05	07	2016/13	12	Transferências de capital	02	080701	O	100		MP	01/2018	12/2023	0		1 000	1 000		20 000	20 000	20 000	20 000		81 000
05	07	2016/13	15	Locação de outros bens	02	020208	O	15	85	MP	01/2019	12/2023	0		2 100	100	2 000	1 000	1 000	1 000	1 000		6 100
05	07	2016/14		Adaptação às Alterações Climáticas																			

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2019				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)			
05		Governar de forma inteligente e multidimensional																				
05 07		Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																				
05	07	2016/14	2	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	2	37 146	50 783	50 783						87 929
05	07	2016/14	3	Seminários, exposições e similares	02	020216	O	15	85	MP	01/2017	12/2023	0		4 000	3 000	1 000	1 000				5 000
05	07	2016/14	4	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	25	75	MP	01/2017	12/2023	0	369	216 000	211 000	5 000	10 000	5 000	5 000		236 369
05	07	2016/14	6	Outros serviços	02	020225	O	15	85	MP	01/2019	12/2019	0		2 500	2 500						2 500
05	07	2016/14	7	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2019	12/2019	0		2 000	2 000						2 000
05	07	2016/14	8	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2019	12/2019	0		1 000	1 000						1 000
05	07	2016/14	9	Material de educação, cultura e recreio	02	020120	O	15	85	MP	01/2019	12/2019	0		3 500	3 500						3 500
05	07	2018/4		Médio Tejo – Eficiência Hídrica/Entidades Gestoras Agregadas																		
05	07	2018/4	1	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	02	020214	O	15	85	MP	01/2018	12/2020	0	49 815	73 628	63 628	10 000	5 000				128 443
Totais do Programa 07:														121 303	852 961	830 961	22 000	329 000	318 000	318 000	313 000	2 252 264
05 09		GEFOR - Gestão da Formação																				
05	09	2015/37		Formação da Administração Local																		
05	09	2015/37	1	Monitoragem	02	020225	O	15	85	MP	01/2015	12/2021	0	9 570	81 242	81 242	81 242	81 242				253 296
05	09	2015/37	2	Deslocações e estadas	02	020213	O	15	85	MP	01/2015	12/2021	0	653	20 311	20 311	20 311	20 311				61 586
05	09	2015/37	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2015	12/2020			500	500	4 000					4 500
05	09	2015/37	4	Publicidade	02	020217	O	15	85	MP	01/2015	12/2020			500	500	1 000					1 500
05	09	2015/37	5	Outros bens	02	020121	O	15	85	MP	01/2015	12/2020			500	500	750					1 250
05	09	2015/38		Estágios Curriculares e Profissionais																		
05	09	2015/38	1	Bolsa e subsídio de refeição	02	040802	O	100		MP	01/2015	12/2019			10 000	10 000						10 000
05	09	2015/39		Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	02	020216	O	100		MP	01/2015	12/2019			2 500	2 500						2 500
05	09	2016/17		Formação de Públicos Estratégicos	02	020225	O	15	85	MP	01/2016	12/2019	0	3 813	20 000	20 000						23 813
Totais do Programa 09:														14 036	135 553	135 553	0	107 303	101 553	0	0	358 445

Atividades mais Relevantes do ano 2019

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				2019				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2020 (e)	2021 (f)	2022 (g)	Outros (h)				
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																							
05 11 Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial I																							
05	11	2017/13		Transferências correntes	02	040901	O	100		MP	01/2017	12/2019	0	1 000	1 000						1 000		
Totais do Programa 11:														0	1 000	1 000	0	0	0	0	0	0	1 000
Totais do Objetivo 05:														177 837	1 268 432	1 186 432	82 000	460 737	420 168	318 000	313 000	2 958 174	
Total Geral:														541 461	3 855 943	3 704 243	151 700	1 662 044	1 416 143	1 241 914	313 000	9 030 505	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.6 Orçamento - Resumo

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2019

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	4 855 709		Correntes	4 844 869	
Capital	1 893 519		Capital	1 904 359	
Total:		6 749 228	Total:		6 749 228
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		6 749 228	Total Geral:		6 749 228

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

6.7 Orçamento da Receita e da Despesa

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	2 000
	Total do Capítulo Económico 05:	2 000
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030106	Fundo Eficiência Energética	100
06030107	Fundo Ambiental	16 800
06030108	Fundo para o Serviço Público de Transportes	154 901
06030109	Fundo Flurestal Permanente	136 446
06030198	Duodécimo	229 467
06030199	Outras	185 055
060306	Estado - Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER]	946 037
06030602	Fundo Social Europeu	1 000 722
06030603	Fundo de Coesão	269 354
06030699	Outros Fundos	1 000
060307	Serviços e fundos autónomos	100
0605	Administração local	
060501	Continente - Autarquias	1 861 927
	Total do Capítulo Económico 06:	4 801 909
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070103	Publicações e impressos	100
070199	Outros	100
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	100
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020909	Central de compras	50 000
07020999	Outros	100
	Total do Capítulo Económico 07:	50 400
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	100
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	100

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
08019903	IVA reembolsado	1 000
08019904	IVA Inversão da liquidação	100
08019999	Diversas	100
	Total do Capítulo Económico 08:	1 400
	Total das Receitas Correntes:	4 855 709
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030106	Fundo Eficiência Energética	100
10030107	Fundo Ambiental	100
10030108	Fundo para o Serviço Público de Transportes	2 558
10030109	Fundo Flurestal Permanente	100
10030199	Outras	7 000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER]	332 386
10030702	Fundo Social Europeu	221 965
10030703	Fundo de Coesão	966 960
10030799	Outros Fundos	1 000
1005	Administração local	
100501	Continente - Autarquias	361 350
	Total do Capítulo Económico 10:	1 893 519
	Total das Receitas de Capital:	1 893 519
	Total do Orçamento da Receita:	6 749 228

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Assembleia Intermunicipal	
01 01	Despesas com o pessoal	
01 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01 010213	Outros suplementos e prémios	6 000
	Total do Capítulo Económico 01:	6 000
01 02	Aquisição de bens e serviços	
01 0202	Aquisição de serviços	
01 020213	Deslocações e estadas	1 000
	Total do Capítulo Económico 02:	1 000
	Total das Despesas Correntes:	7 000
	Total do Capítulo Orgânico 01:	7 000
02	Comunidade Intermunicipal	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em Funções	320 000
02 01010402	Alterações obrigatórias posicionamen remuneratório	12 000
02 01010403	Alterações facultativas posicionamen remuneratório	100
02 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	100
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	15 000
02 01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	15 000
02 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	20 000
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	
02 01010901	Nomeação	115 000
02 01010902	Outros	500
02 010111	Representação	13 000
02 010112	Suplementos e prémios	100
02 010113	Subsidio de refeição	
02 01011301	Pessoal dos quadros	21 000
02 01011302	Pessoal contratado a termo	2 500
02 01011303	Pessoal em qualquer outra situação	6 500
02 010114	Subsídio de férias e de Natal	
02 01011401	Pessoal dos quadros	52 500
02 01011402	Pessoal contratado a termo	5 000
02 01011403	Pessoal em qualquer outra situação	20 000

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2 500
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02	010202	Horas extraordinárias	100
02	010204	Ajudas de custo	3 500
02	010205	Abono para falhas	1 050
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500
02	010213	Outros suplementos e prémios	100
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 100
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	10 000
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	800
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	26 000
02	0103050202	Regime Geral	129 000
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	4 500
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	200
02	010310	Outras despesas de segurança social	
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1 500
Total do Capítulo Económico 01:			799 350
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	50
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	150
02	02010202	Gasóleo	8 100
02	02010299	Outros	50
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	50
02	020104	Limpeza e higiene	100
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	50
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	50
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	19 050
02	020108	Material de escritório	1 500
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	50

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020111	Material de consumo clínico	100
02	020112	Material de transporte-Peças	50
02	020113	Material de consumo hoteleiro	50
02	020114	Outro material-Peças	50
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	50
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011601	Água	50
02	02011602	Electricidade	50
02	02011603	Outras	50
02	020117	Ferramentas e utensílios	100
02	020118	Livros e documentação técnica	100
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	200
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	104 247
02	020121	Outros bens	7 500
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	60 000
02	020202	Limpeza e higiene	13 000
02	020203	Conservação de bens	30 310
02	020204	Locação de edifícios	3 000
02	020205	Locação de material de informática	50
02	020206	Locação de material de transporte	6 000
02	020208	Locação de outros bens	36 636
02	020209	Comunicações	39 225
02	020210	Transportes	78 815
02	020211	Representação dos serviços	200
02	020212	Seguros	10 000
02	020213	Deslocações e estadas	46 811
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	588 452
02	020215	Formação	1 500
02	020216	Seminários, exposições e similares	68 080
02	020217	Publicidade	139 685
02	020218	Vigilância e segurança	1 500
02	020219	Assistência técnica	77 122
02	020220	Outros trabalhos especializados	1 974 494
02	020222	Serviços de saúde	14 211
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	50

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020225	Outros serviços	292 155
			Total do Capítulo Económico 02:
			3 623 143
02	03	Juros e outros encargos	
02	0303	Juros de locação financeira	
02	030305	Material de transporte	50
02	030306	Material de informática	50
02	0305	Outros juros	
02	030502	Outros	50
02	0306	Outros encargos financeiros	
02	030601	Outros encargos financeiros	50
			Total do Capítulo Económico 03:
			200
02	04	Transferências correntes	
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	040101	Públicas	
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
02	040102	Privadas	10
02	0403	Administração central	
02	040301	Estado	10
02	040305	Serviços e fundos autónomos	10
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050101	Municípios	1 000
02	04050102	Freguesias	10
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	10
02	04050104	Associações de municípios	10
02	04050105	Associações de freguesias	10
02	04050106	Regiões de turismo	10
02	04050107	Assembleias distritais	10
02	04050108	Outros	10
02	0406	Segurança social	
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10
02	040602	Outras transferências	10
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	360 010
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	10 010
02	0409	Resto do mundo	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	040901	União Europeia-Instituições	1 010
		Total do Capítulo Económico 04:	372 160
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
02	05010102	Outras	10
02	050103	Privadas	10
02	0508	Famílias	
02	050803	Outras	10
		Total do Capítulo Económico 05:	40
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	10
02	060202	Activos incorpóreos	10
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	1 000
02	06020302	IVA pago	20 000
02	06020303	Diferenças de câmbio	10
02	06020304	Serviços bancários	500
02	06020305	Outras	21 446
		Total do Capítulo Económico 06:	42 976
		Total das Despesas Correntes:	4 837 869
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070106	Material de transporte	500
02	070107	Equipamento de informática	331 897
02	070108	Software informático	541 293
02	070109	Equipamento administrativo	2 960
02	070110	Equipamento básico	450 000
02	070111	Ferramentas e utensílios	1 500
02	070113	Investimentos incorpóreos	500
02	070115	Outros investimentos	564 569
		Total do Capítulo Económico 07:	1 893 219
02	08	Transferências de capital	
02	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2019 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	080101	Públicas	
02	08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
02	08010102	Outras	10
02	080102	Privadas	10
02	0805	Administração local	
02	080501	Continente	
02	08050101	Municípios	10
02	08050102	Freguesias	10
02	08050103	Serviços autónomos da administração local	10
02	08050104	Associações de municípios	10
02	08050105	Associações de freguesias	10
02	08050106	Regiões de turismo	10
02	08050107	Assembleias municipais	10
02	08050108	Outros	10
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	1 010
02	0809	Resto do mundo	
02	080901	União Europeia-Instituições	10 010
02	080902	União Europeia-Países membros	10
Total do Capítulo Económico 08:			11 140
Total das Despesas de Capital:			1 904 359
Total do Capítulo Orgânico 02:			6 742 228
Total do Orçamento da Despesa:			6 749 228

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

6.8 Orçamento - Resumo por Capítulo

Resumo do orçamento por Capítulo para 2019

Receitas	Montante
01 Impostos directos	
02 Impostos indirectos	
03 Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE	
04 Taxas, multas e outras penalidades	
05 Rendimentos da propriedade	2 000
06 Transferências correntes	4 801 909
07 Venda de bens e serviços correntes	50 400
08 Outras receitas correntes	1 400
Total das Receitas Correntes	4 855 709
09 Venda de bens de investimento	
10 Transferências de capital	1 893 519
11 Activos financeiros	
12 Passivos financeiros	
13 Outras receitas de capital	
14 Recursos próprios comunitários	
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	
16 Saldo da gerência anterior	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Receitas Capital	1 893 519

Total das Receitas: 6 749 228

<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>

Despesas	Montante
01 Despesas com o pessoal	805 350
02 Aquisição de bens e serviços	3 624 143
03 Juros e outros encargos	200
04 Transferências correntes	372 160
05 Subsídios	40
06 Outras despesas correntes	42 976
Total das Despesas Correntes	4 844 869
07 Aquisição de bens de capital	1 893 219
08 Transferências de capital	11 140
09 Activos financeiros	
10 Passivos financeiros	
11 Outras despesas de capital	
12 Operações extra-orçamentais	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Despesas de Capital	1 904 359

Total das Despesas: 6 749 228

<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>
--

**6.9 Orçamento - Resumo por Classificação
Económica**

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2019)

Económica	Designação	Dotação
01	Despesas com o pessoal	805 350,00
0101	Remunerações certas e permanentes	620 800,00
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	332 200,00
01010401	Pessoal em Funções	320 000,00
01010402	Alterações obrigatórias posicionamen remuneratório	12 000,00
01010403	Alterações facultativas posicionamen remuneratório	100,00
01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	100,00
010106	Pessoal contratado a termo	30 000,00
01010601	Pessoal em funções	15 000,00
01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	15 000,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	20 000,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	115 500,00
01010901	Nomeação	115 000,00
01010902	Outros	500,00
010111	Representação	13 000,00
010112	Suplementos e prémios	100,00
010113	Subsidio de refeição	30 000,00
01011301	Pessoal dos quadros	21 000,00
01011302	Pessoal contratado a termo	2 500,00
01011303	Pessoal em qualquer outra situação	6 500,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	77 500,00
01011401	Pessoal dos quadros	52 500,00
01011402	Pessoal contratado a termo	5 000,00
01011403	Pessoal em qualquer outra situação	20 000,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2 500,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	12 350,00
010202	Horas extraordinárias	100,00
010204	Ajudas de custo	3 500,00
010205	Abono para falhas	1 050,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00
010213	Outros suplementos e prémios	6 100,00
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 100,00
0103	Segurança social	172 200,00
010301	Encargos com a saúde	10 000,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	800,00
010305	Contribuições para a segurança social	155 200,00
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	155 000,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	26 000,00
0103050202	Regime Geral	129 000,00
010309	Seguros	4 700,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	4 500,00
01030902	Seguros acidentes pessoais	200,00
010310	Outras despesas de segurança social	1 500,00
01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1 500,00
02	Aquisição de bens e serviços	3 624 143,00
0201	Aquisição de bens	141 847,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2019)

Económica	Designação	Dotação
020101	Matérias-primas e subsidiárias	50,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	8 300,00
02010201	Gasolina	150,00
02010202	Gasóleo	8 100,00
02010299	Outros	50,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	50,00
020104	Limpeza e higiene	100,00
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	50,00
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	50,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	19 050,00
020108	Material de escritório	1 500,00
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50,00
020110	Produtos vendidos nas farmácias	50,00
020111	Material de consumo clínico	100,00
020112	Material de transporte-Peças	50,00
020113	Material de consumo hoteleiro	50,00
020114	Outro material-Peças	50,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	50,00
020116	Mercadorias para venda	150,00
02011601	Água	50,00
02011602	Electricidade	50,00
02011603	Outras	50,00
020117	Ferramentas e utensílios	100,00
020118	Livros e documentação técnica	100,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	200,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	104 247,00
020121	Outros bens	7 500,00
0202	Aquisição de serviços	3 482 296,00
020201	Encargos das instalações	60 000,00
020202	Limpeza e higiene	13 000,00
020203	Conservação de bens	30 310,00
020204	Locação de edifícios	3 000,00
020205	Locação de material de informática	50,00
020206	Locação de material de transporte	6 000,00
020208	Locação de outros bens	36 636,00
020209	Comunicações	39 225,00
020210	Transportes	78 815,00
020211	Representação dos serviços	200,00
020212	Seguros	10 000,00
020213	Deslocações e estadas	47 811,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	588 452,00
020215	Formação	1 500,00
020216	Seminários, exposições e similares	68 080,00
020217	Publicidade	139 685,00
020218	Vigilância e segurança	1 500,00
020219	Assistência técnica	77 122,00
020220	Outros trabalhos especializados	1 974 494,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2019)

Económica	Designação	Dotação
020222	Serviços de saúde	14 211,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	50,00
020225	Outros serviços	292 155,00
03	Juros e outros encargos	200,00
0303	Juros de locação financeira	100,00
030305	Material de transporte	50,00
030306	Material de informática	50,00
0305	Outros juros	50,00
030502	Outros	50,00
0306	Outros encargos financeiros	50,00
030601	Outros encargos financeiros	50,00
04	Transferências correntes	372 160,00
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	20,00
040101	Públicas	10,00
04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
040102	Privadas	10,00
0403	Administração central	20,00
040301	Estado	10,00
040305	Serviços e fundos autónomos	10,00
0405	Administração local	1 070,00
040501	Continente	1 070,00
04050101	Municípios	1 000,00
04050102	Freguesias	10,00
04050103	Serviços autónomos da administração local	10,00
04050104	Associações de municípios	10,00
04050105	Associações de freguesias	10,00
04050106	Regiões de turismo	10,00
04050107	Assembleias distritais	10,00
04050108	Outros	10,00
0406	Segurança social	20,00
040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10,00
040602	Outras transferências	10,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	360 010,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	360 010,00
0408	Famílias	10 010,00
040802	Outras	10 010,00
0409	Resto do mundo	1 010,00
040901	União Europeia-Instituições	1 010,00
05	Subsídios	40,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	30,00
050101	Públicas	20,00
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
05010102	Outras	10,00
050103	Privadas	10,00
0508	Famílias	10,00
050803	Outras	10,00
06	Outras despesas correntes	42 976,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2019)

Económica	Designação	Dotação
0602	Diversas	42 976,00
060201	Impostos e taxas	10,00
060202	Activos incorpóreos	10,00
060203	Outras	42 956,00
06020301	Outras restituições	1 000,00
06020302	IVA pago	20 000,00
06020303	Diferenças de câmbio	10,00
06020304	Serviços bancários	500,00
06020305	Outras	21 446,00
	Total das Despesas Correntes:	4 844 869,00
07	Aquisição de bens de capital	1 893 219,00
0701	Investimentos	1 893 219,00
070106	Material de transporte	500,00
070107	Equipamento de informática	331 897,00
070108	Software informático	541 293,00
070109	Equipamento administrativo	2 960,00
070110	Equipamento básico	450 000,00
070111	Ferramentas e utensílios	1 500,00
070113	Investimentos incorpóreos	500,00
070115	Outros investimentos	564 569,00
08	Transferências de capital	11 140,00
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	30,00
080101	Públicas	20,00
08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
08010102	Outras	10,00
080102	Privadas	10,00
0805	Administração local	80,00
080501	Continente	80,00
08050101	Municípios	10,00
08050102	Freguesias	10,00
08050103	Serviços autónomos da administração local	10,00
08050104	Associações de municípios	10,00
08050105	Associações de freguesias	10,00
08050106	Regiões de turismo	10,00
08050107	Assembleias municipais	10,00
08050108	Outros	10,00
0807	Instituições sem fins lucrativos	1 010,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	1 010,00
0809	Resto do mundo	10 020,00
080901	União Europeia-Instituições	10 010,00
080902	União Europeia-Países membros	10,00
	Total das Despesas de Capital:	1 904 359,00
	Total do Orçamento da Despesa:	6 749 228,00

**6.10 Orçamento - Resumo por Classificação
Orgânica**

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2019)

	Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
01	Assembleia Intermunicipal	7 000,00	0,00	7 000,00
02	Comunidade Intermunicipal	4 837 869,00	1 904 359,00	6 742 228,00
	Total Geral:	4 844 869,00	1 904 359,00	6 749 228,00

6.11 Orçamento (Valor em GOP e EXTRA-GOP)

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2019

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
01		Assembleia Intermunicipal	7 000,00	0,00	7 000,00
01		DESPESAS CORRENTES	7 000,00	0,00	7 000,00
01	01	Despesas com o pessoal	6 000,00	0,00	6 000,00
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	6 000,00	0,00	6 000,00
01	010213	Outros suplementos e prémios	6 000,00	0,00	6 000,00
01	02	Aquisição de bens e serviços	1 000,00	0,00	1 000,00
01	0202	Aquisição de serviços	1 000,00	0,00	1 000,00
01	020213	Deslocações e estadas	1 000,00	0,00	1 000,00
02		Comunidade Intermunicipal	1 134 766,00	5 607 462,00	6 742 228,00
02		DESPESAS CORRENTES	1 134 626,00	3 703 243,00	4 837 869,00
02	01	Despesas com o pessoal	799 350,00	0,00	799 350,00
02	0101	Remunerações certas e permanentes	620 800,00	0,00	620 800,00
02	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	332 200,00	0,00	332 200,00
02	01010401	Pessoal em Funções	320 000,00	0,00	320 000,00
02	01010402	Alterações obrigatórias posicionamen remuneratório	12 000,00	0,00	12 000,00
02	01010403	Alterações facultativas posicionamen remuneratório	100,00	0,00	100,00
02	01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	100,00	0,00	100,00
02	010106	Pessoal contratado a termo	30 000,00	0,00	30 000,00
02	01010601	Pessoal em funções	15 000,00	0,00	15 000,00
02	01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	15 000,00	0,00	15 000,00
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	20 000,00	0,00	20 000,00
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	115 500,00	0,00	115 500,00
02	01010901	Nomeação	115 000,00	0,00	115 000,00
02	01010902	Outros	500,00	0,00	500,00
02	010111	Representação	13 000,00	0,00	13 000,00
02	010112	Suplementos e prémios	100,00	0,00	100,00
02	010113	Subsidio de refeição	30 000,00	0,00	30 000,00
02	01011301	Pessoal dos quadros	21 000,00	0,00	21 000,00
02	01011302	Pessoal contratado a termo	2 500,00	0,00	2 500,00
02	01011303	Pessoal em qualquer outra situação	6 500,00	0,00	6 500,00
02	010114	Subsidio de férias e de Natal	77 500,00	0,00	77 500,00
02	01011401	Pessoal dos quadros	52 500,00	0,00	52 500,00
02	01011402	Pessoal contratado a termo	5 000,00	0,00	5 000,00
02	01011403	Pessoal em qualquer outra situação	20 000,00	0,00	20 000,00
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2 500,00	0,00	2 500,00
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	6 350,00	0,00	6 350,00
02	010202	Horas extraordinárias	100,00	0,00	100,00
02	010204	Ajudas de custo	3 500,00	0,00	3 500,00
02	010205	Abono para falhas	1 050,00	0,00	1 050,00
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00	0,00	500,00
02	010213	Outros suplementos e prémios	100,00	0,00	100,00
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 100,00	0,00	1 100,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2019

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	0103	Segurança social	172 200,00	0,00	172 200,00
02	010301	Encargos com a saúde	10 000,00	0,00	10 000,00
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	800,00	0,00	800,00
02	010305	Contribuições para a segurança social	155 200,00	0,00	155 200,00
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00	0,00	200,00
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	155 000,00	0,00	155 000,00
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	26 000,00	0,00	26 000,00
02	0103050202	Regime Geral	129 000,00	0,00	129 000,00
02	010309	Seguros	4 700,00	0,00	4 700,00
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	4 500,00	0,00	4 500,00
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	200,00	0,00	200,00
02	010310	Outras despesas de segurança social	1 500,00	0,00	1 500,00
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1 500,00	0,00	1 500,00
02	02	Aquisição de bens e serviços	290 900,00	3 332 243,00	3 623 143,00
02	0201	Aquisição de bens	15 950,00	125 897,00	141 847,00
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	50,00	0,00	50,00
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	8 100,00	200,00	8 300,00
02	02010201	Gasolina	50,00	100,00	150,00
02	02010202	Gasóleo	8 000,00	100,00	8 100,00
02	02010299	Outros	50,00	0,00	50,00
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	50,00	0,00	50,00
02	020104	Limpeza e higiene	100,00	0,00	100,00
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	50,00	0,00	50,00
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	50,00	0,00	50,00
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	50,00	19 000,00	19 050,00
02	020108	Material de escritório	1 500,00	0,00	1 500,00
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	50,00	0,00	50,00
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	50,00	0,00	50,00
02	020111	Material de consumo clínico	100,00	0,00	100,00
02	020112	Material de transporte-Peças	50,00	0,00	50,00
02	020113	Material de consumo hoteleiro	50,00	0,00	50,00
02	020114	Outro material-Peças	50,00	0,00	50,00
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	50,00	0,00	50,00
02	020116	Mercadorias para venda	150,00	0,00	150,00
02	02011601	Água	50,00	0,00	50,00
02	02011602	Electricidade	50,00	0,00	50,00
02	02011603	Outras	50,00	0,00	50,00
02	020117	Ferramentas e utensílios	100,00	0,00	100,00
02	020118	Livros e documentação técnica	100,00	0,00	100,00
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	200,00	0,00	200,00
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	50,00	104 197,00	104 247,00
02	020121	Outros bens	5 000,00	2 500,00	7 500,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2019

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	0202	Aquisição de serviços	274 950,00	3 206 346,00	3 481 296,00
02	020201	Encargos das instalações	60 000,00	0,00	60 000,00
02	020202	Limpeza e higiene	13 000,00	0,00	13 000,00
02	020203	Conservação de bens	30 000,00	310,00	30 310,00
02	020204	Locação de edifícios	3 000,00	0,00	3 000,00
02	020205	Locação de material de informática	50,00	0,00	50,00
02	020206	Locação de material de transporte	6 000,00	0,00	6 000,00
02	020208	Locação de outros bens	100,00	36 536,00	36 636,00
02	020209	Comunicações	30 000,00	9 225,00	39 225,00
02	020210	Transportes	4 000,00	74 815,00	78 815,00
02	020211	Representação dos serviços	200,00	0,00	200,00
02	020212	Seguros	10 000,00	0,00	10 000,00
02	020213	Deslocações e estadas	20 000,00	26 811,00	46 811,00
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	500,00	587 952,00	588 452,00
02	020215	Formação	1 500,00	0,00	1 500,00
02	020216	Seminários, exposições e similares	50,00	68 030,00	68 080,00
02	020217	Publicidade	30 000,00	109 685,00	139 685,00
02	020218	Vigilância e segurança	1 500,00	0,00	1 500,00
02	020219	Assistência técnica	30 000,00	47 122,00	77 122,00
02	020220	Outros trabalhos especializados	20 000,00	1 954 494,00	1 974 494,00
02	020222	Serviços de saúde	0,00	14 211,00	14 211,00
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	50,00	0,00	50,00
02	020225	Outros serviços	15 000,00	277 155,00	292 155,00
02	03	Juros e outros encargos	200,00	0,00	200,00
02	0303	Juros de locação financeira	100,00	0,00	100,00
02	030305	Material de transporte	50,00	0,00	50,00
02	030306	Material de informática	50,00	0,00	50,00
02	0305	Outros juros	50,00	0,00	50,00
02	030502	Outros	50,00	0,00	50,00
02	0306	Outros encargos financeiros	50,00	0,00	50,00
02	030601	Outros encargos financeiros	50,00	0,00	50,00
02	04	Transferências correntes	1 160,00	371 000,00	372 160,00
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	20,00	0,00	20,00
02	040101	Públicas	10,00	0,00	10,00
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00
02	040102	Privadas	10,00	0,00	10,00
02	0403	Administração central	20,00	0,00	20,00
02	040301	Estado	10,00	0,00	10,00
02	040305	Serviços e fundos autónomos	10,00	0,00	10,00
02	0405	Administração local	1 070,00	0,00	1 070,00
02	040501	Continente	1 070,00	0,00	1 070,00
02	04050101	Municípios	1 000,00	0,00	1 000,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2019

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	04050102	Freguesias	10,00	0,00	10,00
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	10,00	0,00	10,00
02	04050104	Associações de municípios	10,00	0,00	10,00
02	04050105	Associações de freguesias	10,00	0,00	10,00
02	04050106	Regiões de turismo	10,00	0,00	10,00
02	04050107	Assembleias distritais	10,00	0,00	10,00
02	04050108	Outros	10,00	0,00	10,00
02	0406	Segurança social	20,00	0,00	20,00
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	10,00	0,00	10,00
02	040602	Outras transferências	10,00	0,00	10,00
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	10,00	360 000,00	360 010,00
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	10,00	360 000,00	360 010,00
02	0408	Famílias	10,00	10 000,00	10 010,00
02	040802	Outras	10,00	10 000,00	10 010,00
02	0409	Resto do mundo	10,00	1 000,00	1 010,00
02	040901	União Europeia-Instituições	10,00	1 000,00	1 010,00
02	05	Subsídios	40,00	0,00	40,00
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	30,00	0,00	30,00
02	050101	Públicas	20,00	0,00	20,00
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00
02	05010102	Outras	10,00	0,00	10,00
02	050103	Privadas	10,00	0,00	10,00
02	0508	Famílias	10,00	0,00	10,00
02	050803	Outras	10,00	0,00	10,00
02	06	Outras despesas correntes	42 976,00	0,00	42 976,00
02	0602	Diversas	42 976,00	0,00	42 976,00
02	060201	Impostos e taxas	10,00	0,00	10,00
02	060202	Activos incorpóreos	10,00	0,00	10,00
02	060203	Outras	42 956,00	0,00	42 956,00
02	06020301	Outras restituições	1 000,00	0,00	1 000,00
02	06020302	IVA pago	20 000,00	0,00	20 000,00
02	06020303	Diferenças de câmbio	10,00	0,00	10,00
02	06020304	Serviços bancários	500,00	0,00	500,00
02	06020305	Outras	21 446,00	0,00	21 446,00
02		DESPESAS DE CAPITAL	140,00	1 904 219,00	1 904 359,00
02	07	Aquisição de bens de capital	0,00	1 893 219,00	1 893 219,00
02	0701	Investimentos	0,00	1 893 219,00	1 893 219,00
02	070106	Material de transporte	0,00	500,00	500,00
02	070107	Equipamento de informática	0,00	331 897,00	331 897,00
02	070108	Software informático	0,00	541 293,00	541 293,00
02	070109	Equipamento administrativo	0,00	2 960,00	2 960,00
02	070110	Equipamento básico	0,00	450 000,00	450 000,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2019

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	070111	Ferramentas e utensílios	0,00	1 500,00	1 500,00
02	070113	Investimentos incorpóreos	0,00	500,00	500,00
02	070115	Outros investimentos	0,00	564 569,00	564 569,00
02	08	Transferências de capital	140,00	11 000,00	11 140,00
02	0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	30,00	0,00	30,00
02	080101	Públicas	20,00	0,00	20,00
02	08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00
02	08010102	Outras	10,00	0,00	10,00
02	080102	Privadas	10,00	0,00	10,00
02	0805	Administração local	80,00	0,00	80,00
02	080501	Continente	80,00	0,00	80,00
02	08050101	Municípios	10,00	0,00	10,00
02	08050102	Freguesias	10,00	0,00	10,00
02	08050103	Serviços autónomos da administração local	10,00	0,00	10,00
02	08050104	Associações de municípios	10,00	0,00	10,00
02	08050105	Associações de freguesias	10,00	0,00	10,00
02	08050106	Regiões de turismo	10,00	0,00	10,00
02	08050107	Assembleias municipais	10,00	0,00	10,00
02	08050108	Outros	10,00	0,00	10,00
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	10,00	1 000,00	1 010,00
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	10,00	1 000,00	1 010,00
02	0809	Resto do mundo	20,00	10 000,00	10 020,00
02	080901	União Europeia-Instituições	10,00	10 000,00	10 010,00
02	080902	União Europeia-Países membros	10,00	0,00	10,00
Total geral:			1 141 766,00	5 607 462,00	6 749 228,00

ORGÃO EXECUTIVO
 Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em de de
